

## CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL

ENTRE

**ENEVA S.A.**

na qualidade de vendedora,

E

**COPERGÁS - COMPANHIA PERNAMBUCANA DE GÁS**

na qualidade de compradora,

19 de julho de 2024



## ÍNDICE

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES E REGRAS DE INTERPRETAÇÃO .....	4
CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO .....	15
CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA.....	16
CLÁUSULA QUARTA – INÍCIO DO FORNECIMENTO COMERCIAL.....	16
CLÁUSULA SEXTA – PROGRAMAÇÃO E ENTREGA.....	21
CLÁUSULA SÉTIMA – QUALIDADE DO GÁS NATURAL.....	23
CLÁUSULA OITAVA – MEDIÇÃO E CORREÇÃO DA QUANTIDADE DE GÁS NATURAL .....	26
CLÁUSULA NONA – PREÇO, PAGAMENTO E RECUPERAÇÃO .....	28
CLÁUSULA DÉCIMA – RECUPERAÇÃO DE QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS.....	36
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FALHA NO FORNECIMENTO E ERRO DE PROGRAMAÇÃO .....	37
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – MUDANÇA DE LEI.....	42
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR .....	43
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES.....	47
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – COMODATO.....	47
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE .....	48
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – INADIMPLEMENTO E RESCISÃO .....	50
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – INDENIZAÇÃO E LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE .....	52
CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ENDEREÇO PARA AVISO .....	53
CLÁUSULA VIGÉSIMA – SOLUÇÃO DE DISPUTAS .....	54
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – CONDUTA DAS PARTES .....	60
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO .....	62
CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DECLARAÇÕES E GARANTIAS .....	63
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS .....	64



## CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL

Este **CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL** é firmado entre:

- (a) **ENEVA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Botafogo, nº 501, Bloco I, 2 e 4º andares, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 04.423.567/0001-21, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**VENDEDORA**"); e
- (b) **COMPANHIA PERNAMBUCANA DE GÁS - COPERGÁS**, sociedade de economia mista com sede na Avenida Conselheiro Aguiar, nº 1748, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.025.313/0001-81, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**COMPRADORA**").

VENDEDORA e COMPRADORA serão individualmente referidas como "**PARTE**" e, conjuntamente, como "**PARTES**".

### CONSIDERANDO QUE:

- A. Conforme disposto no parágrafo segundo do art. 25 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 5, de 15/08/1995, cabe aos Estados explorar, diretamente ou mediante concessão, os serviços locais de distribuição de gás canalizado;
- B. A COMPRADORA é a concessionária dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado do Estado de Pernambuco, conforme seu contrato de concessão celebrado entre o Estado de Pernambuco e a COMPRADORA;
- C. Foi realizado processo de Chamada Pública para contratação do objeto do presente CONTRATO, em atendimento ao disposto no art. 5º, § 2º, da Lei Estadual nº 15.900, de 11/10/2016;
- D. A VENDEDORA deseja vender GÁS NATURAL (conforme abaixo definido) à COMPRADORA, o qual será entregue pela VENDEDORA à COMPRADORA, nos PONTOS DE ENTREGA localizados nas cidades de Petrolina e Garanhuns, Estado de Pernambuco;



- E. A COMPRADORA deseja comprar GÁS NATURAL da VENDEDORA, o qual será oriundo das operações de liquefação, transporte e regaseificação de GNL de responsabilidade da VENDEDORA;
- F. A VENDEDORA será responsável pela operação e manutenção de ambas as PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO e dos ISO CONTÊINERES COPERGÁS, de propriedade da COMPRADORA, já existentes e localizadas nas cidades de Petrolina e Garanhuns, Estado de Pernambuco;
- G. A COMPRADORA concedeu à VENDEDORA, previamente à assinatura deste CONTRATO, amplo acesso (i) às INSTALAÇÕES DA COMPRADORA e (ii) à respectiva documentação legal, regulatória, normativa, técnica e operacional necessária e/ou relevante às atividades de regaseificação de GNL, para a realização, pela VENDEDORA, de inspeção prévia;
- H. Em decorrência do item “G” acima, a VENDEDORA elaborou o RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA, constante do Anexo III deste CONTRATO;
- I. As PARTES concordam que a relação de adequações necessárias constantes do Anexo III – RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA deste CONTRATO não possui caráter exaustivo, de modo que outras adequações que se façam igualmente necessárias nas PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO e/ou nos ISO CONTÊINERES COPERGÁS poderão ser identificadas posteriormente pela VENDEDORA; e
- J. A compra e venda de GÁS NATURAL objeto deste CONTRATO não está sujeita à obrigatoriedade de prévio procedimento licitatório, com base na hipótese de inaplicabilidade de licitação prevista no inciso I, parágrafo terceiro, do art. 28 da Lei Federal nº 13.303;

ASSIM SENDO, têm entre si justo e acordado que este CONTRATO (conforme abaixo definido) será regido pelas cláusulas e condições seguintes:

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES E REGRAS DE INTERPRETAÇÃO**

### **1.1. Definições**

Neste CONTRATO, os termos e expressões abaixo grafados em maiúsculas, seja no plural ou no singular, terão os significados que lhes são atribuídos nesta Cláusula:





**AFILIADA** – significa, com relação a qualquer PESSOA, (i) qualquer outra PESSOA que direta ou indiretamente controle, seja controlada por ou esteja em regime de controle comum direto ou indireto com a primeira PESSOA; (ii) qualquer pessoa física que seja ou venha a se tornar um administrador, conselheiro ou diretor da primeira PESSOA; ou (iii) qualquer PESSOA que seja direta ou indiretamente controlada por qualquer uma das PESSOAS anteriormente descritas. Conforme utilizado nesta definição, "controle", "controlada por" e "em regime de controle comum" significa, em relação a uma dada PESSOA, o poder de, direta ou indiretamente, eleger a maioria dos administradores de uma outra PESSOA e, cumulativamente, de dirigir, direta ou indiretamente, as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos de tal PESSOA, quer por meio da propriedade de valores mobiliários, por força de contrato ou de qualquer outro modo.

**ANO** – significa cada período de 12 (doze) MESES, ao longo de toda a vigência deste CONTRATO:

- (a) que se iniciará à 0h (zero hora), horário do Recife, Estado de Pernambuco, do DIA de INÍCIO DO FORNECIMENTO COMERCIAL ou de seu aniversário (nos demais ANOS);
- (b) e terminará às 24h (vinte e quatro horas), horário do Recife, Estado de Pernambuco, da véspera do DIA correspondente ao de início do ANO subsequente ou, para o último ANO, às 24h (vinte e quatro horas) do último dia de vigência deste CONTRATO. "ANUALMENTE" será interpretado do mesmo modo.

**ANP** – significa a Agência Nacional do Petróleo, GÁS NATURAL e Biocombustíveis, agência reguladora da atividade do setor de gás e petróleo, criada pela Lei nº 9.478/1997.

**ARBITRAGEM** – significa o procedimento de solução de controvérsia previsto no item 20.1 deste CONTRATO.

**ÁRBITRO** – significa cada um dos membros do TRIBUNAL ARBITRAL responsável pela ARBITRAGEM, indicados de acordo com o item 20.1.3 deste CONTRATO.

**AUTORIDADE GOVERNAMENTAL** – significa qualquer pessoa jurídica de direito público brasileira, incluindo os seus funcionários, empregados, prepostos ou representantes, que tenha competência para impor normas ou regras para qualquer das Partes ou



relativas a quaisquer operações previstas neste Contrato, de acordo com a Lei, incluindo órgãos reguladores.

**AVISO** – significa qualquer instrumento por escrito enviado de uma PARTE à outra PARTE, exigido ou permitido, nos termos deste CONTRATO, para notificar, indicar, comunicar, confirmar, informar ou solicitar, o qual deverá ser entregue no endereço do destinatário, podendo ser entregue (a) pessoalmente, mediante protocolo, (b) por carta certificada ou registrada, com franquia paga na origem e aviso de recebimento, (c) por meio eletrônico (*e-mail*), cujo recebimento seja confirmado pelo destinatário ou (d) por serviço de correio expresso e contínuo, reconhecido internacionalmente, com todas as despesas de porte e entrega pagas pelo remetente.

**CALORIA** – significa a quantidade de calor requerida para elevar a temperatura de 1g (um grama) de água pura dos 14,5 °C (quatorze vírgula cinco graus Celsius) até 15,5 °C (quinze vírgula cinco graus Celsius), à pressão absoluta de 1,033kgf/cm<sup>2</sup> (uma vírgula zero trinta e três quilograma-força por centímetro quadrado). Quilocaloria (kcal) significa 1.000 (mil) CALORIAS.

**CÂMARA ARBITRAL** – tem o significado que lhe é atribuído no item 20.1.1.

**CARRETA CRIOGÊNICA** – significa a carreta criogênica destinada ao transporte de GNL e, eventualmente, à tancagem de GNL, em complementação aos ISO CONTÊINERES COPERGÁS, de propriedade da VENDEDORA ou de terceiros contratados pela VENDEDORA, a exclusivo critério da VENDEDORA.

**CASO FORTUITO** ou **FORÇA MAIOR** – tem o significado que lhe é atribuído no CÓDIGO CIVIL e na Cláusula Décima Terceira.

**CÓDIGO CIVIL** – significa a Lei Federal nº 10.406/2002, conforme alterada.

**CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL** – significa a Lei Federal nº 13.105/2015, conforme alterada.

**CONCLUSÃO DA TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE E POSSE** – tem o significado que lhe é atribuído no item 6.2.1.

**CONDIÇÕES BASE** – significam a temperatura de 20°C (vinte graus Celsius), a pressão absoluta de 1,033kgf/cm<sup>2</sup> (um vírgula zero trinta e três quilograma-força por centímetro quadrado).



**CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA DO GÁS** – significam a temperatura de 20°C (vinte graus Celsius), a pressão absoluta de 1,033kgf/cm<sup>2</sup> (um vírgula zero trinta e três quilograma-força por centímetro quadrado) e o PODER CALORÍFICO SUPERIOR de 9.400kcal/m<sup>3</sup> (nove mil e quatrocentos quilocalorias por METRO CÚBICO).

**CONTA DE TITULARIDADE DA COMPRADORA** – significa a conta corrente de titularidade da COMPRADORA aberta junto ao Banco DO BRASIL, sob o nº 8729-7, na Agência 3434-7, na qual serão realizados os pagamentos de montantes eventualmente devidos pela VENDEDORA à COMPRADORA nos termos deste CONTRATO.

**CONTA DE TITULARIDADE DA VENDEDORA** – significa a conta corrente de titularidade da VENDEDORA aberta junto ao Banco Itaú 341, sob o nº 07727-9, na Agência 0911, na qual serão realizados os pagamentos de todos os montantes devidos pela COMPRADORA à VENDEDORA nos termos deste CONTRATO.

**CONTRATO** – significa este Contrato de Compra e Venda de GÁS NATURAL e seus anexos, assinado pelas PARTES, assim como termos aditivos que venham a ser assinados pelas PARTES.

**COMODATO** – significa o contrato de comodato firmado entre as PARTES referente às PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO e aos ISO CONTÊINERES COPERGÁS, cedidos em comodato pela COMPRADORA à VENDEDORA, pelo prazo e nos termos previstos no Anexo II.

**DIA** – significa o período de 24h (vinte e quatro horas) consecutivas que se inicia e termina à 0h (zero hora), horário de Recife, Estado de Pernambuco.

**DIA ÚTIL** – significa o dia no qual haja expediente bancário em Recife, Estado de Pernambuco.

**DISPUTA** – significa qualquer disputa, litígio ou controvérsia de qualquer tipo ou natureza envolvendo as PARTES e que decorra, seja pertinente ou relacionada a este CONTRATO, incluindo disputas que versem sobre negociação, validade, interpretação, exigibilidade, violação ou inadimplemento deste CONTRATO.

**DOCUMENTO DE COBRANÇA** – significa qualquer fatura, duplicata, nota de débito ou título, bem como qualquer outro documento, emitido por uma PARTE para cobrança de valor que lhe deva ser pago, nos termos deste CONTRATO, pela outra PARTE.

**FALHA NO FORNECIMENTO** – tem o significado que lhe é atribuído no item 11.1.



**PENALIDADE POR ERRO DE PROGRAMAÇÃO** – tem o significado que lhe é atribuído no item 11.3.

**FINANCIADORES** – significam as agências multilaterais, os bancos de desenvolvimento, os bancos comerciais ou outras instituições financeiras que se comprometam a tornar disponíveis certas linhas de crédito ou outros serviços financeiros ou de apoio creditício, inclusive qualquer agência de crédito à exportação e qualquer agente ou agente fiduciário de quaisquer das pessoas acima citadas, juntamente com seus respectivos sucessores e cessionários e quaisquer pessoas sub-rogadas em seus direitos.

**FORNECIMENTO COMERCIAL** ou **FORNECIMENTO** – significa o fornecimento de GÁS NATURAL nos termos deste CONTRATO.

**GÁS** ou **GÁS NATURAL** – significa o GÁS NATURAL, objeto do presente CONTRATO, composto pela mistura de hidrocarbonetos constituída essencialmente de metano, outros hidrocarbonetos e gases não combustíveis, que se extrai de reservatórios naturais, que tenha origem nacional ou importada, conforme previsto na LEI brasileira aplicável, que se encontra no estado gasoso nas CONDIÇÕES BASE.

**GNL** – significa o GÁS NATURAL liquefeito em condições criogênicas, conforme previsto na LEI brasileira aplicável.

**GÁS DESCONFORME** – tem o significado que lhe é atribuído no item 7.1.2.

**INÍCIO DO FORNECIMENTO COMERCIAL** – significa o DIA do início do FORNECIMENTO COMERCIAL conforme item 4.1.1.

**INSTALAÇÕES DA COMPRADORA** – significa, conjuntamente, os TERRENOS, as PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO e os ISO CONTÊINERES COPERGÁS.

**IPCA** – significa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

**ISO CONTÊINERES COPERGÁS** – significam os 10 (dez) iso contêineres de 40 pés/8bar móveis de propriedade da COMPRADORA, que fazem parte das INSTALAÇÕES DA COMPRADORA, destinados ao uso exclusivo da VENDEDORA pelo prazo do CONTRATO.



**LEI** – significa (i) qualquer espécie de ato normativo (como, por exemplo, lei, medida provisória, código, decreto, regulamento, resolução, portaria, deliberação administrativa) vigente ou que venha a vigorar durante a execução deste CONTRATO, ou (ii) decisão judicial aplicável às PARTES ou que tenha efeito *erga omnes*, ou (iii) outras exigências ou restrições emanadas de qualquer AUTORIDADE GOVERNAMENTAL, que afete diretamente o cumprimento, por qualquer uma das PARTES, das disposições previstas neste CONTRATO.

**LEIS ANTICORRUPÇÃO** – significa as leis, estatutos, regras e regulamentos que regem este CONTRATO que proíbem o suborno, incluindo, entre outros, a Lei nº 12.846/2013, a Lei nº 8.429/1992, o Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal Brasileiro), e a Lei de Práticas de Corrupção no Exterior de 1977 dos EUA (*US Foreign Corrupt Practices Act*), incluindo suas modificações posteriores e, quando aplicável, os princípios descritos na 'Convenção sobre o Combate ao Suborno de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais' do Decreto nº 3.678/2000.

**LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE** – tem o significado que lhe é atribuído no item 18.2.

**MANUTENÇÃO PROGRAMADA DA VENDEDORA** – significa as manutenções e/ou reparos técnicos e/ou recomendáveis nas instalações da VENDEDORA, nas PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO e/ou nos ISO CONTÊINERES COPERGÁS, que demandem a interrupção ou restrição no FORNECIMENTO de GÁS NATURAL, e que deverão ocorrer por no máximo 10 (dez) DIAS (alternados ou ininterruptos) a partir do início do 3º (terceiro) ANO do CONTRATO.

**MEDIÇÃO DA QUALIDADE DO GÁS NATURAL** – tem o significado que lhe é atribuído no item 7.2.

**MÊS** – significa, para o primeiro MÊS, um período que se inicia no DIA de INÍCIO DO FORNECIMENTO e termina às 24h (vinte e quatro horas) do último DIA do MÊS calendário em que tenha ocorrido essa data e, nos demais meses, significa o período que se inicia a 0h (zero hora) do primeiro DIA de um MÊS calendário e termina às 24h (vinte e quatro horas) do último DIA deste mesmo MÊS. “MENSALMENTE” será interpretado do mesmo modo.

**METRO CÚBICO DE GÁS NATURAL (m³)** – significa o volume de GÁS NATURAL que, nas CONDIÇÕES BASE, ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico.

**MUDANÇA DE LEI** – significa a ocorrência, após a data de assinatura deste CONTRATO, de (i) entrada em vigor de qualquer nova LEI; (ii) modificação, suspensão ou



revogação de qualquer LEI em vigor; ou (iii) mudança na interpretação ou aplicação de qualquer LEI em vigor, na forma do ordenamento jurídico brasileiro, que afete comprovadamente o cumprimento das obrigações assumidas ou o exercício dos direitos por qualquer das PARTES nos termos deste CONTRATO.

**NOTIFICAÇÃO DE GÁS DESCONFORME** – tem o significado que lhe é atribuído no item 7.1.2(a).

**PARTE** – significa, no singular, a VENDEDORA ou a COMPRADORA, e, no plural, a VENDEDORA e a COMPRADORA, conjuntamente.

**PARTE AFETADA** – significa a PARTE que invocar a ocorrência de evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, nos termos da Cláusula Décima Quarta.

**PENALIDADE POR FALHA NO FORNECIMENTO** – tem o significado que lhe é atribuído no item 11.2.1.

**PENALIDADE POR ERRO DE PROGRAMAÇÃO** – tem o significado que lhe é atribuído no item 11.3.1.

**PERÍODO DE FORNECIMENTO** – período que se inicia a partir do INÍCIO DO FORNECIMENTO COMERCIAL e se encerra com o fim da vigência deste CONTRATO.

**PERITAGEM** – significa o procedimento adotado para solução de DISPUTA nos termos do item 20.2.

**PERITO** – significa qualquer terceiro independente, perito técnico, contábil ou financeiro nomeado pelas partes para resolver uma DISPUTA nos termos do item 20.2.

**PESSOA** – significa uma pessoa natural, jurídica ou entidade não personificada, incluindo, mas não limitado a sociedades de qualquer tipo, de fato ou de direito, consórcio, parceria, associação, fundos de investimento, condomínios, universalidade de direitos e AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS.

**PLANTA(S) DE REGASEIFICAÇÃO** – significa o conjunto de instalações e equipamentos da estação de recebimento, regaseificação e tancagem existentes, de propriedade da COMPRADORA e especificados no Anexo III – RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA, que integra as INSTALAÇÕES DA COMPRADORA localizadas nos municípios de Petrolina e Garanhuns, no Estado de Pernambuco, para fins de regaseificação do GNL e





FORNECIMENTO do GÁS NATURAL objeto deste CONTRATO, a serem operadas pela VENDEDORA.

**PLANO DE MANUTENÇÃO** – significa as manutenções preventivas e preditivas e/ou reparos tecnicamente recomendáveis e em conformidade com os manuais dos equipamentos disponibilizados nas PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO que não demandem a interrupção ou restrição no FORNECIMENTO de GÁS NATURAL.

**PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS)** – significa o poder calorífico em base seca, medido em kcal/m<sup>3</sup> (quilocaloria por metro cúbico de GÁS), que corresponde à quantidade de energia liberada na forma de calor, na combustão completa de uma massa definida de gás que ocupa o volume de 1 m<sup>3</sup>, nas CONDIÇÕES BASE, com excesso de ar, à pressão constante e com todos os produtos de combustão retomando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido.

**PONTO(S) DE ENTREGA** – corresponde ao(s) flange(s) imediatamente à jusante da(s) PLANTA(S) DE REGASEIFICAÇÃO ou, alternativamente, o(s) *tie-in*(s) localizado(s) à montante do(s) SISTEMA(S) DE MEDIÇÃO DA COMPRADORA.

**PREÇO ou PREÇO DO GÁS** – significa o preço de venda do GÁS NATURAL em R\$/m<sup>3</sup> calculado nos termos do item 9.1.

**PROGRAMAÇÃO CONFIRMADA** – tem o significado que lhe é atribuído no item 6.1.4.

**QUANTIDADE(S) DIÁRIA(S) CONTRATADA(S) ou QDC** – significa a(s) QUANTIDADE(S) DE GÁS NATURAL dispostas no item 5.2.1.

**QUANTIDADE(S) DIÁRIA(S) RETIRADA(S) ou QDR** – significa a(s) QUANTIDADE(S) MEDIDA(S) para cada PONTO DE ENTREGA em determinado DIA de FORNECIMENTO.

**QUANTIDADE(S) MENSAL(IS) CONTRATADA(S) ou QMC** – significa a(s) QUANTIDADE(S) DE GÁS NATURAL dispostas no item 5.1.1.

**QUANTIDADES CORRIGIDAS** – tem o significado que lhe é atribuído no item 8.2.1.

**QUANTIDADES DE GÁS NATURAL** – significa as quantidades de GÁS NATURAL medidas em METROS CÚBICOS nas CONDIÇÕES BASE.



**QUANTIDADE(S) DIÁRIA(S) SOLICITADA(S) OU QDS** – tem o significado que lhe é atribuído no item 6.1.3.

**QUANTIDADE FALTANTE OU QF** – tem o significado que lhe é atribuído no item 11.1.1.

**QUANTIDADE(S) MEDIDA(S)** – significa a(s) QUANTIDADE(S) DE GÁS NATURAL medidas no SISTEMA DE MEDIÇÃO DA COMPRADORA, nas CONDIÇÕES BASE.

**QUANTIDADE(S) MENSAL(IS) SOLICITADA(S)** – tem o significado que lhe é atribuído no item 6.1.2.

**QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS** – tem o significado que lhe é atribuído no item 10.1.1.

**QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS** – tem o significado que lhe é atribuído no item 6.1.4.

**QUANTIDADES RECUPERADAS** – tem o significado que lhe é atribuído no item 10.1.2.

**QUALIDADE DO GÁS NATURAL** – tem o significado que lhe é atribuído no item 7.1.1.

**REAL OU R\$** – significa a moeda corrente do Brasil.

**RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA** – significa o relatório a ser emitido pela VENDEDORA e apresentado à COMPRADORA após a conclusão da visita técnica nas INSTALAÇÕES DA COMPRADORA, realizada pela VENDEDORA previamente à assinatura deste CONTRATO, nos termos dos itens “g”, “h” e “i” do “Considerando”, que constitui o Anexo III.

**RELATÓRIO DO DOCUMENTO DE COBRANÇA** – significa o relatório compilando as informações referentes ao fornecimento do respectivo MÊS, a ser apresentado até o 2º (segundo) DIA ÚTIL do MÊS subsequente ao MÊS do FORNECIMENTO, nos termos do item 9.2.3.

**REPRESENTANTES** – significa, com relação a qualquer PARTE, os administradores, diretores, prepostos, empregados, representantes, consultores, agentes, pessoal e terceiros atuando a serviço, no interesse ou em benefício da referida PARTE ou de suas AFILIADAS, conforme correspondente instrumento legal válido que lhe confere tais poderes, quando aplicável.





**SISTEMA DE MEDIÇÃO DA COMPRADORA** - significa o conjunto dos elementos primários e secundários de medição de vazão, temperatura e pressão e, caso existam, conversores, transmissores, computadores de vazão, integradores e registradores, de propriedade da COMPRADORA, situados imediatamente à jusante de cada PONTO DE ENTREGA, a ser operado pela COMPRADORA.

**SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO DAS QUANTIDADES PROGRAMADAS** – tem o significado que lhe é atribuído no item 6.1.5.

**SOLICITAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO ANUAL** – tem o significado que lhe é atribuído no item 6.1.2.

**SOLICITAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO MENSAL** – tem o significado que lhe é atribuído no item 6.1.3.

**TAKE OR PAY MENSAL** – tem o significado que lhe é atribuído no item 5.3.1.

**TERMOS E CONDIÇÕES OPERACIONAIS** – significa todas as regras, procedimentos, termos e condições técnicas e operacionais descritas no Anexo I para a entrega e o recebimento do GÁS NATURAL objeto deste CONTRATO.

**TERRENOS** – significam os terrenos onde estão situadas as INSTALAÇÕES DA COMPRADORA.

**TRIBUNAL ARBITRAL** – tem o significado que lhe é atribuído no item 20.1.3.

**TRIBUTO(S)** – conforme LEI brasileira, significa qualquer imposto, taxa, contribuição fiscal ou parafiscal, empréstimo compulsório, e/ou contribuição de melhoria, que variem em função direta dos valores que sejam devidos em razão deste CONTRATO, ou, ainda, que, em decorrência da execução dos mesmos, resulte em qualquer ônus tributário, incluindo, mas não se limitando, aos impostos, taxas, contribuições, empréstimos compulsórios e/ou contribuições de melhoria que sejam devidos em razão da movimentação financeira dos valores pagos, da quantidade de gás fornecida ou por qualquer outro motivo, nos termos deste CONTRATO.

## **1.2. Interpretação e Anexos**

### **1.2.1. Interpretação**

As seguintes regras de interpretação deverão ser aplicadas a este CONTRATO:

- (a) as definições contidas neste CONTRATO serão aplicadas tanto no singular quanto no plural e o gênero feminino incluirá o masculino e vice-versa, sem alteração de significado, a menos que o contexto requeira o contrário;
- (b) os títulos das cláusulas e Anexos foram incluídos por mera conveniência, não afetando a interpretação deste CONTRATO;
- (c) salvo se de outra forma expressamente estabelecido neste CONTRATO, as referências a cláusulas, itens ou Anexos aplicam-se a cláusulas, itens e Anexos deste CONTRATO;
- (d) os Anexos são incorporados a este CONTRATO, devendo ser considerados parte integrante deste CONTRATO, como se aqui transcritos. No caso de conflito entre as disposições deste CONTRATO e de quaisquer de seus Anexos, as disposições deste CONTRATO prevalecerão;
- (e) as referências a este CONTRATO ou a qualquer outro documento deverá ser interpretado como referência a este CONTRATO ou a este outro documento, conforme aditado, alterado, consolidado, complementado ou substituído, conforme acordado por escrito pelas PARTES;
- (f) as referências à LEI serão interpretadas como referências à LEI, conforme alterada ou conforme a interpretação ou aplicação dela seja modificada de tempos em tempos; e
- (g) as palavras “incluir”, “inclui” e “incluindo” serão consideradas como seguidas pela expressão “sem limitação”.

## **1.2.2. Anexos**

### **1.2.2.1. Constituem anexos ao presente CONTRATO:**

- a) Anexo I – TERMOS E CONDIÇÕES OPERACIONAIS (TCO)
- b) Anexo II – COMODATO
- c) Anexo III – RELATÓRIO DE VISITA
- d) Anexo IV – Diretriz de Saúde e Segurança Eneva



1.2.2.1.1. Para fins de interpretação, em caso de divergência, o presente CONTRATO prevalecerá sobre os anexos. Em caso de divergência entre os anexos, considerar-se-á a ordem hierárquica prevista no item 1.2.2.1.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO**

### **2.1. Compra e Venda de GÁS NATURAL**

2.1.1. A partir do INÍCIO DO FORNECIMENTO COMERCIAL, a VENDEDORA se compromete a vender e a entregar, e a COMPRADORA se compromete a comprar e a receber, nos PONTOS DE ENTREGA, as QUANTIDADES DE GÁS NATURAL nos termos e condições estipulados neste CONTRATO.

### **2.2. Destinação do GÁS NATURAL**

2.2.1. A COMPRADORA reconhece que o GÁS NATURAL objeto deste CONTRATO será destinado exclusivamente para fins de distribuição e revenda.

### **2.3. Origem e Propriedade do GÁS NATURAL**

2.3.1. A COMPRADORA reconhece que o GÁS NATURAL objeto deste CONTRATO será regaseificado a partir do GNL de origem do portfólio da VENDEDORA, conforme atualizado de tempos em tempos, podendo a origem do GNL ser nacional ou importada, sem que sejam alteradas as condições comerciais previstas neste CONTRATO.

2.3.1.1. A VENDEDORA declara e a COMPRADORA tem ciência que este CONTRATO não prejudica o fornecimento de GÁS NATURAL para as usinas termelétricas do Complexo Parnaíba da VENDEDORA, sendo certo que o fornecimento de GÁS para tais usinas não poderá prejudicar o FORNECIMENTO acordado no âmbito deste CONTRATO, sob pena de caracterização de FALHA NO FORNECIMENTO.

2.3.2. O GNL será transportado, pela VENDEDORA, até as PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO nos municípios de Petrolina e Garanhuns, no Estado de Pernambuco, em conformidade com as condições ora estabelecidas.

2.3.3. O GNL será descarregado, armazenado e regaseificado nas PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO pela VENDEDORA, ou terceiros por ela contratados.



2.3.4. O custeio e a operação, desde a produção até a entrega e posterior regaseificação do GNL nas PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO será de inteira e exclusiva responsabilidade da VENDEDORA.

## **2.4. Exclusividade**

2.4.1. A partir do INÍCIO DO FORNECIMENTO COMERCIAL, a COMPRADORA se compromete a, a cada MÊS, comprar GÁS NATURAL exclusivamente da VENDEDORA, até o limite máximo das QUANTIDADES MENSAIS CONTRATADAS (QMC), durante todo o prazo de vigência deste CONTRATO, com relação aos PONTOS DE ENTREGA, exceto nas hipóteses previstas na Cláusula 11.1 e observada a Cláusula 11.2.2 deste CONTRATO.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA**

### **3.1. Prazo de Vigência**

3.1.1. Este CONTRATO entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e continuará em vigor pelo prazo de 03 (três) anos contados a partir do INÍCIO DO FORNECIMENTO COMERCIAL, podendo o CONTRATO ser prorrogado por acordo entre as PARTES mediante a celebração de termo aditivo, devendo a COMPRADORA informar seu interesse na renovação com 12 (doze) meses de antecedência em relação ao fim da vigência.

3.1.2. Para fins de esclarecimento, as PARTES declaram que o início da vigência e a validade do CONTRATO não estão sujeitas a condições precedentes ou suspensivas.

## **CLÁUSULA QUARTA – INÍCIO DO FORNECIMENTO COMERCIAL**

### **4.1. Obrigações das PARTES**

4.1.1. As PARTES estabelecem que o INÍCIO DO FORNECIMENTO COMERCIAL se dará em 29 de agosto de 2024, data a partir da qual a VENDEDORA deverá disponibilizar, para cada PONTO DE ENTREGA, a respectiva QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), nos termos deste CONTRATO.

4.1.1.1. As PARTES acordam que, a despeito do COMODATO previsto na Cláusula Décima Quinta, a COMPRADORA garantirá à VENDEDORA, até o dia 20

de agosto de 2024, livre acesso às INSTALAÇÕES DA COMPRADORA, nas condições previstas no plano de mobilização, descrito no Anexo I – TERMOS E CONDIÇÕES OPERACIONAIS (TCO).

4.1.1.1.1 Com o intuito de viabilizar eventual fornecimento alternativo e, assim, evitar a descontinuidade no FORNECIMENTO, a COMPRADORA se compromete ainda a conceder e garantir à VENDEDORA, a partir da data prevista no item 4.1.1.1 acima e durante todo o período do FORNECIMENTO COMERCIAL, livre acesso e direito de utilização das áreas de acesso e conexão ao tie-in localizado à montante do SISTEMA DE MEDIÇÃO DA COMPRADORA referente aos PONTOS DE ENTREGA.

4.1.1.2. Com o intuito de assegurar o INÍCIO DO FORNECIMENTO COMERCIAL, a COMPRADORA se compromete a disponibilizar seus sistemas de armazenamento integralmente abastecidos de GNL, no final do dia 28 de agosto de 2024, nos termos do Anexo I – TERMOS E CONDIÇÕES OPERACIONAIS (TCO).

4.1.2. As PARTES acordam que as adequações necessárias previamente identificadas pela VENDEDORA na forma do Anexo III – RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA deste CONTRATO não eximirão a COMPRADORA de sua responsabilidade perante as demais pendências, irregularidades, inobservâncias, inadequações, falhas e/ou defeitos que porventura sejam identificados posteriormente com relação às PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO, aos ISO CONTÊINERES COPERGÁS e as suas respectivas documentações de cunho legal, regulatório, normativo, técnico e operacional.

4.1.3. A responsabilidade pela obtenção e manutenção das autorizações, permissões e/ou licenças operacionais necessárias à instalação e operação das PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO e dos ISO CONTÊINERES COPERGÁS, incluindo eventuais condicionantes, será tratada na forma do Anexo III – RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA.

4.1.3.1. No que se refere às licenças ambientais e autorizações operacionais das PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO, as PARTES acordam que a COMPRADORA será integralmente responsável pelo cumprimento de suas obrigações acessórias, condicionantes e exigências, bem como por eventuais riscos e penalidades associados ao descumprimento das mesmas.

Caso, no decorrer da vigência do CONTRATO, as PARTES acordem que uma ou mais licenças ambientais e/ou autorizações operacionais das PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO deverão ser transferidas à VENDEDORA, tais licenças e/ou autorizações deverão ser mantidas, até a conclusão de seus respectivos processos de transferência de titularidade à VENDEDORA, integralmente regularizadas e com suas condicionantes e/ou obrigações acessórias devidamente implementadas pela COMPRADORA.

4.1.3.2 Caso, no decorrer da vigência do CONTRATO, sejam aplicadas multas e/ou autuações por AUTORIDADE GOVERNAMENTAL e/ou pela ANP em decorrência da ausência de eventuais licenças e/ou autorizações consideradas como requisito para a operação da(s) PLANTA(S) DE REGASEIFICAÇÃO, as PARTES acordam que a COMPRADORA será integralmente responsável pelo pagamento de quaisquer valores delas decorrentes, devendo a VENDEDORA ser mantida indene quanto a eventuais penalidades e/ou responsabilizações decorrentes de tal fato, exceto se as licenças e/ou autorizações passarem a ser de responsabilidade da VENDEDORA.

4.1.4. A COMPRADORA deverá entregar, no que lhe for aplicável nos termos do Anexo III – RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA, as PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO e os ISO CONTÊINERES COPERGÁS para operação pela VENDEDORA, nos termos da Cláusula Décima Quinta - COMODATO, em perfeito estado de funcionamento, com pleno atendimento ao PLANO DE MANUTENÇÃO e em observância aos procedimentos técnicos, operacionais, normativos e legais aplicáveis.

4.1.5. A partir do INÍCIO DO FORNECIMENTO COMERCIAL, caso um ou mais usuário(s) final(is) da COMPRADORA, que sejam supridos com o GÁS objeto deste CONTRATO, opte(m) pela migração para a condição de consumidor livre e passe(m) a ser suprido(s) diretamente pela VENDEDORA, deixando assim de consumir o gás natural regularmente fornecido pela COMPRADORA, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) poderá ser reduzida em proporção equivalente às quantidades diárias contratadas por tal(is) usuário(s) final(is), como consumidor(es) livre(s), diretamente com a VENDEDORA, mediante AVISO a ser enviado pela COMPRADORA à VENDEDORA e o consequente aditamento a este CONTRATO.

4.1.5.1. As PARTES se comprometem a aditar este CONTRATO para registrar a(s) redução(ões) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) prevista no item 4.1.5 no prazo de 90 (noventa) DIAS a



contar do recebimento, pela VENDEDORA, de AVISO enviado pela COMPRADORA, cabendo à COMPRADORA definir a data a ser considerada como marco inicial para a redução da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC), desde que tal data seja posterior à data da celebração do respectivo termo aditivo e coincida com a data da efetiva redução da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) pelo(s) usuário(s) final(is) que optou(taram) pela migração para a condição de consumidor livre.

- 4.1.6. A partir do INÍCIO DO FORNECIMENTO COMERCIAL, caso um ou mais usuário(s) final(is) da COMPRADORA, que sejam supridos com o GÁS objeto deste CONTRATO, optar(em) pela migração para a condição de consumidor livre e passar(em) a ser suprido(s) diretamente por outro supridor, comprovadamente deixando de adquirir o gás natural regularmente fornecido pela COMPRADORA, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) deste CONTRATO e as quantidades diárias contratadas de todos os demais contratos de compra e venda de gás natural que a COMPRADORA detiver com outros produtores, importadores, supridores, carregadores ou comercializadores de gás natural no momento da referida redução poderão ser reduzidas em proporção equivalente às quantidades diárias contratadas por tal(is) usuário(s) final(is) como consumidor(es) livre(s), mediante comprovação e envio de AVISO pela COMPRADORA à VENDEDORA e o consequente aditamento a este CONTRATO.
- 4.1.7. Caso, nas hipóteses previstas nos itens 4.1.5. e 4.1.6 acima, a COMPRADORA não envie AVISO à VENDEDORA solicitando a redução da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) deste CONTRATO, permanecerá válida a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) pactuada neste CONTRATO ou no último termo aditivo ao CONTRATO anteriormente pactuado entre as PARTES.

## **CLÁUSULA QUINTA – QUANTIDADES E TAKE OR PAY**

### **5.1. QUANTIDADES MENSAS CONTRATADAS**

- 5.1.1. A partir do INÍCIO DO FORNECIMENTO COMERCIAL e a cada MÊS do PERÍODO DE FORNECIMENTO, a COMPRADORA deverá programar, comprar, pagar e receber, e a VENDEDORA deverá vender e entregar, nos PONTOS DE ENTREGA, um volume máximo correspondente ao número de dias do MÊS de FORNECIMENTO multiplicado pelas QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATADAS (QDC)



previstas para cada PONTO DE ENTREGA ("**QUANTIDADES MENSAS CONTRATADAS**" ou "**QMC**").

## 5.2. QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATADAS

- 5.2.1. A cada DIA do PERÍODO DE FORNECIMENTO, a COMPRADORA deverá programar comprar, pagar e receber, e a VENDEDORA deverá vender e entregar, no PONTO DE ENTREGA de Petrolina, até 35.000 m<sup>3</sup>/dia (trinta e cinco mil metros cúbicos por dia) de GÁS NATURAL, e no PONTO DE ENTREGA de Garanhuns, até 5.000 m<sup>3</sup>/dia (cinco mil metros cúbicos por dia) de GÁS NATURAL ("**QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATADAS**" ou "**QDC**").
- 5.2.2. A qualquer momento, desde que haja interesse de ambas as PARTES, poderão ser acordadas novas QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATADAS (QDC), mediante celebração de aditivo contratual.

## 5.3. Take or Pay Mensal

- 5.3.1. Ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de GÁS por FALHA NO FORNECIMENTO, MANUTENÇÃO PROGRAMADA DA VENDEDORA e/ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR de qualquer PARTE, a COMPRADORA obrigase, a cada MÊS, a adquirir e retirar e, mesmo que não retire, pagar à VENDEDORA o equivalente a uma QUANTIDADE DE GÁS NATURAL que, na média diária do correspondente MÊS, seja igual a 80% (oitenta por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) para cada PONTO DE ENTREGA ("**TAKE OR PAY MENSAL**").
- 5.3.1.1. Alternativamente, a COMPRADORA poderá, mediante envio de AVISO à VENDEDORA previamente à emissão do DOCUMENTO DE COBRANÇA para o respectivo MÊS de FORNECIMENTO, solicitar a alocação das quantidades a serem pagas a título de *TAKE OR PAY MENSAL* referentes ao PONTO DE ENTREGA de Garanhuns, total ou parcialmente, às quantidades a serem pagas a título de *TAKE OR PAY MENSAL* referentes ao PONTO DE ENTREGA de Petrolina no respectivo MÊS.
- 5.3.2. Para os fins do cálculo do *TAKE OR PAY MENSAL*, serão consideradas as QUANTIDADES CORRIGIDAS, nos termos da Cláusula 8.2, para os PONTOS DE ENTREGA de Petrolina e Garanhuns. As quantidades pagas a título de *TAKE OR*





PAY MENSAL para cada PONTO DE ENTREGA poderão ser recuperadas na forma da Cláusula Décima.

## CLÁUSULA SEXTA – PROGRAMAÇÃO E ENTREGA

### 6.1. Programação

- 6.1.1. A VENDEDORA tem capacidade para entregar e a COMPRADORA tem capacidade para receber as QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATADAS (QDC), para cada PONTO DE ENTREGA, conforme definido neste CONTRATO e no Anexo I – TERMOS E CONDIÇÕES OPERACIONAIS.
- 6.1.2. Até 30 de julho de cada ANO (ou, com relação ao primeiro ANO, no prazo de até 30 (trinta) DIAS antes do INÍCIO DO FORNECIMENTO COMERCIAL), a COMPRADORA deverá enviar AVISO à VENDEDORA, de acordo com o modelo constante dos TERMOS E CONDIÇÕES OPERACIONAIS, indicando, preliminarmente, (i) uma estimativa das QUANTIDADES DE GÁS NATURAL que deverão ser entregues em cada PONTO DE ENTREGA em cada MÊS do ANO subsequente (“**QUANTIDADE MENSAL SOLICITADA**”), observada a QUANTIDADE MENSAL CONTRATADA (QMC) para o respectivo PONTO DE ENTREGA e o TAKE OR PAY MENSAL (“**SOLICITAÇÃO PRÉVIA DE PROGRAMAÇÃO ANUAL**”). Até 30 de agosto de cada ANO (ou, com relação ao primeiro ANO, no prazo de até 15 (quinze) DIAS antes do INÍCIO DO FORNECIMENTO COMERCIAL), a COMPRADORA deverá enviar AVISO à VENDEDORA confirmando ou ajustando a SOLICITAÇÃO PRÉVIA DE PROGRAMAÇÃO ANUAL (“**SOLICITAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO ANUAL**”).
- 6.1.3. Até o DIA 25 (vinte e cinco) de cada MÊS (ou, no primeiro MÊS do PERÍODO DE FORNECIMENTO, em até 10 (dez) DIAS antes do INÍCIO DO FORNECIMENTO COMERCIAL), a COMPRADORA deverá enviar AVISO à VENDEDORA, de acordo com o modelo constante no Anexo I - TERMOS E CONDIÇÕES OPERACIONAIS, indicando (i) as QUANTIDADES DE GÁS NATURAL que deverão ser entregues em cada um dos PONTOS DE ENTREGA em cada DIA do MÊS seguinte (“**QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS**”), bem como uma previsão para os 3 (três) MESES subsequentes, observadas a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) e a QUANTIDADE MENSAL CONTRATADA (QMC) para o respectivo PONTO DE ENTREGA, e o TAKE OR PAY MENSAL (“**SOLICITAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO MENSAL**”).

6.1.4. No prazo de até 03 (três) DIAS do recebimento de SOLICITAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO MENSAL, a VENDEDORA deverá enviar AVISO à COMPRADORA confirmando as QUANTIDADES DE GÁS NATURAL que deverão ser entregues nos PONTOS DE ENTREGA em cada DIA do MÊS seguinte ("**QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS**"), observados os TERMOS E CONDIÇÕES OPERACIONAIS ("**PROGRAMAÇÃO CONFIRMADA**").

6.1.4.1 Caso a VENDEDORA não se pronuncie no prazo do item 6.1.4 acima, consideram-se aceitas e confirmadas as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) a serem entregues nos PONTOS DE ENTREGA em cada DIA do respectivo MÊS como QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) para fins de PROGRAMAÇÃO CONFIRMADA, desde que observadas as QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATADAS (QDC) e as QUANTIDADES MENSAIS CONTRATADAS (QMC) de cada PONTO DE ENTREGA, sem prejuízo do disposto no item 6.1.4.2.

6.1.4.2. Caso a COMPRADORA envie SOLICITAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO MENSAL solicitando QUANTIDADES DE GÁS NATURAL superiores às QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATADAS (QDC) e/ou às QUANTIDADES MENSAIS CONTRATADAS (QMC) para cada PONTO DE ENTREGA, a VENDEDORA poderá, a seu exclusivo critério, aceitar ou não a SOLICITAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO MENSAL como PROGRAMAÇÃO CONFIRMADA, o que deverá fazer expressamente mediante AVISO nos termos do item 6.1.4 acima. Caso a VENDEDORA não se manifeste no prazo do item 6.1.4, será considerada como PROGRAMAÇÃO CONFIRMADA a SOLICITAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO MENSAL até o limite das QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATADAS (QDC) e QUANTIDADES MENSAIS CONTRATADAS (QMC) para cada PONTO DE ENTREGA.

6.1.5. A COMPRADORA poderá solicitar alteração (aumento ou diminuição) das QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS para um determinado DIA com, no mínimo, 72 h (setenta e duas horas) de antecedência do DIA da sua entrega ("**SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO DAS QUANTIDADES PROGRAMADAS**"). A VENDEDORA deverá informar expressamente caso aceite a SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO DAS QUANTIDADES PROGRAMADAS por meio de envio de AVISO à COMPRADORA até 24h (vinte e quatro horas) após o recebimento da SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO DAS QUANTIDADES PROGRAMADAS, hipótese em

que a SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO DAS QUANTIDADES PROGRAMADAS será considerada como a nova PROGRAMAÇÃO CONFIRMADA.

6.1.5.1 Caso a VENDEDORA tenha GNL disponível e o atendimento da SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO DAS QUANTIDADES PROGRAMADAS não impacte a disponibilidade das PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO, a VENDEDORA envidará os melhores esforços para atender à SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO DAS QUANTIDADES PROGRAMADAS.

6.1.6. Em situações de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, as PARTES envidarão seus melhores esforços para preservar a PROGRAMAÇÃO CONFIRMADA.

## 6.2. Transferência de Propriedade e Posse do GÁS NATURAL

6.2.1. A propriedade e posse do GÁS NATURAL e quaisquer riscos associados serão transferidos da VENDEDORA à COMPRADORA nos PONTOS DE ENTREGA (**“CONCLUSÃO DA TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE E POSSE”**).

6.2.2. A partir da CONCLUSÃO DA TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE E POSSE, a COMPRADORA, incluindo seus empregados, subcontratados e/ou representantes, será integralmente responsável pelo devido recebimento e destinação do GÁS NATURAL, conforme detalhado no Anexo I – TERMOS E CONDIÇÕES OPERACIONAIS.

## CLÁUSULA SÉTIMA – QUALIDADE DO GÁS NATURAL

### 7.1. Qualidade do GÁS NATURAL

7.1.1. As PARTES acordam que o GÁS NATURAL disponibilizado pela VENDEDORA à COMPRADORA nos PONTOS DE ENTREGA observará as características de qualidade e especificações contidas no Regulamento Técnico nº 2/2008 anexo à Resolução ANP nº 16/2008 (**“QUALIDADE DO GÁS NATURAL”**), ou as que venham a substituí-las em razão de disposição normativa superveniente.

7.1.2. Caso a VENDEDORA identifique a possibilidade de o GÁS NATURAL vir a ser entregue para a COMPRADORA em desconformidade parcial ou total com a QUALIDADE DO GÁS NATURAL (**“GÁS NATURAL DESCONFORME”**) deverão ser adotados os seguintes procedimentos:



- (a) A VENDEDORA deverá enviar AVISO à COMPRADORA, de acordo com o modelo constante no Anexo I – TERMOS E CONDIÇÕES OPERACIONAIS, imediatamente após identificada a desconformidade do GÁS NATURAL em relação à QUALIDADE DO GÁS NATURAL, indicando quais seriam os prováveis desvios de qualidade (**“NOTIFICAÇÃO DE GÁS NATURAL DESCONFORME”**);
- (b) Após o recebimento da NOTIFICAÇÃO DE GÁS NATURAL DESCONFORME, a COMPRADORA deverá enviar AVISO à VENDEDORA, tão logo quanto possível, mas em todo caso, no prazo máximo de 06 (seis) horas contadas do recebimento da NOTIFICAÇÃO DE GÁS NATURAL DESCONFORME, informando se aceita ou não receber o GÁS NATURAL DESCONFORME por meio do envio de AVISO à VENDEDORA;
- (c) Caso a COMPRADORA opte por receber o GÁS NATURAL DESCONFORME, deverá indicar no AVISO mencionado no item 7.1.2(b) acima a quantidade de GÁS NATURAL DESCONFORME que deseja receber em cada DIA do período de duração da desconformidade indicado pela VENDEDORA na NOTIFICAÇÃO DE GÁS NATURAL DESCONFORME, ficando a VENDEDORA isenta de quaisquer penalidades pela desconformidade informada e de quaisquer responsabilidades por perdas e danos causados aos equipamentos e instalações da COMPRADORA e/ou de terceiros, bem como de quaisquer responsabilidades decorrentes do uso do GÁS NATURAL DESCONFORME. Tais QUANTIDADES DE GÁS NATURAL serão consideradas como novas QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS. A COMPRADORA permanecerá obrigada a pagar pelo *TAKE OR PAY* MENSAL;
- (d) Caso a COMPRADORA não se manifeste na forma e prazo indicados no item 7.1.2(b) acima acerca do recebimento do GÁS NATURAL DESCONFORME, será considerado como aceite o recebimento do GÁS NATURAL DESCONFORME nas QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS originalmente previstas e estará descaracterizada a FALHA NO FORNECIMENTO, ficando a VENDEDORA isenta de quaisquer penalidades pela desconformidade informada e de quaisquer responsabilidades por perdas e danos causados aos equipamentos e instalações da COMPRADORA e/ou de terceiros, bem como de quaisquer responsabilidades decorrentes do uso do GÁS NATURAL DESCONFORME. A COMPRADORA permanecerá obrigada a pagar pelo *TAKE OR PAY* MENSAL;

- (e) CASO a COMPRADORA decida não receber o GÁS NATURAL DESCONFORME na forma e prazo indicados no item 7.1.2(b) acima e, de fato, não receba o GÁS NATURAL DESCONFORME, estará caracterizada a FALHA NO FORNECIMENTO, nos termos do item 11.1;
- (f) CASO a COMPRADORA tenha informado que rejeitaria o GÁS NATURAL DESCONFORME na forma e prazo indicados no item 7.1.2(b) acima, mas, a despeito disto, tenha recebido o GÁS NATURAL DESCONFORME no(s) PONTO(S) DE ENTREGA, estará descaracterizada a FALHA NO FORNECIMENTO, ficando a VENDEDORA isenta de quaisquer penalidades pela desconformidade informada e de quaisquer responsabilidades por perdas e danos causados aos equipamentos e instalações da COMPRADORA e/ou de terceiros, bem como de quaisquer responsabilidades decorrentes do uso do GÁS NATURAL DESCONFORME. A COMPRADORA permanecerá obrigada a pagar pelo *TAKE OR PAY* MENSAL.

7.1.3 Na hipótese prevista na Cláusula 7.1.2 alíneas “c”, “d” e “f” acima, as PARTES acordam que o GÁS DESCONFORME efetivamente recebido pela COMPRADORA terá desconto de 10% sobre o PREÇO aplicável.

## 7.2. MEDIÇÃO DA QUALIDADE DO GÁS NATURAL

- 7.2.1. As PARTES acordam que a QUALIDADE DO GÁS NATURAL será medida a partir de amostragens diárias de GNL obtidas nas instalações da VENDEDORA e realizada no cromatógrafo da VENDEDORA, observada a Cláusula 8.2.1, conforme detalhado nos TERMOS E CONDIÇÕES OPERACIONAIS (“**MEDIÇÃO DA QUALIDADE DO GÁS NATURAL**”).
- 7.2.2. A VENDEDORA realizará a calibração de seu cromatógrafo conforme prazos e procedimentos detalhados nos TERMOS E CONDIÇÕES OPERACIONAIS.
- 7.2.3. A COMPRADORA terá livre acesso aos dados de medição e relatórios de calibração do cromatógrafo da VENDEDORA que solicite à VENDEDORA, que deverá preservar todos os dados obtidos para fins de MEDIÇÃO DA QUALIDADE DO GÁS NATURAL pelo prazo de até 2 (dois) anos após o término da vigência deste CONTRATO.



- 7.2.4. A COMPRADORA terá o direito, a qualquer tempo, de solicitar teste ou calibração do cromatógrafo da VENDEDORA além dos realizados pela VENDEDORA conforme indicados no item 7.2.3 acima para fins de verificação da MEDIÇÃO DA QUALIDADE DO GÁS NATURAL. Todos os custos e despesas relacionados a tal teste ou calibração do cromatógrafo da VENDEDORA serão suportados pela COMPRADORA, exceto se o teste ou calibração identificar que o cromatógrafo da VENDEDORA está determinando um valor do PODER CALORÍFERO SUPERIOR (PCS) com erro superior a  $\pm 1,5\%$  (um virgula cinco por cento, para mais ou para menos), conforme detalhado no Anexo I - TERMOS E CONDIÇÕES OPERACIONAIS.
- 7.2.5. Havendo, em qualquer DIA, falha no cromatógrafo da VENDEDORA que impeça a MEDIÇÃO DA QUALIDADE DO GÁS, a QUALIDADE DO GÁS medida no DIA imediatamente anterior será considerada para o referido DIA.

## CLÁUSULA OITAVA – MEDIÇÃO E CORREÇÃO DA QUANTIDADE DE GÁS NATURAL

### 8.1. Procedimentos de Medição de Volume

- 8.1.1. A COMPRADORA deverá implantar, operar e manter, durante todo o PERÍODO DE FORNECIMENTO, o SISTEMA DE MEDIÇÃO DA COMPRADORA em suas instalações, às suas expensas, conforme especificações técnicas, constantes do Anexo I TERMOS E CONDIÇÕES OPERACIONAIS.
- 8.1.2. A COMPRADORA realizará a calibração dos equipamentos do SISTEMA DE MEDIÇÃO DA COMPRADORA de acordo com as diretrizes previstas no Anexo I - TERMOS E CONDIÇÕES OPERACIONAIS.
- 8.1.3. A VENDEDORA terá livre acesso aos dados de medição e relatórios de calibração dos equipamentos do SISTEMA DE MEDIÇÃO DA COMPRADORA, que deverá preservar todos os dados obtidos pelo SISTEMA DE MEDIÇÃO DA COMPRADORA pelo prazo de até 2 (dois) anos após o término da vigência deste CONTRATO.
- 8.1.4. A VENDEDORA terá o direito, a qualquer tempo, de solicitar teste ou calibração do SISTEMA DE MEDIÇÃO DA COMPRADORA, além dos realizados pela COMPRADORA, conforme indicados no item 8.1.2 acima. Todos os custos e despesas relacionados a tal teste ou calibração do SISTEMA DE MEDIÇÃO DA

COMPRADORA serão suportados pela VENDEDORA, exceto se o teste ou calibração identificar que o SISTEMA DE MEDIÇÃO DA COMPRADORA está apurando uma QUANTIDADE MEDIDA com erro superior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), para mais ou para menos (**“ERRO NO(S) SISTEMA(S) DE MEDIÇÃO DA COMPRADORA”**), conforme detalhado no Anexo I - TERMOS E CONDIÇÕES OPERACIONAIS.

8.1.5. Na hipótese de ERRO NO(S) SISTEMA(S) DE MEDIÇÃO DA COMPRADORA, a COMPRADORA deverá arcar com todos os custos e despesas relacionados ao teste ou calibração realizados e/ou necessários a serem realizados no SISTEMA DE MEDIÇÃO DA COMPRADORA.

8.1.5.1. Na hipótese de ERRO NO(S) SISTEMA(S) DE MEDIÇÃO DA COMPRADORA, as QUANTIDADE(S) MEDIDA(S) serão ajustadas, para mais ou para menos, conforme o caso, durante o período entre o teste ou calibração anterior e o referido teste ou calibração, limitado a um período máximo de 60 (sessenta) DIAS. As PARTES deverão assinar termo no qual estarão registrados o resultado obtido no teste ou calibração e a memória de cálculo do fator de correção e dos ajustes na(s) QUANTIDADE(S) MEDIDA(S) para todos os fins deste CONTRATO.

8.1.6. Havendo, em qualquer DIA, falha no(s) SISTEMA(S) DE MEDIÇÃO DA COMPRADORA que impeça(m) a apuração segura da(s) QUANTIDADE(S) MEDIDA(S), a(s) QUANTIDADE(S) MEDIDA(S) no referido DIA será(ão) equivalente(s) à(s) QUANTIDADE(S) DIÁRIA(S) PROGRAMADA(S) no referido DIA para o respectivo PONTO DE ENTREGA, ou à quantidade de GNL medida no medidor de vazão da VENDEDORA, no referido DIA, somado à alteração dos volumes de GNL armazenados nos tanques criogênicos localizados na(s) PLANTA(S) DE REGASEIFICAÇÃO, ambos multiplicados pela razão entre as densidades do GNL e do GÁS NATURAL, conforme definidos no Anexo I – TERMOS E CONDIÇÕES OPERACIONAIS, ficando a decisão a critério exclusivo da VENDEDORA.

8.1.6.1. Na hipótese de utilização de sistemas de medição de propriedade da VENDEDORA, deverão ser apresentados, à COMPRADORA, os respectivos certificados de calibração, atestando a qualidade dos equipamentos que os compõem.

## 8.2. Correção da(s) QUANTIDADE(S) MEDIDA(S)

8.2.1. A(s) QUANTIDADE(S) MEDIDA(S) nos termos do item 8.1 acima deverão ser corrigidas, para cada PONTO DE ENTREGA, conforme previsto no Anexo I- TERMOS E CONDIÇÕES OPERACIONAIS, exclusivamente para fins de faturamento, de acordo com a seguinte fórmula (“QUANTIDADES CORRIGIDAS”):

$$QC_m = \sum_{d=1}^N QM_d \times PCS_m / 9400$$

QC <sub>m</sub>	é a QUANTIDADE CORRIGIDA total, para cada PONTO DE ENTREGA, em um determinado MÊS de FORNECIMENTO.
QM <sub>d</sub>	é a QUANTIDADE DE GÁS medida no SISTEMA DE MEDIÇÃO DA COMPRADORA no respectivo DIA “d” de FORNECIMENTO, para cada PONTO DE ENTREGA.
d	É o d-ésimo DIA do MÊS de FORNECIMENTO.
N	É o número de DIAS do MÊS de FORNECIMENTO.
PCS <sub>m</sub>	é a média mensal do PODER CALORÍFICO SUPERIOR médio do GÁS NATURAL (kcal/m <sup>3</sup> ), medido diariamente nas instalações da VENDEDORA, conforme Cláusula 7.2.1 e detalhado nos TERMOS E CONDIÇÕES OPERACIONAIS, ajustado por densidade, a qual é informada no relatório que acompanha o transporte do GNL até o respectivo PONTO DE ENTREGA.

## CLÁUSULA NONA – PREÇO, PAGAMENTO E RECUPERAÇÃO

### 9.1. PREÇO

9.1.1. A COMPRADORA pagará à VENDEDORA o preço, em R\$/m<sup>3</sup>, pelo GÁS NATURAL objeto deste CONTRATO, que contempla a molécula, o transporte e a operação e manutenção das PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO e dos ISO CONTÊINERES COPERGÁS, calculado da seguinte forma e de acordo com o respectivo PONTO DE ENTREGA (“**PREÇO DO GÁS**”):



$$PG_t = PM_t + PL$$

Onde:

$PG_t$	É o valor do PREÇO DO GÁS, calculado trimestralmente (t), expresso em R\$/m <sup>3</sup> , com arredondamento na quarta casa decimal, para cada um dos PONTOS DE ENTREGA.
$PM_t$	É o valor referente à PARCELA DA MOLÉCULA (PM), calculado trimestralmente (t), expresso em R\$/m <sup>3</sup> , com arredondamento na quarta casa decimal.
PL	É o valor referente à PARCELA LOGÍSTICA (PL), expresso em R\$/m <sup>3</sup> , que engloba os custos de transporte de GNL e operação e manutenção das PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO e ISO CONTÊINERES COPERGÁS, aplicável a cada PONTO DE ENTREGA, calculado na forma descrita adiante.

#### 9.1.1.1. PARCELA DA MOLÉCULA (PM) para os PONTOS DE ENTREGA de Petrolina e Garanhuns:

$$PM_t = (14\% \times Brent_t) \times TC_t \div 26,8081$$

Onde:

$PM_t$	É o valor da PARCELA DA MOLÉCULA (PM), calculada trimestralmente (t), expressa em R\$/m <sup>3</sup> , com arredondamento na quarta casa decimal.
$Brent_t$	É a média das cotações mensais de contratos futuros do Brent para o primeiro mês disponível do calendário ( <i>Contract Month</i> ), na rubrica <i>Settle Price</i> , indicadas nos reportes diários do <i>Brent Crude Future</i> publicados pelo sítio de internet <i>ICE Report Center da Intercontinental Exchange (ICE)</i> , referentes aos meses m-4, m-3 e m-2, com arredondamento na quarta casa decimal,

	<p>expresso em US\$/bbl, sendo "m" o mês de reajuste da PARCELA DA MOLÉCULA (PM), que obrigatoriamente ocorrerá nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ANO do PERÍODO DE FORNECIMENTO.</p> <p>Para fins de esclarecimento, o cálculo da <math>PM_t</math> para o mês de agosto de 2024, em R\$/m<sup>3</sup>, deverá considerar a média das cotações diárias do Brent, na rubrica <i>Settle Price</i> de cada reporte diário do <i>Brent Crude Future</i>, publicado pela ICE, referente aos meses de abril de 2024, maio de 2024 e junho de 2024. A <math>PM_t</math> calculada para o mês de agosto de 2024 permanecerá vigente nos meses de agosto, setembro e outubro de 2024.</p>
$TC_t$	<p>É a média das taxas diárias de câmbio comercial de venda do dólar norte americano divulgadas no SGS-Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil, série código 001, com quatro casas decimais, relativas aos meses m-4, m-3 e m-2, sendo "m" o mês de reajuste da PARCELA DA MOLÉCULA (PM), que obrigatoriamente ocorrerá nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ANO do PERÍODO DE FORNECIMENTO.</p>

9.1.1.2. A PARCELA LOGÍSTICA (PL), que contempla os custos de transporte de GNL e operação e manutenção das PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO e dos ISO CONTÊNERES COPERGÁS, será atualizada anualmente, no dia 1º de agosto, para cada PONTO DE ENTREGA, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

a) Para o PONTO DE ENTREGA do município de Petrolina:

$$PL_{\text{Petrolina}} = \left( 6,0 \times TC_0 \times \frac{IPCA_a}{IPCA_0} \right) \div 26,8081$$

$PL_{\text{Petrolina}}$	É a PARCELA LOGÍSTICA (PL) aplicada ao PONTO DE ENTREGA de Petrolina, em R\$/m <sup>3</sup> , com arredondamento na quarta casa decimal.
$IPCA_a$	É o valor definitivo do número-índice do Índice Nacional de

	Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente ao segundo mês anterior ao mês do reajuste.
IPCA <sub>0</sub>	É o valor definitivo do número-índice do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no mês de março de 2024, no valor de 6.869,14.
TC <sub>0</sub>	É a média das taxas diárias de câmbio comercial de venda do dólar norte americano divulgadas no SGS-Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil, série código 001, com quatro casas decimais, referente aos meses de abril, maio e junho de 2024, que equivale a 5,2129.

b) Para o PONTO DE ENTREGA do município de Garanhuns:

$$PL_{\text{Garanhuns}} = \left( 8,0 \times TC_0 \times \frac{IPCA_a}{IPCA_0} \right) \div 26,8081$$

Onde:

PL <sub>Garanhuns</sub>	É a PARCELA LOGÍSTICA (PL) aplicada ao PONTO DE ENTREGA de Garanhuns, em R\$/m³ com arredondamento na quarta casa decimal.
IPCA <sub>a</sub>	É o valor definitivo do número-índice do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente ao segundo mês anterior ao mês do reajuste.
IPCA <sub>0</sub>	É o valor definitivo do número-índice do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no mês de março de 2024, no valor de 6.869,14.
TC <sub>0</sub>	É a média das taxas diárias de câmbio comercial de venda do dólar norte americano divulgadas no SGS-Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil, série código 001, com quatro casas decimais, referente ao mês de junho de 2024, que equivale a 5,2129.

9.1.3. Para o cálculo do PREÇO, todos os parâmetros descritos no item 9.1.1 e seus subitens serão arredondados para 4 (quatro) casas decimais.

9.1.4. Os PREÇOS não incluem TRIBUTOS que sejam devidos diretamente em virtude da execução deste CONTRATO e/ou do seu objeto.



- 9.1.5. Os TRIBUTOS devidos em decorrência direta da execução do CONTRATO serão incluídos de forma discriminada no valor total do DOCUMENTO DE COBRANÇA por ocasião do faturamento.
- 9.1.6. O valor total faturado incluirá, além do PREÇO, o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS), o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), quando aplicável, bem como quaisquer outros TRIBUTOS devidos nos termos do item 9.1.5 acima.
- 9.1.7. Os TRIBUTOS que sejam devidos em decorrência direta do CONTRATO ou de sua execução são de exclusiva responsabilidade da COMPRADORA.
- 9.1.8. Não se entende como tributos devidos em decorrência direta da execução do CONTRATO aqueles cujo ônus econômico deva ser suportado pela VENDEDORA, tais como: IRPJ, CSLL, IOF, Contribuições Previdenciárias sobre folha de pagamento, dentre outros.

## 9.2. **Faturamento e Pagamento**

- 9.2.1. O FORNECIMENTO será faturado MENSALMENTE no MÊS subsequente ao MÊS de FORNECIMENTO, por AFILIADAS da VENDEDORA, para cada PONTO DE ENTREGA, devendo a COMPRADORA pagar à VENDEDORA o valor resultante da fórmula abaixo:

$$FAT_m = QC_m \times PG$$

onde:

FAT <sub>m</sub>	É o valor, em R\$, a ser faturado MENSALMENTE, para cada PONTO DE ENTREGA, e indicado no DOCUMENTO DE COBRANÇA correspondente ao MÊS do FORNECIMENTO.
QC <sub>m</sub>	É a QUANTIDADE CORRIGIDA para o MÊS do PERÍODO DE FORNECIMENTO, em m <sup>3</sup> , aplicável ao respectivo PONTO DE ENTREGA.

PG	É o PREÇO do GÁS NATURAL, em R\$/m³, correspondente ao MÊS do FORNECIMENTO e aplicável ao respectivo PONTO DE ENTREGA.
----	--

9.2.2. Caso o somatório das QUANTIDADE(S) MEDIDA(S), em cada PONTO DE ENTREGA em determinado MÊS do PERÍODO DE FORNECIMENTO seja inferior ao volume equivalente ao *TAKE OR PAY* MENSAL, a COMPRADORA deverá pagar à VENDEDORA o valor equivalente à referida diferença, mediante nota de débito, nos termos dos procedimentos previstos nos itens 9.2.3 e seguintes, calculado conforme fórmulas abaixo:

Para o PONTO DE ENTREGA de Petrolina:

$$FAT_{TOPm} = \left[ (0,8 \times QMC) - QC_m + QA_G - \sum_{d=1}^N QF_d - \sum_{d=1}^N QN_{FMd} - \sum_{d=1}^N QN_{MPd} \right] \times \text{PREÇO DO GÁS}$$

Para o PONTO DE ENTREGA de Garanhuns:

$$FAT_{TOPm} = \left[ (0,8 \times QMC) - QC_m - QA_G - \sum_{d=1}^N QF_d - \sum_{d=1}^N QN_{FMd} - \sum_{d=1}^N QN_{MPd} \right] \times \text{PREÇO DO GÁS}$$

Onde:

FAT <sub>TOPm</sub>	É o valor, em R\$, a ser faturado no DOCUMENTO DE COBRANÇA para fins do cumprimento da obrigação relativa ao <i>TAKE OR PAY</i> MENSAL para cada PONTO DE ENTREGA.
QMC	É a QUANTIDADE MENSAL CONTRATADA, que equivale ao número de DIAS do MÊS de FORNECIMENTO multiplicado pela QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) prevista para o respectivo PONTO DE ENTREGA.

QC <sub>m</sub>	É a QUANTIDADE CORRIGIDA total para o MÊS do FORNECIMENTO, expressa em m <sup>3</sup> , calculada nos termos do item 8.2.1.
QA <sub>G</sub>	É a QUANTIDADE DE GÁS que seria paga a título de <i>TAKE OR PAY</i> MENSAL referente ao PONTO DE ENTREGA de Garanhuns e que, por opção da COMPRADORA, foi alocada à QUANTIDADE DE GÁS a ser paga a título de <i>TAKE OR PAY</i> MENSAL para o PONTO DE ENTREGA de Petrolina, nos termos do item 5.3.1.1.
QF <sub>d</sub>	É a QUANTIDADE FALTANTE, em m <sup>3</sup> , no DIA do FORNECIMENTO, para o respectivo PONTO DE ENTREGA, estimada nos termos do item 11.1.1.
QN <sub>FMd</sub>	É a QUANTIDADE DE GÁS, em m <sup>3</sup> , não disponibilizada no respectivo PONTO DE ENTREGA no DIA do FORNECIMENTO, decorrente de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.
QN <sub>MPd</sub>	É a QUANTIDADE DE GÁS, em m <sup>3</sup> , não disponibilizada no respectivo PONTO DE ENTREGA no DIA do FORNECIMENTO, decorrente de MANUTENÇÃO PROGRAMADA DA VENDEDORA.
d	É o d-ésimo DIA do MÊS de FORNECIMENTO.
N	É o número de DIAS do MÊS de FORNECIMENTO.
PREÇO DO GÁS	É o valor, em R\$/m <sup>3</sup> , do PREÇO DO GÁS aplicável ao MÊS do PERÍODO DE FORNECIMENTO previsto para o respectivo PONTO DE ENTREGA.

9.2.3. O RELATÓRIO DO DOCUMENTO DE COBRANÇA será apresentado pela VENDEDORA à COMPRADORA, via AVISO por meio eletrônico, até o 2º (segundo) DIA ÚTIL do MÊS subsequente ao MÊS do FORNECIMENTO, e os DOCUMENTOS DE COBRANÇA serão emitidos até o 5º (quinto) DIA ÚTIL.

9.2.4. A COMPRADORA deverá efetuar o pagamento dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA na CONTA DE TITULARIDADE DA VENDEDORA no prazo de até 20 (vinte) DIAS após a emissão dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.



- 9.2.4.1. O RELATÓRIO DOS DOCUMENTOS DE COBRANÇA será faturado e pago mediante depósito em conta corrente, valendo o comprovante bancário de depósito como prova de quitação.
- 9.2.5. Em caso de atraso na entrega de qualquer RELATÓRIO DO DOCUMENTO DE COBRANÇA, a data de vencimento dos respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA ficará prorrogada por prazo idêntico ao número de DIAS do referido atraso.
- 9.2.6. Caso o DIA de qualquer pagamento recaia em um DIA que não seja um DIA ÚTIL, o referido pagamento deverá ser efetuado no primeiro DIA ÚTIL subsequente.
- 9.2.7. Eventuais pagamentos devidos pela VENDEDORA à COMPRADORA nos termos deste CONTRATO deverão ser efetuados no prazo de até 20 (vinte) DIAS após a emissão dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA na CONTA DE TITULARIDADE DA COMPRADORA.
- 9.2.8. Em caso de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra PARTE nos termos deste CONTRATO, o valor em atraso estará sujeito aos seguintes encargos moratórios calculados da data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA até a data de seu efetivo pagamento:
- (a) atualização monetária com base na variação acumulada positiva do IPCA *pro rata die*;
  - (b) juros de 1% (um por cento) ao MÊS sobre o valor em atraso atualizado *pro rata die*; e
  - (c) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor em atraso atualizado.
- 9.2.9. No caso de DISPUTA em relação a qualquer cobrança de uma PARTE à outra PARTE, a PARTE devedora deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) DIAS da data de recebimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA em questão, enviar AVISO sobre a DISPUTA à PARTE credora, informando, em detalhes, a quantia controversa, as razões de seu desacordo, além de outros elementos importantes para elucidar a DISPUTA, sem prejuízo da obrigação de efetuar o pagamento integral, até a data de vencimento, do DOCUMENTO DE COBRANÇA em questão.





- 9.2.9.1. Caso as PARTES não cheguem a um acordo no prazo de até 30 (trinta) DIAS contados a partir do AVISO da DISPUTA, a DISPUTA será submetida à ARBITRAGEM, nos termos do item 20.1.
- 9.2.9.2. Quaisquer valores pagos que sejam considerados incorretamente cobrados, seja por meio de acordo ou por decisão arbitral, deverão ser devolvidos acrescidos de atualização monetária com base na variação acumulada positiva do IPCA *pro rata die* desde a data de seu pagamento até a data do seu ressarcimento/compensação.
- 9.2.10. Quaisquer valores devidos e não disputados por uma PARTE à outra PARTE nos termos deste CONTRATO poderão ser compensados pela PARTE credora contravalores devidos pela PARTE devedora nos termos deste CONTRATO e de quaisquer outros contratos celebrados entre as PARTES.

## CLÁUSULA DÉCIMA – RECUPERAÇÃO DE QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS

### 10.1. Recuperação de Quantidades Pagas e Não Retiradas

- 10.1.1. As QUANTIDADES DE GÁS NATURAL pagas pela COMPRADORA para fins do cumprimento das obrigações relativas ao *TAKE OR PAY* MENSAL para cada PONTO DE ENTREGA que não forem retiradas pela COMPRADORA em determinado MÊS (“**QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS**” ou “QPNR”) somar-se-ão no fechamento do respectivo MÊS ao saldo total de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR), e poderão ser recuperadas e retiradas pela COMPRADORA no respectivo PONTO DE ENTREGA, em qualquer MÊS subsequente, durante todo o prazo de vigência do CONTRATO, observadas as respectivas QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATADAS (QDC).
- 10.1.1.1. Na hipótese prevista no item 5.3.1.1, tais QUANTIDADES DE GÁS somar-se-ão, no fechamento do respectivo MÊS, ao saldo total das QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS para o PONTO DE ENTREGA de Petrolina.
- 10.1.2. As QUANTIDADES DE GÁS NATURAL a serem recuperadas pela COMPRADORA em determinado MÊS no prazo previsto no item 10.1.1 serão aquelas acima das QUANTIDADES DE GÁS NATURAL correspondentes ao volume de *TAKE OR PAY*



MENSAL, observado o limite máximo das QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATADAS (QDC) ("**QUANTIDADES RECUPERADAS**").

- 10.1.3. A COMPRADORA indicará as QUANTIDADES DE GÁS NATURAL a serem recuperadas na SOLICITAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO MENSAL, de acordo com o modelo constante dos TERMOS E CONDIÇÕES OPERACIONAIS, observado o disposto no item 10.1.1 e 10.1.2, devendo as QUANTIDADES RECUPERADAS serem deduzidas do saldo das respectivas QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS.
- 10.1.4. As QUANTIDADES DE GÁS NATURAL a serem recuperadas pela COMPRADORA, conforme mencionado no item 10.1.2, serão reavidas mediante emissão de nota de crédito pela VENDEDORA, respeitando o limite de saldo total de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR) para cada PONTO DE ENTREGA.
- 10.1.5. A COMPRADORA não terá direito a qualquer indenização ou qualquer outra forma de compensação por QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR) eventualmente não recuperadas no prazo previsto no item 10.1.1 ou em razão do término da vigência ou rescisão deste CONTRATO.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FALHA NO FORNECIMENTO E ERRO DE PROGRAMAÇÃO**

### **11.1. FALHA NO FORNECIMENTO**

11.1.1. Estará caracterizada uma falha no fornecimento, caso, a partir do INÍCIO DO FORNECIMENTO COMERCIAL a VENDEDORA entregue, em cada PONTO DE ENTREGA, QUANTIDADE DE GÁS NATURAL inferior àquela prevista na PROGRAMAÇÃO CONFIRMADA ou, ainda, ocorra a hipótese descrita no item 7.1.2(e) em caso de GÁS NATURAL DESCONFORME ("**FALHA NO FORNECIMENTO**"), sendo a diferença entre a QUANTIDADE MEDIDA e a QUANTIDADE DE GÁS prevista na PROGRAMAÇÃO CONFIRMADA definida como "**QUANTIDADE FALTANTE**".

11.1.2. Não se configurará FALHA NO FORNECIMENTO em caso de:

- i. CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR;
- ii. Fato imputável à COMPRADORA;

- iii. MANUTENÇÃO PROGRAMADA DA VENDEDORA;
- iv. Ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no item 15.7, desde que comprovadamente afete, total ou parcialmente, o FORNECIMENTO;
- v. Descumprimento, pela COMPRADORA, dos itens 4.1.1.1, 4.1.1.1.1, 4.1.1.2, 4.1.3.1 e/ou 4.1.3.2 deste CONTRATO que ocasione a emissão de ordem de AUTORIDADE GOVERNAMENTAL ou da ANP que comprovadamente paralise, total ou parcialmente, a operação da(s) PLANTA(S) DE REGASEIFICAÇÃO e, conseqüentemente, o FORNECIMENTO;
- vi. Suspensão da operação das PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO em decorrência de eventual imposição de AUTORIDADE GOVERNAMENTAL e/ou da ANP, em decorrência da hipótese prevista no item 15.7 deste CONTRATO e/ou da ausência de licenças e/ou autorização(ões) que venham a ser consideradas como requisitos para a operação das PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO, até a data de sua(s) emissão(ões) ou de eventual comunicação de dispensa, formalizada pela AUTORIDADE GOVERNAMENTAL aplicável e/ou pela ANP.

## 11.2. PENALIDADE POR FALHA NO FORNECIMENTO

11.2.1. Em caso de FALHA NO FORNECIMENTO com apuração de QUANTIDADE FALTANTE, a VENDEDORA pagará à COMPRADORA, no MÊS subsequente ao MÊS em que houve FALHA NO FORNECIMENTO, uma penalidade de natureza compensatória calculada nos termos abaixo (“**PENALIDADE POR FALHA NO FORNECIMENTO**”):

11.2.1.1. Para os primeiros 06 (seis) MESES de FORNECIMENTO:

$$PFF_d = QF_d \times \text{PREÇO DO GÁS}$$

11.2.1.2. A partir do sétimo MÊS de FORNECIMENTO:

$$PFF_d = QF_d \times (0,3 \times \text{PREÇO DO GÁS}),$$

Sendo

$$QF_d = QDP_d - QDR_d - QNR_d - QN_{FMd} - QN_{MPd}$$

Onde:

PFF <sub>d</sub>	É o valor, em R\$, da PENALIDADE POR FALHA NO FORNECIMENTO pelas FALHAS NO FORNECIMENTO ocorridas no DIA do FORNECIMENTO para o respectivo PONTO DE ENTREGA.
QF <sub>d</sub>	É a QUANTIDADE FALTANTE, em m <sup>3</sup> , no DIA do FORNECIMENTO, para o respectivo PONTO DE ENTREGA.
PREÇO DO GÁS	É o PREÇO DO GÁS, em R\$/m <sup>3</sup> , aplicável ao respectivo PONTO DE ENTREGA.
QDP <sub>d</sub>	É a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o DIA DO FORNECIMENTO para o respectivo PONTO DE ENTREGA.
QDR <sub>d</sub>	É a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) pela VENDEDORA no DIA do FORNECIMENTO para o respectivo PONTO DE ENTREGA.
QNR <sub>d</sub>	É a QUANTIDADE DE GÁS, em m <sup>3</sup> , não retirada pela COMPRADORA no DIA do FORNECIMENTO no respectivo PONTO DE ENTREGA, por fatos imputáveis à COMPRADORA, incluindo a hipótese de ERRO DE PROGRAMAÇÃO.
QN <sub>FMd</sub>	É a QUANTIDADE DE GÁS, em m <sup>3</sup> , não disponibilizada no respectivo PONTO DE ENTREGA no DIA do FORNECIMENTO, decorrente de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.
QN <sub>MPd</sub>	É a QUANTIDADE DE GÁS, em m <sup>3</sup> , não disponibilizada no respectivo PONTO DE ENTREGA no DIA do FORNECIMENTO, decorrente de MANUTENÇÃO PROGRAMADA DA VENDEDORA.

11.2.1.3. A PENALIDADE POR FALHA NO FORNECIMENTO deverá ser paga pela VENDEDORA à COMPRADORA no prazo de até 30 (trinta) DIAS após a emissão do respectivo DOCUMENTO DE COBRANÇA pela COMPRADORA.

11.2.1.4. A PENALIDADE POR FALHA NO FORNECIMENTO tem natureza compensatória e será a única indenização aplicável em caso de FALHA NO FORNECIMENTO, não sendo devida qualquer outra indenização a esse título pela VENDEDORA, mesmo que as perdas e

danos ou lucros cessantes incorridos pela COMPRADORA sejam superiores ao valor da PENALIDADE POR FALHA NO FORNECIMENTO.

11.2.2. Em caso de atraso no início da operação da planta de liquefação da VENDEDORA situada no Complexo Parnaíba, na cidade de Santo Antônio dos Lopes, no estado do Maranhão, de ocorrência de MANUTENÇÕES PROGRAMADAS DA VENDEDORA e/ou de eventuais manutenções não programadas da VENDEDORA, e/ou qualquer outra situação que possa ensejar FALHA NO FORNECIMENTO, a VENDEDORA executará o plano de contingência, assinado entre as PARTES, que constitui anexo da proposta apresentada pela VENDEDORA no âmbito da Chamada Pública n.º 002/2024, da qual decorreu o presente CONTRATO, hipótese em que não será configurada FALHA NO FORNECIMENTO.

### 11.3. PENALIDADE POR ERRO DE PROGRAMAÇÃO

11.3.1. Será considerado “**ERRO DE PROGRAMAÇÃO**” a hipótese na qual, em qualquer DIA, a partir do INÍCIO DO FORNECIMENTO COMERCIAL, a COMPRADORA retire:

- (a) Para o PONTO DE ENTREGA de Petrolina, QUANTIDADES DE GÁS NATURAL inferiores a 85% (oitenta e cinco por cento) ou superiores à 115% (cento e quinze por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o respectivo DIA, observado o limite da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC); e/ou
- (b) Para o PONTO DE ENTREGA de Garanhuns, QUANTIDADES DE GÁS NATURAL inferiores à 75% (setenta e cinco por cento) ou superiores à 125% (cento e vinte e cinco por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o respectivo DIA, observado o limite da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC).

11.3.1.1. Observados os itens 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.5, a COMPRADORA deverá, nas hipóteses previstas no item 11.3.1 acima, pagar uma penalidade à VENDEDORA, de natureza compensatória, a ser calculada de acordo com as fórmulas previstas abaixo, conforme o caso, sem prejuízo do *TAKE OR PAY* MENSAL:

11.3.1.1.1. Em caso de retirada de QUANTIDADE DE GÁS inferior aos limites estabelecidos nos itens 11.3.1 “a” e “b” acima, serão aplicadas,

respectivamente, as penalidades calculadas de acordo com as seguintes fórmulas (“**PENALIDADE POR ERRO DE PROGRAMAÇÃO A MENOR**”):

$$PEP_{MENOR-d} = QNREP_{MENOR-d} \times 0,3 \times \text{PREÇO DO GÁS},$$

Sendo, para o PONTO DE ENTREGA de Petrolina:

$$QNREP_{MENOR-d} = (0,85 \times QDP_d) - QDR_d - QN_{FMd}$$

E, para o PONTO DE ENTREGA de Garanhuns:

$$QNREP_{MENOR-d} = (0,75 \times QDP_d) - QDR_d - QN_{FMd}$$

Onde:

PEP <sub>MENOR-d</sub>	É o valor, em R\$, da PENALIDADE POR ERRO DE PROGRAMAÇÃO A MENOR devida pela retirada de QUANTIDADE DE GÁS em quantidade inferior aos limites estabelecidos nos itens 11.3.1 “a” e “b” deste CONTRATO.
QNREP <sub>MENOR-d</sub>	É a QUANTIDADE DE GÁS, em m <sup>3</sup> , não retirada pela COMPRADORA no DIA do FORNECIMENTO no respectivo PONTO DE ENTREGA devido à ERRO DE PROGRAMAÇÃO.
PREÇO DO GÁS	É o PREÇO DO GÁS, em R\$/m <sup>3</sup> , aplicável ao respectivo PONTO DE ENTREGA.
QDP <sub>d</sub>	É a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o DIA DO FORNECIMENTO para o respectivo PONTO DE ENTREGA.
QDR <sub>d</sub>	É a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA, em m <sup>3</sup> , no DIA do FORNECIMENTO, no respectivo PONTO DE ENTREGA.
QN <sub>FMd</sub>	É a QUANTIDADE DE GÁS não retirada no DIA do FORNECIMENTO, em m <sup>3</sup> , no respectivo PONTO DE ENTREGA, decorrente de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

11.3.1.1.2. Em caso de retirada de QUANTIDADE DE GÁS superior aos limites estabelecidos nos itens 11.3.1 “a” e “b” acima, serão aplicadas, respectivamente, as penalidades calculadas de acordo com as

seguintes fórmulas (**“PENALIDADE POR ERRO DE PROGRAMAÇÃO A MAIOR”**):

$$PEP_{MAIOR-d} = QREP_{MAIOR-d} \times 0,3 \times \text{PREÇO DO GÁS}$$

Sendo, para o PONTO DE ENTREGA de Petrolina:

$$QREP_{MAIOR-d} = QDR - 1,15 \times QDP_d$$

E, para o PONTO DE ENTREGA de Garanhuns:

$$QREP_{MAIOR-d} = QDR - 1,25 \times QDP_d$$

Onde:

PEP <sub>MAIOR-d</sub>	É o valor, em R\$, da PENALIDADE POR ERRO DE PROGRAMAÇÃO A MAIOR devida pela retirada de QUANTIDADE DE GÁS em quantidade superior aos limites estabelecidos nos itens 11.3.1 “a” e “b” deste CONTRATO.
QREP <sub>MAIOR-d</sub>	É a QUANTIDADE DE GÁS, em m <sup>3</sup> , retirada pela COMPRADORA no DIA do FORNECIMENTO, acima do limite previsto, no respectivo PONTO DE ENTREGA devido à ERRO DE PROGRAMAÇÃO.
PREÇO DO GÁS	É o PREÇO DO GÁS, em R\$/m <sup>3</sup> , aplicável ao respectivo PONTO DE ENTREGA.
QDP <sub>d</sub>	É a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o DIA DO FORNECIMENTO para o respectivo PONTO DE ENTREGA.

11.3.2. Não se configurará um ERRO DE PROGRAMAÇÃO caso a hipótese descrita no item 11.3.1 decorra de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – MUDANÇA DE LEI

- 12.1. Uma MUDANÇA DE LEI não ensejará uma alteração, para mais ou para menos, do PREÇO, exceto se ela se referir especificamente a quaisquer dos componentes do cálculo do PREÇO.
- 12.2. Observado o disposto no item 12.1 acima, em caso de uma MUDANÇA DE LEI, as PARTES deverão renegociar, de boa-fé, os termos e condições deste





CONTRATO afetados pela MUDANÇA DE LEI, de forma a preservar o equilíbrio do acordo técnico, econômico e financeiro originalmente estabelecido entre as PARTES.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR**

### **13.1. Abrangência**

13.1.1. Caracteriza-se como CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, com estrita observância da disposição contida no artigo 393 e seu parágrafo único do CÓDIGO CIVIL, qualquer evento ou circunstância que reúna os seguintes pressupostos:

- (a) tenha ocorrido e permanecido fora do controle da PARTE AFETADA e/ou sua(s) AFILIADA(S);
- (b) a PARTE AFETADA não tenha concorrido, direta ou indiretamente, para o evento ou circunstância, quer em virtude de um inadimplemento de qualquer das suas obrigações nos termos deste CONTRATO, de um descumprimento da lei, de atuação com culpa, dolo, erro ou omissão da PARTE AFETADA e/ou sua(s) AFILIADA(S);
- (c) a atuação da PARTE AFETADA e/ou sua(s) AFILIADA(S), apesar de diligente e tempestiva, tenha sido insuficiente para impedir ou atenuar os efeitos da ocorrência do evento ou circunstância; e
- (d) tenha afetado ou impedido o cumprimento, pela PARTE AFETADA e/ou sua(s) AFILIADA(S), de suas obrigações previstas neste CONTRATO.

13.1.2. Sem limitar a generalidade do conceito contido no artigo 393 e seu parágrafo único do CÓDIGO CIVIL, observados os pressupostos descritos no item 13.1.1 acima, CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR poderá abranger os seguintes eventos, listados a título meramente exemplificativo:

- (a) ato de atentado público ou terrorista, guerra declarada ou não, ameaça de guerra, revolução, guerrilha, insurreição, comoção civil, revolta, tumulto, rebelião, insurreição militar, golpe de estado, estado de sítio, declaração de estado de emergência ou lei marcial, embargo ou bloqueio ou situações outras que não se enquadrem nas excludentes citadas no item 13.2.1;

- (b) ato de sabotagem, de terrorismo ou de vandalismo a instalações, ainda que parcial, da PARTE AFETADA e/ou sua(s) AFILIADA(S); cataclismos, raios, terremotos, maremotos, tornados, incêndios, tempestades que venham a resultar na evacuação de áreas atingidas, inundações, explosões e eventos meteorológicos excepcionais e imprevisíveis;
- (c) desapropriação, confisco, aquisição compulsória de todos ou de parcela substancial dos ativos da PARTE AFETADA e/ou sua(s) AFILIADA(S) por qualquer órgão do governo que tenha competência sobre as PARTES ou sobre as operações previstas neste CONTRATO.

### 13.2. Eventos Excluídos

#### 13.2.1. Não serão considerados como CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR:

- (a) greves que afetem apenas PARTE AFETADA e/ou sua(s) AFILIADA(S), conforme o caso, ou que não sejam nacionais, regionais ou setoriais (independentemente de serem declaradas legais ou ilegais);
- (b) condições climáticas normais ou adversas previsíveis, de acordo com estudos climatológicos das AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS competentes, e condições geológicas predominantes no local do PONTO DE ENTREGA ou em qualquer local em que as PARTES executem qualquer obrigação sob este CONTRATO;
- (c) mudanças nas condições de mercado que afetem disponibilidade, demanda, preço ou custo de mão de obra, insumos, materiais e equipamentos necessários ao cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO;
- (d) mudanças nas condições de mercado de comercialização de GÁS NATURAL ou do GNL, incluindo variações no preço do GÁS NATURAL ou do GNL, decorrentes ou não de variações econômicas, financeiras ou comerciais no mercado nacional ou internacional;
- (e) quaisquer atos de AUTORIDADE GOVERNAMENTAL que poderiam ter sido evitados pela PARTE AFETADA;
- (f) MUDANÇA DE LEI;

- (g) alteração das condições econômicas e financeiras da PARTE AFETADA e/ou sua(s) AFILIADA(S), incluindo relacionadas ao objeto de suas atividades, incapacidade financeira, falta de fundos, mudança de condições de mercado para compra de GÁS NATURAL ou GNL ou a incapacidade de tomar fundos emprestados;
- (h) qualquer prejuízo acidental, quebra ou falha de instalações, maquinário ou equipamento pertencente à PARTE AFETADA, ou qualquer evento ligado ao seu negócio, exceto se tal prejuízo acidental, quebra ou falha de instalações, maquinário ou equipamento ocorrer em virtude de um evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR;
- (i) atraso no desempenho das obrigações assumidas por contratados ou subcontratados de uma PARTE que afetem o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas por tal PARTE;

13.2.2. A isenção de responsabilidade prevista nesta Cláusula somente se aplicará às obrigações da PARTE AFETADA cujo cumprimento tenha sido comprovada e diretamente afetado pelo evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR. A ocorrência de um evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR não eximirá a PARTE AFETADA do cumprimento de obrigações que tenham se tornado devidas e exigíveis antes da sua ocorrência.

### **13.3. Procedimentos em Ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR**

13.3.1. Verificada a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, as PARTES deverão adotar os seguintes procedimentos:

- (a) caso uma PARTE deseje pleitear a exoneração do cumprimento de suas obrigações em função de qualquer hipótese ou circunstância de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, deverá notificar por escrito a outra PARTE acerca do evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, dentro do prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após ter tomado conhecimento, e um segundo AVISO, em até 10 (dez) dias após o primeiro, em que a PARTE AFETADA deverá demonstrar detalhadamente a ocorrência da CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, inclusive estimando o período de tempo que a PARTE AFETADA provavelmente necessitará para reparar a situação de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

- (b) cada AVISO entregue pela PARTE AFETADA à outra PARTE nos termos acima, especificará a hipótese ou circunstância de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR com relação à qual a PARTE AFETADA esteja pleiteando declaração. A não observância do procedimento aqui previsto implicará a suspensão das obrigações afetadas pelo CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR apenas quando for recebido pela outra PARTE o AVISO emitido pela PARTE AFETADA.

13.3.2. A PARTE AFETADA, em virtude de qualquer hipótese ou circunstância de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR com relação à qual tenha pleiteado exoneração nos termos do item 13.3.1 acima:

- (a) envidará seus melhores esforços para mitigar os efeitos de tal CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR e para sanar qualquer incapacidade de cumprimento de suas obrigações aqui previstas em razão de tais hipóteses assim que razoavelmente viável;
- (b) fornecerá relatórios semanais à outra PARTE acerca do andamento das gestões para que sejam superados os efeitos prejudiciais da hipótese de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR em questão;
- (c) propiciará à outra PARTE meios razoáveis para a obtenção de informações adicionais sobre a hipótese ou circunstância de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR; e
- (d) retomará o cumprimento de suas obrigações previstas neste CONTRATO imediatamente após as hipóteses de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR serem sanadas, deixarem de existir ou serem havidas por encerradas nos termos do parágrafo que se segue.

13.3.3. A PARTE AFETADA ficará exonerada de qualquer responsabilidade por atrasos no cumprimento ou descumprimento de suas obrigações previstas neste CONTRATO, desde que tal descumprimento seja atribuível diretamente à hipótese de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR. O CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR não exonerará uma PARTE de suas obrigações na medida de sua culpa concorrente ou de sua omissão em envidar a devida diligência para sanar a situação e remover a causa de maneira adequada e com toda presteza.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES

- 14.1. Observado o disposto no item 14.2, este CONTRATO, incluindo os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderão ser cedidos por uma PARTE, total ou parcialmente, sem o consentimento, por escrito, da outra PARTE, o qual não poderá ser imotivadamente negado.
- 14.2. A VENDEDORA poderá ceder este CONTRATO, incluindo os direitos e obrigações dele decorrentes, total ou parcialmente, a uma AFILIADA ou em garantia a FINANCIADORES, mediante envio de AVISO à COMPRADORA, independentemente do consentimento da COMPRADORA, sendo certo que a COMPRADORA não responderá perante os FINANCIADORES em qualquer hipótese.
- 14.3. A cessão, por qualquer das PARTES, da totalidade ou parte de suas obrigações ou direitos decorrentes deste CONTRATO, em desacordo com as disposições desta Cláusula, será considerada nula e sem efeito, sem prejuízo dos demais direitos da PARTE prejudicada previstos neste CONTRATO.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – COMODATO

- 15.1. Durante o prazo de vigência e mediante a assinatura do COMODATO, conforme Anexo III deste CONTRATO, a COMPRADORA se compromete a disponibilizar gratuitamente, em COMODATO, as PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO e os ISO CONTÊINERES COPERGÁS.
- 15.2. Enquanto perdurar o COMODATO, a COMPRADORA será responsável (i) pelos encargos, tributos e despesas relativas aos TERRENOS, responsabilizando-se pelo fiel e integral cumprimento de todas as normas legais e regulatórias aplicáveis, e (ii) pela segurança patrimonial das PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO e dos ISO CONTÊINERES COPERGÁS, assumindo a obrigação de manter a VENDEDORA livre e indene de qualquer ação, reclamação ou indenização recorrente do não cumprimento do disposto neste item.
- 15.3. Enquanto perdurar o COMODATO, a VENDEDORA será responsável pelos custos referentes ao consumo de serviços essenciais à sua operação, ou seja, serviços de eletricidade, telecomunicações, água e esgoto, e pelo fiel e integral cumprimento de todas as normas legais e regulamentares

relacionadas à operação das PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO, observada a Cláusula 4.1 deste CONTRATO, assumindo a obrigação de manter a COMPRADORA livre e indene de qualquer ação, reclamação ou indenização recorrente do não cumprimento do disposto neste item.

- 15.4. A COMPRADORA é responsável por entregar as PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO e os ISO CONTÊINERES COPERGÁS com todas as respectivas licenças, autorizações legais e regulatórias e as respectivas apólices de seguro vigentes e devidamente regulares, bem como por assim mantê-las por todo o PERÍODO DE FORNECIMENTO.
- 15.5. A COMPRADORA é responsável por entregar as PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO em perfeito estado de operação e manutenção, segundo as melhores práticas do mercado, e em conformidade com a legislação e as normas e regulamentações aplicáveis vigentes.
- 15.6. Enquanto perdurar o COMODATO, a COMPRADORA será responsável pela guarda e vigilância das INSTALAÇÕES DA COMPRADORA.
- 15.7. As PARTES acordam que a COMPRADORA será a única responsável por eventuais irregularidades, falhas, defeitos e/ou vícios ocultos das PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO e dos ISO CONTÊINERES COPERGÁS, bem como por eventuais danos e/ou penalidades decorrentes de irregularidades e/ou inobservâncias de obrigações legais, normativas, regulatórias, técnicas, operacionais, de condicionantes ligadas às licenças aplicáveis e de recomendações técnicas dos respectivos fabricantes, cujo fato gerador seja anterior ao início do período do COMODATO, ainda que não indicadas previamente pela VENDEDORA no Anexo III – RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

- 16.1. As PARTES obrigam-se, pelo prazo de duração deste CONTRATO e suas eventuais prorrogações e adicionalmente por 10 (dez) anos após o término dos mesmos, a manter o CONTRATO sob sigilo, bem como todas as informações referentes a qualquer aspecto deste CONTRATO, que lhe forem transmitidas ou obtidas em razão destes.



- 16.1.1. As PARTES se responsabilizam, para fins de sigilo, pelas informações referentes a qualquer aspecto do CONTRATO divulgadas por si, sucessores e representantes.
- 16.1.2. São consideradas sigilosas e confidenciais todas as informações fornecidas, independentemente de expressa menção quanto ao sigilo e confidencialidade das mesmas.
- 16.2. O descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade importará em qualquer hipótese, na responsabilidade civil por perdas e danos que a PARTE infratora venha a causar à outra PARTE.
- 16.3. Só serão legítimos como motivos de exceção à obrigatoriedade de sigilo, a ocorrência de descumprimento nas seguintes hipóteses:
- (a) a informação já era comprovadamente conhecida e de domínio público anteriormente à sua divulgação por forma legal e legítima ou venha a se tornar pública posteriormente, sem que a revelação seja feita indevidamente pela PARTE receptora da informação confidencial às tratativas de contratação, sejam elas diretas ou através de procedimento legal;
  - (b) ter havido prévia e expressa anuência da PARTE titular da informação, mediante autorização da maior autoridade do órgão responsável pelo CONTRATO, quanto à liberação da obrigação de sigilo e confidencialidade relativamente àquela informação;
  - (c) a informação foi comprovadamente obtida por outra fonte, de forma legal e legítima;
  - (d) a determinação judicial, legal e/ou solicitação de órgão público a que quaisquer das PARTES estejam subordinadas ou vinculadas, desde que requerido segredo de justiça no seu trato judicial e/ou administrativo, devendo ainda a PARTE que divulgou a informação dar ciência à outra PARTE;
  - (e) a informação foi desenvolvida pela PARTE ou por uma de suas AFILIADAS independentemente da informação contida e liberada para tal PARTE nos termos do CONTRATO;



- (f) para qualquer órgão governamental, regulador ou órgão de controle, devendo a PARTE que realizar a divulgação, informar sobre a divulgação e sua finalidade quando e se demandada pelas outras PARTES.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – INADIMPLEMENTO E RESCISÃO**

### **17.1. Hipóteses de Rescisão**

17.1.1. Este CONTRATO poderá ser rescindido, sem responsabilidade de quaisquer das PARTES:

- (a) por mútuo acordo entre as PARTES; ou
- (b) em razão de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, por um período continuado maior que 180 (cento e oitenta) DIAS ininterruptos ou 360 (trezentos e sessenta) DIAS alternados, mediante envio de AVISO da PARTE AFETADA à outra PARTE.

17.1.2. Este CONTRATO poderá ser rescindido pela PARTE adimplente, com responsabilidade da PARTE inadimplente, mediante envio de AVISO:

- (a) se uma PARTE deixar de pagar à outra PARTE qualquer valor devido nos termos deste CONTRATO por prazo superior a 60 (sessenta) DIAS, contados a partir da data imediatamente após a data de vencimento de qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA que não seja objeto de DISPUTA nos termos do item 9.2.9;
- (b) se uma PARTE perder quaisquer de suas autorizações ou licenças necessárias ao cumprimento do objeto deste CONTRATO e que efetivamente impeça o cumprimento do objeto deste CONTRATO e não sanar referido inadimplemento no prazo de até 60 (sessenta) DIAS do recebimento de AVISO da outra PARTE;
- (c) se uma PARTE ceder, parcial ou totalmente, os direitos e obrigações decorrentes deste CONTRATO em desacordo com a Cláusula Décima Quarta;
- (d) se qualquer procedimento for instaurado em face de uma PARTE visando a declarar a sua falência ou insolvência, e o procedimento em questão

não for extinto ou elidido em virtude de depósito, em qualquer caso, no prazo legal para a realização do depósito elisivo da falência; ou se for declarada a falência, insolvência, recuperação judicial ou liquidação de uma PARTE, ou qualquer evento análogo à declaração de falência, insolvência, recuperação judicial ou liquidação, de acordo com a LEI; ou se uma PARTE ajuizar pedido visando beneficiar-se de qualquer outra LEI disciplinadora de falência, insolvência, recuperação judicial ou extrajudicial de acordo com a LEI; dissolução de uma PARTE ou encerramento de suas atividades; ou

(e) em caso de violação às LEIS ANTICORRUPÇÃO.

17.1.3. Em caso de rescisão do CONTRATO pela PARTE adimplente nos termos da Cláusula 17.1.2, a PARTE inadimplente estará sujeita ao pagamento de multa rescisória de natureza compensatória no valor equivalente a 30% (trinta por cento) do valor remanescente do CONTRATO.

17.1.3.1. A multa rescisória será calculada com base na seguinte fórmula:

$$MR = [(PREÇO_{PET} \times QMC_{PET}) + (PREÇO_{GAR} \times QMC_{GAR})] \times MR_{pf} \times 0,3, \text{ onde:}$$

MR	É o valor, em R\$, da multa por rescisão.
PREÇO <sub>PET</sub>	É o valor, em R\$/m <sup>3</sup> , do PREÇO DO GÁS para o PONTO DE ENTREGA de Petrolina no MÊS da rescisão.
QMC <sub>PET</sub>	É o número de DIAS do MÊS de FORNECIMENTO multiplicado pelas QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATADAS (QDC) previstas para o PONTO DE ENTREGA de Petrolina.
PREÇO <sub>GAR</sub>	É o valor, em R\$/m <sup>3</sup> , do PREÇO DO GÁS para o PONTO DE ENTREGA de Garanhuns no MÊS da rescisão.
QMC <sub>GAR</sub>	É o número de DIAS do MÊS de FORNECIMENTO multiplicado pelas QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATADAS (QDC) previstas para o PONTO DE ENTREGA de Garanhuns.

MR <sub>pf</sub>	É o número de MESES remanescentes do PERÍODO DE FORNECIMENTO, contados da data da rescisão do CONTRATO até o último MÊS do PERÍODO DE FORNECIMENTO.
------------------	---

- 17.1.5. Todos e quaisquer valores devidos de uma PARTE à outra PARTE até a data de rescisão deste CONTRATO, bem como a multa rescisória, deverão ser integralmente pagos no prazo de até 10 (dez) DIAS após a data da rescisão deste CONTRATO, incluindo o *TAKE OR PAY* MENSAL calculado proporcionalmente até a data da rescisão, observado o disposto na Cláusula 9.2.9.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – INDENIZAÇÃO E LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

- 18.1. Cada PARTE deverá defender, indenizar e manter indene a outra PARTE e suas AFILIADAS quanto a todos e quaisquer prejuízos, danos, penalidades, custos e despesas de qualquer natureza (inclusive despesas legais, contábeis, de consultoria, engenharia para conclusão da obra, investigação e outras despesas), decorrentes de quaisquer demandas, incluindo autuações, notificações judiciais ou extrajudiciais, ações judiciais e procedimentos arbitrais relacionadas (a) ao cumprimento de suas obrigações sob este CONTRATO; (b) aos seus subcontratados e empregados, (c) à infração ou alegação de infração de LEIS, incluindo LEIS tributárias, trabalhistas, previdenciárias, ambientais e LEIS ANTICORRUPÇÃO; e (d) a quaisquer pretensões ou direitos de terceiros sobre a posse ou titularidade de qualquer bem necessário ao cumprimento de suas obrigações sob este CONTRATO.
- 18.2. O somatório da responsabilidade de cada uma das PARTES decorrente deste CONTRATO está limitado ao montante total equivalente a 100% (cem por cento) do valor total do CONTRATO (“**LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**”), exceto nas hipóteses abaixo, que não estarão sujeitas a tal limite:
- (a) violação de LEI trabalhista ou previdenciária, assim como reclamações trabalhistas de empregados de qualquer das PARTES, sem prejuízo das demais, por acidente ou morte;

- (b) em de violação à legislação de combate à corrupção e lavagem de dinheiro ou do seu dever de confidencialidade por qualquer das PARTES;
  - (c) danos ao meio ambiente;
  - (d) fraude, dolo ou culpa grave por qualquer das PARTES;
  - (e) danos causados à propriedade de qualquer das PARTES.
- 18.3. Em nenhuma hipótese, nenhuma PARTE será responsável perante a outra PARTE por danos indiretos ou lucros cessantes incorridos pela outra PARTE em virtude da execução ou inexecução de suas obrigações sob este CONTRATO.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ENDEREÇO PARA AVISO

- 19.1. Para todos os efeitos legais derivados do CONTRATO, as PARTES indicam, a seguir, os respectivos domicílios, únicos locais onde serão válidos todos os AVISOS a se efetuarem com relação ao CONTRATO:

Se para a **COMPRADORA**:

Endereço: Av. Conselheiro Aguiar nº 1.748, 8º andar, Boa Viagem, Recife – Pernambuco.

CEP: 51111 010

A/C: Roberto Zanella – Diretor Técnico comercial

E-mail: [roberto.zanella@copergas.com.br](mailto:roberto.zanella@copergas.com.br)

C/C: Jacinto Sousa – Assessor da Diretoria Técnica Comercial

E-mail: [jacinto.sousa@copergas.com.br](mailto:jacinto.sousa@copergas.com.br)

Fone: (81) 3464 7400

Plantão Emergencial: 08002812002

Programação:

[programacao@copergas.com.br](mailto:programacao@copergas.com.br)

Medição e Qualidade:

[medicao@copergas.com.br](mailto:medicao@copergas.com.br)

[gmar@copergas.com.br](mailto:gmar@copergas.com.br)

Financeiro:



[gfin@copergas.com.br](mailto:gfin@copergas.com.br);  
[isabela.santana@copergas.com.br](mailto:isabela.santana@copergas.com.br)  
[pedro.coelho@copergas.com.br](mailto:pedro.coelho@copergas.com.br)

Se para a **VENDEDORA**:

Endereço: Praia de Botafogo, 501, Bloco I, 2 e 4º andares – parte, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22250-040

A/C: Brian Van Kregten e Sue Cardim

E-mails: [brian.kregten@eneva.com.br](mailto:brian.kregten@eneva.com.br) / [sue.cardim@eneva.com.br](mailto:sue.cardim@eneva.com.br)

C/C: [comercial@eneva.com.br](mailto:comercial@eneva.com.br) / [sslhg.parnaiba@eneva.com.br](mailto:sslhg.parnaiba@eneva.com.br)

- 19.2. As PARTES acordam que todos os AVISOS no âmbito deste CONTRATO serão enviados prioritariamente por via eletrônica (e-mail), hipótese em que o AVISO será considerado recebido mediante confirmação automática de recebimento emitida pelo respectivo sistema eletrônico (confirmação de recebimento de e-mail).
- 19.3. Qualquer uma das PARTES terá o direito de modificar os seus dados bancários, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, bem como o seu domicílio mediante AVISO transmitido à outra PARTE.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA – SOLUÇÃO DE DISPUTAS

- 20.1. Diante de quaisquer DISPUTAS oriundas deste CONTRATO ou com ele relacionadas, as PARTES, antes de qualquer outra medida, buscarão uma solução de consenso amigavelmente. Caso uma das PARTES considere que inexistem condições para a solução amigável da DISPUTA, salvo aquelas que devam ser submetidas a PERITAGEM por vontade das PARTES, a DISPUTA será resolvida por ARBITRAGEM definitiva e vinculante, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, conforme alterada, e com as disposições desta Cláusula.
- 20.1.1. A ARBITRAGEM se dará em caráter confidencial e será administrada pela Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem, de acordo com seu regulamento ("**CÂMARA ARBITRAL**").
- 20.1.2. A recusa, por qualquer parte, em participar de procedimento arbitral nos termos desta Cláusula não impedirá que a ARBITRAGEM se desenvolva e se conclua validamente, ainda que à sua revelia, e



que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às PARTES.

- 20.1.3. O TRIBUNAL ARBITRAL será constituído por 3 (três) ÁRBITROS, sendo um ÁRBITRO indicado pela COMPRADORA, um ÁRBITRO indicado pela VENDEDORA e cabendo aos ÁRBITROS escolhidos pelas PARTES indicar o terceiro árbitro, que será o presidente do TRIBUNAL ARBITRAL. Os árbitros poderão ser integrantes ou não do corpo de ÁRBITROS da CÂMARA ARBITRAL. Se os dois árbitros escolhidos pelas PARTES não puderem chegar a um acordo sobre a escolha do terceiro árbitro no prazo de 15 (quinze) dias após sua nomeação, então, o terceiro árbitro será nomeado em conformidade com o regulamento da CÂMARA ARBITRAL.
- 20.1.4. O TRIBUNAL ARBITRAL terá sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, local onde a sentença arbitral será proferida.
- 20.1.5. O idioma a ser utilizado no processo de ARBITRAGEM será a língua portuguesa. A LEI aplicável será a da República Federativa do Brasil e o TRIBUNAL ARBITRAL não poderá recorrer à equidade para solucionar quaisquer DISPUTAS.
- 20.1.6. Eventuais medidas de urgência deverão ser requeridas em face de um árbitro de emergência, na forma do regulamento da CÂMARA ARBITRAL, renunciando as PARTES a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 20.1.7. Por decorrência legal, o cumprimento da sentença arbitral e a execução específica de obrigações contratuais líquidas, certas e exigíveis sempre serão exercidas perante o poder judiciário.
- 20.1.8. O curso de qualquer ação judicial em conformidade com esta Cláusula não resultará em qualquer renúncia à ARBITRAGEM ou da jurisdição do TRIBUNAL ARBITRAL.
- 20.2. Sem prejuízo da ARBITRAGEM, as PARTES reconhecem que determinadas DISPUTAS resultantes deste CONTRATO cujas matérias sejam relacionadas a assuntos eminentemente técnicos poderão ser resolvidas por PERITAGEM. Havendo divergência entre as PARTES quanto ao cabimento da PERITAGEM, esta não será aplicável. Em caso de aplicação de PERITAGEM, o laudo final

emitido pelo PERITO será vinculante e poderá constituir prova em eventual ARBITRAGEM posterior, ocasião em que as PARTES somente poderão produzir prova sobre a mesma matéria por determinação do TRIBUNAL ARBITRAL. Para que uma DISPUTA seja submetida a um PERITO, serão aplicados os procedimentos abaixo.

20.2.1. Os procedimentos para nomeação do PERITO serão os seguintes:

- (a) a PARTE que desejar submeter a DISPUTA a um PERITO deverá comunicar tal intenção à outra PARTE por meio de AVISO, relatando, de forma pormenorizada, os motivos da DISPUTA;
- (b) de comum acordo, as PARTES deverão designar o PERITO responsável pelo exame da DISPUTA no prazo de 15 (quinze) DIAS da entrega do AVISO a que se refere o subitem precedente;
- (c) se dentro do prazo definido no subitem precedente as PARTES não chegarem a um consenso sobre o PERITO a ser designado, caberá à CÂMARA ARBITRAL atuar como autoridade nomeadora, conforme previsto em sua Resolução Administrativa nº 26/2017;
- (d) os termos do instrumento de nomeação do PERITO serão acordados entre este e as PARTES, que deverão cooperar no sentido de sua elaboração no prazo mais breve possível;
- (e) havendo contraindicação ou impedimento, recusa ou ausência de resposta no prazo de até 10 (dez) DIAS da entrega do AVISO mencionado no item acima, o procedimento de nomeação de um outro PERITO, se esta for a vontade das PARTES:
  - (e.1) reiniciar-se-á segundo a etapa que tenha determinado o último nome escolhido;
  - (e.2) repetir-se-á, de igual modo, até que se escolha um PERITO que aceite e possa atuar nessa função, ou até que as PARTES desistam de continuar o processo de nomeação, ou até que as PARTES desistam de submeter a DISPUTA a um PERITO. Em quaisquer

desses casos, será respeitado o prazo máximo de 30 (trinta) DIAS contados a partir do reinício da nomeação do PERITO, findo o qual, não ocorrendo nenhuma das hipóteses referidas, a DISPUTA será levada à ARBITRAGEM.

20.2.2. A pessoa a ser nomeada como PERITO deverá atender aos seguintes requisitos:

- (a) deverá ser qualificada por formação técnica, experiência e treinamento para opinar sobre a DISPUTA e deverá ser fluente na língua portuguesa;
- (b) não poderá ter conflito de interesses, antes ou depois de aceitar sua nomeação. Havendo conflito, o nomeado, se desejar atuar na solução da DISPUTA, deverá desvincular-se dos interesses ou compromissos (anteriores ou posteriores), após o que as PARTES decidirão se confirmam ou não a nomeação feita; e
- (c) não poderá, no momento de sua nomeação ou durante sua atuação como PERITO de tal DISPUTA, ocupar cargo de diretor, chefe de escritório, empregado, prestador de serviço, ainda que por pessoa interposta ou consultor de uma das PARTES ou de alguma AFILIADA das mesmas; nem poderá ter ocupado ou vir a ocupar qualquer desses cargos nos 24 (vinte e quatro) MESES anteriores ou posteriores à sua nomeação como PERITO.

20.2.3. Todas as informações, dados ou documentos enviados ao PERITO por qualquer PARTE devem ser considerados como confidenciais, não podendo ser revelados pelo PERITO a pessoa alguma, à exceção de seus empregados ou consultores profissionais, ficando, de qualquer forma, condicionada a revelação ao seguinte:

- (a) Os empregados ou consultores profissionais do PERITO deverão, antes do recebimento das informações, dados ou documentos a que se refere o item 20.2.3, assumir por escrito obrigações específicas com o PERITO no sentido de mantê-los sob estrita confidencialidade.

- 20.2.4. As obrigações do PERITO deverão estar dispostas no instrumento de sua nomeação, dentre as quais, necessariamente, as seguintes:
- (a) julgar com imparcialidade a DISPUTA, baseando-se somente nos fatos e dados apresentados pelas PARTES;
  - (b) decidir a DISPUTA no prazo determinado que não poderá exceder 90 (noventa) DIAS após a confirmação de sua nomeação, descontados os DIAS de demora no recebimento de informações solicitadas ou de respostas a consultas ou notificações enviadas a qualquer PARTE;
  - (c) apresentar, por escrito, às PARTES, antes de findo o prazo definido conforme o subitem precedente, versão assinada do documento em que manifeste, fundamentadamente, sua decisão sobre a DISPUTA;
  - (d) manter e diligenciar pela confidencialidade a que se refere o item 20.2.3; notificar a outra PARTE, com antecedência de 10 (dez) DIAS, de qualquer reunião que tencione realizar com uma PARTE, facultando àquela outra a participação no referido encontro;
  - (e) devolver, à PARTE que os tiver remetido, todos os documentos (e respectivas cópias) encaminhados para a execução de seu trabalho, tão logo o tenha concluído.
- 20.2.5. O PERITO deverá ignorar todas as informações a ele remetidas após o prazo de 30 (trinta) DIAS de sua nomeação, salvo as enviadas para atendimento a um pedido específico, cujo prazo de entrega será de no máximo 10 (dez) DIAS da solicitação do PERITO.
- 20.2.6. O PERITO terá, dentre outros estabelecidos no instrumento de sua nomeação, o direito de solicitar às PARTES quaisquer informações adicionais que considere necessárias ao julgamento da DISPUTA.
- 20.2.7. Cada PARTE terá, em relação ao PERITO e à outra PARTE, o seguinte elenco de obrigações, com vista à submissão da DISPUTA a PERITAGEM:

- a) enviar ao PERITO, no prazo máximo de 30 (trinta) DIAS de sua nomeação, os documentos com as informações necessárias à solução da DISPUTA;
- b) dispor para o PERITO, no prazo máximo de 10 (dez) DIAS da solicitação, todas as informações adicionais específicas que o PERITO julgue necessárias ao desenvolvimento de seu trabalho;
- c) enviar simultaneamente à outra PARTE cópias dos documentos com as informações a que se referem as duas alíneas precedentes;
- d) arcar com os respectivos custos para envio das informações ao PERITO e à outra PARTE, bem como com as despesas com advogados, consultores, testemunhas, empregados e outras pessoas envolvidas nesse processo;
- e) arcar com 50% (cinquenta por cento) dos custos e despesas comuns de PERITAGEM, dentre os quais incluem-se os honorários do PERITO.

20.2.8. Dentre os direitos que cada PARTE terá, enumeram-se:

- a) o de participar de quaisquer reuniões do PERITO com a outra PARTE;
- b) o de comentar ou contestar informações enviadas pela outra PARTE ao PERITO, desde que o faça por escrito e no prazo de 15 (quinze) DIAS do recebimento de tais informações.

20.2.9. Se dentro do prazo determinado - que não poderá exceder 90 (noventa) DIAS da nomeação, salvo por consentimento expresso das PARTES - o PERITO não tiver apresentado sua decisão, então, a pedido de qualquer PARTE, outro PERITO deverá ser eleito. Entretanto, o novo PERITO somente atuará na solução da DISPUTA se até a data de sua investidura não tiver sido ainda oferecida a decisão do antigo PERITO. Sendo oferecida a decisão, esta será acatada pelas PARTE e cessarão os efeitos da nomeação do novo

PERITO.

- a) Após a decisão final a PARTES vencedora será reembolsada, pela PARTE perdedora, de todos os custos em que comprovadamente tiver incorrido para realizar a PERITAGEM.
- b) Aplica-se, subsidiariamente a este item, naquilo que não se lhe conflitar, a Lei nº 9.307, de 22 de setembro de 1996.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – CONDUTA DAS PARTES

21.1. Em relação a este CONTRATO, cada PARTE declara, garante e se compromete que ela e suas AFILIADAS, bem como seus respectivos conselheiros, diretores e funcionários conduzirão todas as suas atividades de maneira diligente, segura e eficiente, em consonância com a LEI, adotando as melhores práticas da indústria nacional de GN e obediência às normas e procedimentos técnicos e científicos pertinentes, visando à garantia de:

- a) segurança operacional, através do emprego de métodos e processos que assegurem a segurança ocupacional, a saúde ocupacional do trabalhador e a prevenção de acidentes operacionais de acordo com os requisitos mínimos de Segurança, Saúde e Meio Ambiente (Requisitos Mínimos de SMS), sendo que cada uma das PARTES cumprirá com o seu próprio código de conduta contido no Anexo II e com a LEI;
- b) preservação do meio ambiente e respeito às populações, através da adoção de tecnologias e procedimentos associados à prevenção e à mitigação de danos ambientais;
- c) proteção e segurança do usuário final quando da utilização do GN.

21.2. Em relação a este CONTRATO, cada PARTE declara, garante e se compromete que ela e suas AFILIADAS, bem como seus respectivos conselheiros, diretores e funcionários:

- 21.2.1. Realizarão auditoria apropriada e proporcional aos critérios relevantes antes de designar ou contratar qualquer contratado independente, incluindo a capacidade deste contratado de executar o trabalho proposto de forma correta, no prazo, dentro



custo orçado, e em conformidade com os requisitos da LEI e deste CONTRATO que forem aplicáveis.

- 21.2.2. Não realizaram, ofereceram, prometeram ou autorizaram, bem como não realizarão, oferecerão, prometerão ou autorizarão, a entrega de qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem, seja diretamente ou indiretamente, para o uso ou benefício direto ou indireto de qualquer AUTORIDADE GOVERNAMENTAL, agente ou funcionário público, partido político, representante de partido político, candidato a cargo eletivo ou qualquer outro indivíduo ou entidade, quando tal oferta, pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem constituir violação às LEIS ANTICORRUPÇÃO; e não solicitaram, aceitaram ou receberam, bem como não solicitarão, aceitarão ou receberão, a entrega de qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem, quando tal solicitação, aceitação ou recebimento constituir violação às LEIS ANTICORRUPÇÃO.
- 21.2.3. Adicionalmente, nas atividades econômicas e financeiras relativas a este CONTRATO, cada PARTE declara e garante que ela e suas AFILIADAS não utilizaram ou utilizarão bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de atividades ilícitas, bem como não ocultaram ou ocultarão ou dissimularam ou dissimularão a sua natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade, e cumprem e cumprirão as demais normas referentes a lavagem de dinheiro, incluindo, porém não se limitando, as condutas descritas na Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998 e demais legislações aplicáveis à PARTE.
- 21.2.4. Não pagaram ou pagarão, direta ou indiretamente por meio de qualquer pessoa ou entidade, quaisquer taxas, comissões ou reembolsos à outra PARTE ou aos membros do grupo da outra PARTE, bem como que não ofereceram, prometeram, autorizaram ou entregaram, tampouco oferecerão, prometerão, autorizarão ou entregarão à outra PARTE ou aos membros do grupo da outra PARTE, qualquer presente ou entretenimento de forma a influenciar ou induzir qualquer ação ou omissão em relação a este CONTRATO.

- 21.2.5. Não utilizou ou utilizará *broker*, agente, consultor ou qualquer outro intermediário na solicitação, obtenção, negociação, estruturação ou execução deste CONTRATO ou em qualquer assunto relacionado a este CONTRATO, quando a utilização de tal *broker*, agente, consultor ou intermediário faça com que a PARTE viole os compromissos assumidos nesta Cláusula ou quando as ações de tal *broker*, agente, consultor ou intermediário caracterizem qualquer infração desta Cláusula.
- 21.2.6. Que possuem políticas e procedimentos adequados em vigor e em relação à ética e conduta nos negócios e às LEIS ANTICORRUPÇÃO, conforme indicado no Código de Conduta das PARTES, disponíveis respectivamente em <https://eneva.com.br/a-eneva/governanca-e-compliance/> e [https://novo.copergas.com.br/portais/portal-da-governanca/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13&Itemid=117](https://novo.copergas.com.br/portais/portal-da-governanca/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=117).
- 21.3. Cada PARTE deverá responder, em até 10 (dez) dias, com razoável detalhamento e com suporte documental adequado, a qualquer solicitação razoável da outra PARTE relacionada aos compromissos, garantias e declarações realizadas no item 21.2, sendo que as PARTES não serão obrigadas a apresentar informações protegidas por sigilo legal. Essa obrigação permanecerá válida independentemente do término do CONTRATO.
- 21.4. Cada PARTE deverá: (i) manter controles internos adequados relacionados às suas obrigações previstas no item 21.2; (ii) elaborar e preparar seus livros, registros e relatórios de acordo com as práticas contábeis usualmente adotadas, aplicáveis à PARTE; (iii) elaborar livros, registros e relatórios apropriados das transações da PARTE, de forma que reflitam, correta e precisamente, e com nível de detalhamento razoável, os ativos e os passivos da PARTE; (iv) manter os livros, registros e relatórios acima referidos pelo período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da vigência do CONTRATO; e (v) cumprir a LEI aplicável.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO

- 22.1. Este CONTRATO tem o valor total estimado de R\$ 124.000.000 (cento e vinte e quatro milhões de reais) na data de sua assinatura, o que não representa, de nenhuma forma, o valor que efetivamente será pago por qualquer das PARTES durante a vigência deste CONTRATO.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DECLARAÇÕES E GARANTIAS

23.1. As PARTES garantem reciprocamente que, na data de celebração deste CONTRATO:

- a) as pessoas naturais que assinam este CONTRATO na qualidade de representantes legais encontram-se plenamente autorizadas a fazê-lo para obrigar a PARTE em questão, sem qualquer reserva ou limitação e sem a necessidade de obtenção de qualquer autorização legal, contratual ou estatutária que, nesta data, ainda não tenha sido obtida;
- b) a PARTE foi devidamente constituída, possui existência válida e está em situação regular nos termos da LEI, dispondo de plenos poderes e autoridade para celebrar este CONTRATO e para assumir validamente e cumprir integralmente todas as obrigações dele decorrentes;
- c) a celebração deste CONTRATO, todos os seus termos e a consumação das transações aqui previstas foram devidamente autorizadas por seus órgãos administrativos e pelo PODER CONCEDENTE, no que for aplicável, não sendo necessário nenhum outro procedimento por qualquer PARTE para celebração deste CONTRATO, que constitui obrigação legal, válida, vinculante e exequível nos termos aqui previstos;
- d) cada PARTE contratou e manterá em vigor, durante toda a vigência do CONTRATO, às suas expensas, as coberturas de seguros em relação a seus respectivos ativos, instalações e pessoal e todas e quaisquer atividades relacionadas ao escopo deste CONTRATO observado o disposto no Anexo III;
- e) este CONTRATO está em base equilibrada para as PARTES e apresenta condições comerciais, técnicas e operacionais de interesse das mesmas e de acordo com a LEI aplicável;
- f) a celebração deste CONTRATO e/ou o cumprimento das obrigações nele contempladas não entram em conflito com (i) qualquer dispositivo dos respectivos contratos ou estatutos sociais das PARTES; (ii) qualquer dispositivo de natureza administrativa ou legal aplicável às PARTES e/ou (iii) qualquer determinação, intimação, decisão ou ordem emitida por qualquer autoridade que possa afetar, direta ou indiretamente, a



capacidade das PARTES de celebrar e cumprir as disposições deste CONTRATO.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 24.1. Os termos e condições deste CONTRATO obrigarão irrevogável e irretratavelmente as PARTES e seus respectivos sucessores a qualquer título.
- 24.2. Toda e qualquer tolerância quanto ao cumprimento pelas PARTES dos prazos e condições estabelecidas no CONTRATO não significará alteração ou novação das disposições ora pactuadas ou renúncia a qualquer direito, já existente ou a ser constituído, decorrente deste CONTRATO.
- 24.3. Este CONTRATO e seus Anexos não poderão ser alterados senão por termo aditivo assinado por ambas as PARTES.
- 24.4. Se qualquer disposição deste CONTRATO for considerada ilegal, inválida, ou inexecutável, de acordo com a LEI em vigor durante a vigência deste CONTRATO, tal disposição será considerada completamente independente do CONTRATO. Este CONTRATO será interpretado e executado como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável nunca o tivesse integrado e as disposições remanescentes deste CONTRATO permanecerão em pleno vigor e eficazes e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável.
- 24.4.1. Na hipótese do item 24.4, caso as PARTES entendam necessário, poderão negociar de boa-fé a inclusão de nova disposição por meio de aditivo ao CONTRATO para substituir adequadamente a disposição ilegal, inválida ou inexecutável, tão semelhante quanto possível em seus termos de forma a refletir a real intenção das PARTES. Se as PARTES não chegarem a um consenso quanto à necessidade de substituir a referida disposição ilegal, inválida ou inexecutável; ou, se no prazo de 30 (trinta) DIAS contados do início da negociação da nova disposição as PARTES não chegarem a um consenso, a questão poderá ser submetida à ARBITRAGEM.
- 24.5. Este CONTRATO constitui título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784, incisos II, III e IV, do CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Sem prejuízo de outros recursos detidos pelas PARTES, as disposições e obrigações assumidas



neste CONTRATO comportam execução específica, nos termos dos artigos 536 a 538 e 806 a 823 do CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

- 24.6. A rescisão ou término da vigência deste CONTRATO não eximirá quaisquer das PARTES de suas obrigações estabelecidas neste CONTRATO que expressa ou implicitamente deverão sobreviver à rescisão ou ao término da vigência deste CONTRATO, inclusive, mas não se limitando às obrigações de confidencialidade, indenização e resolução de disputas.

(segue página de assinaturas)



*Página de assinaturas do Contrato de Compra e Venda de GÁS NATURAL celebrado entre Eneva S.A. e COMPANHIA PERNAMBUCANA DE GÁS em 19 de julho de 2024*

As PARTES expressam a sua concordância com o teor integral deste CONTRATO, obrigando-se a seu fiel e estrito cumprimento e assinam eletronicamente o presente documento pelo sistema IziSign, para que surta seus efeitos jurídicos, na forma do artigo 10, § 2º da Medida Provisória 2.200/2001-2, na Lei nº 12.682/2012, no artigo 411, inciso II, da Lei nº 13.105/2015 e na Lei nº 13.874/2019, o mesmo se aplicando para as assinaturas de 2 (duas) testemunhas.

As PARTES acordam que a data de assinatura deste CONTRATO será aquela em que o último signatário concluir o procedimento de assinatura.

#### **ENEVA S.A.**

\_\_\_\_\_  
**Marcelo Lopes**

Diretor de Marketing, Comercialização  
Gás & Energia e Novos Negócios

\_\_\_\_\_  
**Marcelo Habibe**

Diretor de Finanças CFO

#### **COPERGÁS - COMPANHIA PERNAMBUCANA DE GÁS**

\_\_\_\_\_  
**Felipe Valença**

Diretor Presidente

\_\_\_\_\_  
**ROBERTO COBO ZANELLA**

Diretor Técnico Comercial

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome: Jacinto Sousa

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Nome: Brian Kregten

\_\_\_\_\_



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: [REDACTED] ou vá até o site <https://izisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: [REDACTED]

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/07/2024 é(são) :

- ☒ FELIPE VALENÇA DE SOUSA (Parte) - [REDACTED] em 23/07/2024 17:11 UTC-03:00  
**Nome no certificado:** Felipe Valenca De Sousa  
**Tipo:** Certificado Digital
- ☒ ROBERTO COBO ZANELLA (Parte) - [REDACTED] em 23/07/2024 15:37 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital
- ☒ Jacinto JR de Sousa (Testemunha) - [REDACTED] em 22/07/2024 14:08 UTC-03:00  
**Nome no certificado:** Jacinto Junior De Sousa  
**Tipo:** Certificado Digital
- ☒ Marcelo Lopes (Parte) - [REDACTED] em 22/07/2024 13:11 UTC-03:00  
**Nome no certificado:** Marcelo Cruz Lopes  
**Tipo:** Certificado Digital
- ☒ Lucas Mefano (jurídico ENEVA) - [REDACTED] em 22/07/2024 10:32 UTC-03:00  
**Tipo:** Assinatura Eletrônica  
**Identificação:** Autenticação de conta

### Evidências

**Client Timestamp** Mon Jul 22 2024 10:32:38 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

**Name** Lucas Mefano

**Assinatura:**



[REDACTED]

[REDACTED]

☒ Brian Kregten (Testemunha) - [REDACTED] em 22/07/2024 10:30 UTC-03:00

**Tipo:** Assinatura Eletrônica

**Identificação:** Autenticação de conta

### Evidências

**Client Timestamp** Mon Jul 22 2024 10:30:49 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

[REDACTED]

**Name** Brian Kregten

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

**Assinatura:**



[REDACTED]

[REDACTED]

☒ Marcelo Habibe (Parte) - [REDACTED] em 19/07/2024 19:50 UTC-03:00

**Nome no certificado:** Marcelo Campos Habibe

**Tipo:** Certificado Digital

☒ Sheila Mayane Barbosa De Santana Correa (VISTO CJUR COPERGAS) - [REDACTED] em 19/07/2024 16:20 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital

[REDACTED]



Este documento é parte integrante e indissociável do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural entre Eneva e Copergás em 19 de julho de 2024

## **ANEXO I**

# **TERMOS E CONDIÇÕES OPERACIONAIS**

**TERMOS E CONDIÇÕES OPERACIONAIS**  
*DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL*

**1. OBJETO**

- 1.1 Constitui objeto deste anexo estabelecer os termos e condições operacionais, bem como detalhar aspectos técnicos relacionados ao fornecimento de GÁS NATURAL no âmbito do CONTRATO.

**2. DEFINIÇÕES**

- 2.1. As PARTES acordam que todos os termos e expressões grafados em maiúsculas, seja no plural ou no singular, que não estejam expressamente definidos neste anexo terão os mesmos significados que lhes são atribuídos no CONTRATO.

**3. ASPECTOS GERAIS DO FORNECIMENTO**

- 3.1. Sem prejuízo do disposto no item 2.3 do CONTRATO, o GÁS NATURAL a ser fornecido pela VENDEDORA será proveniente das operações de liquefação, transporte e regaseificação de GNL de responsabilidade da VENDEDORA.
- 3.2. Nos termos do item 2.1.1 do CONTRATO, a VENDEDORA se compromete a entregar, e a COMPRADORA a receber, no(s) PONTO(S) DE ENTREGA as QUANTIDADES DE GÁS NATURAL, devidamente programadas e confirmadas nos termos da Cláusula Sexta do CONTRATO.
- 3.3. A QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA será de até 35.000 m<sup>3</sup>/dia (trinta e cinco mil METROS CÚBICOS DE GÁS NATURAL por dia) para o PONTO DE ENTREGA de Petrolina e de até 5.000 m<sup>3</sup>/dia (cinco mil METROS CÚBICOS DE GÁS NATURAL por dia) para o PONTO DE ENTREGA de Garanhuns, conforme item 5.2.1 do CONTRATO.

- 3.4. A cada MÊS do PERÍODO DE FORNECIMENTO, a COMPRADORA poderá comprar, programar, receber e pagar e, conforme aplicável, a VENDEDORA deverá vender e entregar, no(s) PONTO(S) DE ENTREGA de Petrolina e Garanhuns, uma QUANTIDADE DE GÁS NATURAL preliminarmente estimada (“QUANTIDADE MENSAL CONTRATADA” ou “QMC”).

#### **4. PROGRAMAÇÃO**

- 4.1. A SOLICITAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO ANUAL, SOLICITAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO MENSAL e QUANTIDADES PROGRAMADAS deverão observar o disposto nas Cláusulas Quinta e Sexta do CONTRATO.
- 4.2. A SOLICITAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO ANUAL deverá ser elaborada a partir do preenchimento da planilha constante do Apêndice 1 deste Anexo e a SOLICITAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO MENSAL deverá ser elaborada a partir do preenchimento da planilha constante do Apêndice 2 deste Anexo.
- 4.3. A SOLICITAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO ANUAL e a SOLICITAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO MENSAL, deverão ser encaminhadas para os contatos indicados no item 19.1 do CONTRATO.
- 4.4. Com o intuito de garantir o contínuo suprimento de GÁS NATURAL, o INÍCIO DO FORNECIMENTO COMERCIAL começará com os sistemas de armazenamento de GNL integralmente abastecidos, conforme os limites de enchimento dispostos no Anexo III – RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA.

#### **5. ENTREGA E TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE E POSSE DO GÁS NATURAL**

##### **5.1. Entrega e Recebimento do GÁS NATURAL**

- 5.1.1. As PARTES acordam que o GÁS NATURAL fornecido pela VENDEDORA será proveniente das operações de liquefação, transporte e regaseificação de GNL de responsabilidade da VENDEDORA. O transporte e a entrega do GNL, assim como a operação e manutenção das PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO, e a entrega do GÁS NATURAL regaseificado serão realizados pela VENDEDORA através de

empregados, subcontratados e/ou representantes autorizados e aptos a tal processo.

5.1.2. De acordo com a PROGRAMAÇÃO MENSAL, a VENDEDORA deverá realizar a entrega das QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS à COMPRADORA em quaisquer DIAS da semana (incluindo sábados, domingos e feriados), devendo a COMPRADORA receber as QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS, sob pena de incorrer nas penalidades referentes a ERRO DE PROGRAMAÇÃO, conforme descrito no item 11.3 do CONTRATO.

5.1.2.1. Conforme descrito no item 6.1.1 do CONTRATO, a VENDEDORA tem capacidade para entregar e a COMPRADORA tem capacidade para receber, nos PONTOS DE ENTREGA localizados nas cidades de Petrolina e Garanhuns, QUANTIDADES DE GÁS equivalentes às respectivas QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATADAS (QDC).

## 5.2. **Recebimento do GÁS NATURAL e Transferência de Propriedade e Posse**

5.2.1. A propriedade e posse do GÁS NATURAL se dará no ponto imediatamente a jusante dos flanges localizados nos PONTOS DE ENTREGA:

- Para Petrolina: flange a jusante da válvula manual X110F (folha 09/11 do fluxograma de processo e instrumentação de referência DE-26501-801-01\_revisão 1). Em caso de fornecimento de gás natural comprimido (GNC), deverá ser considerado o ponto à jusante do tie-in de gás comprimido localizado a montante da medição fiscal da Copergás.
- Para Garanhuns: flange a jusante da válvula manual X110F (folha 8/12 do fluxograma de engenharia de referência DE-26502-801-01\_revisão 0). Em caso de fornecimento de gás natural comprimido (GNC), deverá ser considerado o ponto à jusante do tie-in de gás comprimido localizado a montante da medição fiscal da COPERGÁS.

5.2.1.1. A partir da CONCLUSÃO DA TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE E POSSE, a COMPRADORA, incluindo os seus empregados, subcontratados e/ou representantes, será responsável pelo devido recebimento e destinação do GÁS NATURAL.



- 5.2.2. Nos termos do item 6.2.2 do CONTRATO, a partir da Conclusão da Transferência de Posse e Propriedade, toda e qualquer responsabilidade e riscos sobre as QUANTIDADES DE GÁS NATURAL, serão de responsabilidade única e exclusiva da COMPRADORA, incluindo seus empregados, subcontratados e/ou REPRESENTANTES.

## 6. QUALIDADE DO GÁS NATURAL E GÁS DESCONFORME

### 6.1. MEDIÇÃO DA QUALIDADE DO GÁS NATURAL

- 6.1.1. Nos termos do item 7.1.1 do CONTRATO, o GÁS NATURAL disponibilizado pela VENDEDORA à COMPRADORA no(s) PONTO(S) DE ENTREGA observará as características de qualidade definidas na Resolução ANP nº 16/2008, incluindo as especificações contidas no Regulamento Técnico nº 2/2008.
- 6.1.2. Nos termos do item 7.2 do CONTRATO, a MEDIÇÃO DA QUALIDADE DO GÁS NATURAL será realizada a partir de análises cromatográficas, em cromatógrafo pertencente à VENDEDORA, que determinarão o valor do PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS). O resultado da medição será verificado e deverá estar de acordo com a Resolução ANP nº 16/2008.
- 6.1.2.1. As análises cromatográficas serão realizadas a partir de amostragens diárias de GNL nos cromatógrafos da VENDEDORA (instalados nas baias de carregamento da planta de liquefação ou no cromatógrafo certificado do laboratório, ambos da VENDEDORA). De acordo com o descrito no item 7.2.5 do CONTRATO, havendo falha no cromatógrafo da VENDEDORA que impeça a MEDIÇÃO DA QUALIDADE DO GÁS em determinado DIA, a QUALIDADE DO GÁS a ser utilizada será do DIA imediatamente anterior à falha.
- 6.1.2.2. O PCS medido será utilizado somente para fins de FATURAMENTO de acordo com o descrito no item 8.2.1 do CONTRATO (PCSm), através da fórmula do QCm (QUANTIDADE CORRIGIDA). A QUANTIDADE CORRIGIDA total, para cada PONTO DE ENTREGA, em um determinado MÊS de FORNECIMENTO, será calculada a partir do somatório das QUANTIDADES MEDIDAS diárias do referido MÊS vezes a média mensal do PCS medido

a cada DIA, dividido por 9400 (PCS de referência 9.400kcal/m<sup>3</sup>- nove mil e quatrocentos quilocalorias por METRO CÚBICO). O FATURAMENTO MENSAL SERÁ calculado de acordo com a fórmula do item 9.2.1 do CONTRATO.

6.1.2.3. Os resultados das análises cromatográficas realizadas (composição, PCS e densidade) serão encaminhadas juntamente com os documentos de transporte do GNL carregados nas CARRETAS CRIOGÊNICAS ou ISO CONTEINERES COPERGÁS oriundo das operações de liquefação da VENDEDORA, o qual será regaseificado e entregue como GÁS NATURAL para a COMPRADORA nos PONTOS DE ENTREGA, bem como através de e-mails para a COMPRADORA. Esses resultados serão utilizados para o cálculo do PCS medido médio durante o período de um Mês.

6.1.3. Caso a VENDEDORA identifique a possibilidade de entrega de GÁS DESCONFORME NOS PONTOS DE ENTREGA, deverá enviar NOTIFICAÇÃO DE GÁS DESCONFORME à COMPRADORA de acordo com o modelo constante no Apêndice 4 deste Anexo, observados os prazos e procedimentos contidos no item 7.1.2 do CONTRATO.

## **6.2. Calibração do Cromatógrafo da VENDEDORA**

6.2.1. Nos termos do item 7.2 do CONTRATO, observados os procedimentos descritos no item 6.1 acima, a MEDIÇÃO DA QUALIDADE DO GNL será feita no cromatógrafo pertencente à VENDEDORA.

6.2.2. A calibração do cromatógrafo pertencente à VENDEDORA será realizada de acordo com a Portaria Conjunta ANP/Inmetro n.º.1, para amostragem de fluidos.

6.2.3. Caso a COMPRADORA deseje solicitar teste ou calibração do cromatógrafo da VENDEDORA, nos termos do item 7.2.4 do CONTRATO, deverá enviar AVISO à VENDEDORA com a indicação do teste ou calibração solicitados e com o cronograma proposto para sua realização.

6.2.4. A variação dos resultados de área de pico e de tempo de retenção dos compostos de interesse não pode possuir um desvio padrão relativo

superior a  $\pm 1,5\%$  (um virgula cinco por cento, para mais ou para menos).

## **7. PROCEDIMENTOS DE MEDIÇÃO DE VAZÃO DO GÁS NATURAL**

### **7.1. Medição para Faturamento e Verificação das QUANTIDADES DE GÁS NATURAL**

7.1.1. Nos termos do item 8.1 do CONTRATO, a medição das QUANTIDADES DE GÁS NATURAL será aferida no SISTEMA DE MEDIÇÃO DA COMPRADORA e, após a devida correção nos termos do item 8.2 do CONTRATO, será utilizada como base para o FATURAMENTO e para a emissão dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA do CONTRATO.

7.1.2. O SISTEMA DE MEDIÇÃO DA COMPRADORA irá realizar a medição da QUANTIDADE DE GÁS NATURAL através de elementos primários e secundários de medição de vazão, temperatura e pressão do fluido. Conforme identificado na visita realizada pela VENDEDORA nas PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO (visita às plantas de Petrolina e Garanhuns) os medidores de vazão instalados nos SISTEMAS DE MEDIÇÃO DA COMPRADORA são medidores de vazão tipo turbina. Os elementos primários e secundários existentes nos SISTEMAS DE MEDIÇÃO DA COMPRADORA devem respeitar os critérios de incertezas constantes na Portaria Conjunta nº1 da ANP/INMETRO.

7.1.3 A COMPRADORA deverá operar e manter, durante todo o fornecimento comercial, os SISTEMAS DE MEDIÇÃO DA COMPRADORA em suas instalações, às suas expensas.

7.1.4 A COMPRADORA deverá enviar à VENDEDORA um sinal do supervisão para que seja verificado diariamente o volume de GÁS NATURAL consumido por cada uma das PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO (QUANTIDADES MEDIDAS).

7.1.5. As QUANTIDADES MEDIDAS de GÁS NATURAL ao longo de um MÊS utilizarão para sua correção (QUANTIDADE CORRIGIDA total) a média dos PCSs com um deslocamento de 3 DIAS de sua entrega em relação a entrega de GNL à respectiva PLANTA DE REGASEIFICAÇÃO. Por exemplo, para o consumo de GÁS NATURAL entre o 1º e o último dia do MÊS, em um mês com 30 DIAS, seguido por um MÊS com 31 DIAS, será utilizada a média dos PCSs do GNL que foram descarregados

nas PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO entre o dia 29 do MÊS anterior e o dia 29 do MÊS. Devido ao exposto acima, para os três primeiros dias de operação comercial do CONTRATO, será adotado que os PCS a ser utilizado será o referente ao do 1º carregamento para cada PLANTA DE REGASEIFICAÇÃO.

- 7.1.6. Nos termos do item 8.1.6 do CONTRATO, havendo falha no SISTEMA DE MEDIÇÃO DA COMPRADORA que impeça a apuração segura da QUANTIDADE MEDIDA, a QUANTIDADE MEDIDA será determinada de acordo com o apurado no medidor de vazão coriolis da VENDEDORA multiplicado pela razão entre a densidade do GNL e densidade do GÁS NATURAL somado à alteração dos tanques de armazenamento de GNL localizados nas PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO.

## **7.2. Calibração DO SISTEMA DE MEDIÇÃO DA COMPRADORA**

- 7.2.1. A calibração do SISTEMA DE MEDIÇÃO DA COMPRADORA deverá ser realizada conforme as regras e periodicidade constantes na Portaria Conjunta nº1 da ANP/INMETRO, para medição de vazão fiscal e seus relatórios deverão ser enviados a VENDEDORA para verificação dos resultados.
- 7.2.2. Caso a VENDEDORA deseje solicitar aferição ou calibração do SISTEMA DE MEDIÇÃO DA COMPRADORA nos termos do item 8.1.4 do CONTRATO, deverá enviar AVISO à COMPRADORA com a indicação do procedimento de aferição ou calibração solicitados e com o cronograma proposto para sua realização.
- 7.2.3. No prazo de até 15 (quinze) DIAS do recebimento do AVISO referido no item 7.2.2 acima, a VENDEDORA deverá enviar AVISO à COMPRADORA aceitando o cronograma proposto para a realização da aferição ou calibração solicitados ou propondo novo cronograma. As PARTES acordarão as datas de realização dos procedimentos, sendo facultado à VENDEDORA o seu acompanhamento nas dependências da COMPRADORA.
- 7.2.4. A incerteza máxima da QUANTIDADE MEDIDA nos SISTEMAS DE MEDIÇÃO DA COMPRADORA, de acordo com a Portaria Conjunta nº1 da ANP/INMETRO aplicável para sistemas de medição, é de  $\pm 1,5\%$  (um vírgula cinco por cento, para mais ou para menos).

## **8. PROCEDIMENTOS PARA RECUPERAÇÃO DE QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS**

- 8.1. De acordo com o item 10.1 do CONTRATO, a COMPRADORA poderá solicitar a recuperação da QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS de GÁS NATURAL que deverão ser indicadas, conforme formulário constante no Apêndice 3 deste Anexo.
- 8.2 As QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS a serem recuperadas deverão ser indicadas separadamente para cada PONTO DE ENTREGA.

## **9. EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE MANUTENÇÕES**

- 9.1 O PLANO DE MANUTENÇÃO deverá ser executado conforme os documentos enviados pela COMPRADORA e Anexo III – RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA.
- 9.2 Devido às características intrínsecas do processo de regaseificação de GNL, no caso de parada inesperada da(s) PLANTA(S) DE REGASEIFICAÇÃO durante a sua operação, a VENDEDORA terá um prazo de até 6 (seis) horas para retornar com a planta nas condições normais de operação.
- 9.2.1. Nesse caso, a eventual aplicação de PENALIDADE POR FALHA DE FORNECIMENTO deverá considerar a diferença entre (i) a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), para o respectivo PONTO DE ENTREGA, proporcional às horas de indisponibilidade da(s) PLANTA(S) DE REGASEIFICAÇÃO para um determinado DIA, e (ii) a QUANTIDADE DE GÁS retirada pela COMPRADORA durante as horas de indisponibilidade, observado o item 11.2.1.2. do CONTRATO.
- 9.2.2. Uma vez retomada a operação da(s) PLANTA(S) DE REGASEIFICAÇÃO, estará descaracterizada FALHA DE FORNECIMENTO.
- 9.3 A VENDEDORA deverá executar as manutenções e/ou reparos técnicos e/ou recomendáveis nas PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO e/ou nos ISO CONTÊINERES COPERGÁS que demandem a interrupção ou restrição no fornecimento de GÁS

NATURAL preferencialmente durante os períodos de menor consumo da COMPRADORA e em data a ser acordada entre as PARTES, conforme MANUTENÇÃO PROGRAMADA DA VENDEDORA.

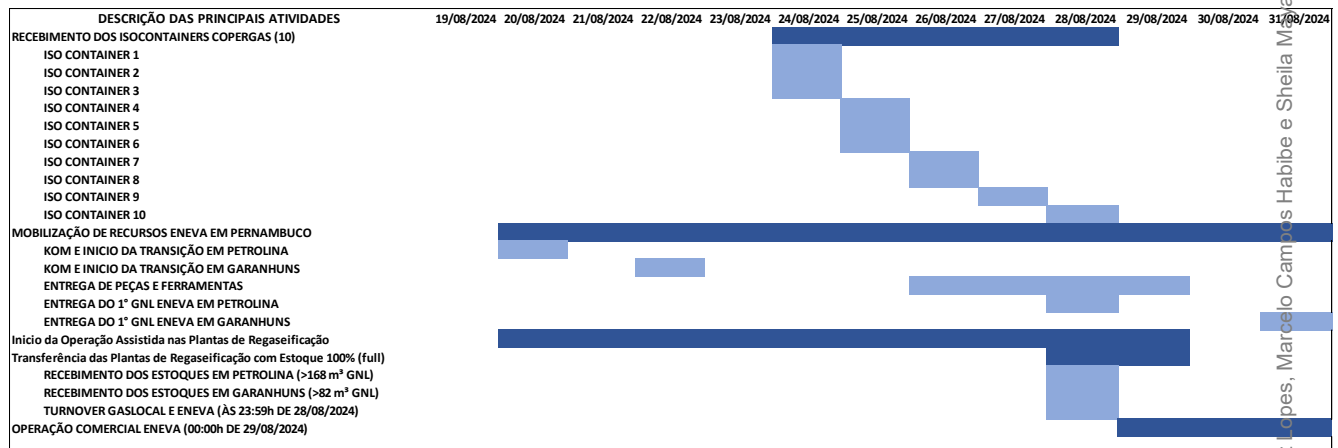
- 9.4 Caso haja quaisquer requerimentos técnicos indicado pelos fabricantes dos equipamentos, instrumentos e válvulas que não constem no PLANO DE MANUTENÇÃO enviado pela COMPRADORA, bem como não tenha sido observado na Legislação vigente aplicável, a VENDEDORA deverá apresentar à COMPRADORA as sugestões de adequação do PLANO DE MANUTENÇÃO. Neste caso, as PARTES avaliarão a demanda e os possíveis impactos, negociando de boa-fé os termos desta alteração de escopo, a fim de revisar o PLANO DE MANUTENÇÃO incluindo as atividades adicionais.
- 9.5 No caso da observância da hipótese do item 9.4, a VENDEDORA deverá manter a execução do PLANO DE MANUTENÇÃO conforme disponibilizado pela COMPRADORA até que seja regularizada a situação e as PARTES pactuem a revisão do PLANO DE MANUTENÇÃO e incluam as novas atividades, inclusive aquelas que demandem a interrupção ou restrição no fornecimento de GÁS NATURAL, se for o caso.

## 10. PLANO DE MOBILIZAÇÃO

- 10.1 As PARTES concordam com a execução do plano de mobilização apresentado na Figura 1 abaixo, bem como com o cumprimento da cláusula 4.1.1.2 prevista em CONTRATO, no qual a COMPRADORA se compromete a disponibilizar seus sistemas de armazenamento integralmente abastecidos de GNL a partir do dia 28 de agosto de 2024 às 23:59h.
- 10.2 Conforme descrito no item 4.1.1.1 do CONTRATO, até o dia 20 de agosto de 2024 a COMPRADORA garantirá à VENDEDORA livre acesso às INSTALAÇÕES DA COMPRADORA, data na qual se dará início a operação assistida pela VENDEDORA nas PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO, de acordo com o plano de mobilização apresentado na Figura 1 abaixo.



**Figura 1 – Plano de Mobilização**



## 11. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1 Este Anexo contém o integral acordo entre as PARTES em relação ao seu objeto, não havendo quaisquer outras garantias, ajustes ou procedimentos, orais ou escritos, exceto conforme expressamente indicado neste Anexo ou no CONTRATO.
- 11.2 Em caso de conflito entre o disposto neste Anexo e no CONTRATO, prevalecerá o disposto no CONTRATO.
- 11.3 Este Anexo não pode ser alterado exceto por acordo escrito firmado entre os representantes legais devidamente autorizados pelas PARTES, com eventuais reflexos no CONTRATO, conforme o caso.
- 11.4 Qualquer tolerância das PARTES quanto a qualquer violação do disposto no CONTRATO não será interpretada como renúncia deste ANEXO, devendo tal tolerância ser considerada como mera liberalidade.

## 12. LISTA DE DOCUMENTOS ENTREGUES AOS PROPONENTES

### Petrolina

#### Autorizações e Licenças

- Alvará de Funcionamento – Unidade Petrolina
- Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros NFE Petrolina 2022

- RLO nº 05.22.07.003430-8 – Licença de Operação - Petrolina

Diagrama de Causa e Efeito

- DE-26501-804-01

Diagrama Unifilar

- DE-26501-701-0

Fluxogramas de Instalação

- DE-26501-801-01\_1-documento01
- DE-26501-801-01\_1- documento02
- DE-26501-801-01\_1- documento03
- DE-26501-801-01\_1- documento04
- DE-26501-801-01\_1- documento05
- DE-26501-801-01\_1- documento06
- DE-26501-801-01\_1- documento07
- DE-26501-801-01\_1- documento08
- DE-26501-801-01\_1- documento09
- DE-26501-801-01\_1- documento10
- DE-26501-801-01\_1- documento11

Hazop

- RT-26501-6701-01\_NA

Layout

- DE-26501-155-01\_NA

Manual de Operações - Manutenção

- MN-26501-901-01\_1

Preventiva Anual

- 05 set 23 Preventiva Ind anual

Preventiva Mensal

2022

- 10OUT2~1
- 11NOV2~1
- 12DEZ2~1

2023

- 01JAN2~1
- 02FEV2~1
- 03MAR2~1
- 04ABR2~1
- 05MAI2~1
- 06JUN2~1
- 07JUL2~1
- 08AGO2~1

- 09SET2~1
- 10OUT2~1

#### Relatório de assistência técnica

- 24.08 Substituição do conjunto de vedação da X301B \_ regás Petrolina
- 04.09 Manutenção no pressosto do Compressor de ar
- 04.09 Substituição de relé falta de fase da bomba de combate a incêndio \_ regás Petrolina
- 30.10 Obstrução no sistema de ar do ISO logístico 05-0 \_ regás Petrolina
- 10.11 Demarcação do piso no eletrocentro \_ regás Petrolina
- 10.11 Infraestrutura para passagem de cabo do transmissor da caixa água \_ regás Petrolina
- 13.12 Limpeza do elemento filtrante \_ regás Petrolina

#### NR-12

- ART NR12 Petrolina
- Bomba de incêndio
- FL157\_EBBH7179\_P\_All
- Gerador à gás – GTM 9000 3p 220vca
- Manual compressor de ar
- Secador de ar
- Laudo
- Anexo
- ART Assinada
- Laudo NR 12 – NEWFORTRESS
- PE20210693811

#### NR-13

- P&ID
- Procedimentos Operacionais
- Sobressalentes

#### P&ID

- DE-26501-801-01-2

#### Procedimentos Operacionais

- PO – Operação da planta após parada de emergência Garanhuns e Petrolina
- PO – Operação da planta de regaseificação em Petrolina
- PO – Operação de descarga de GNL em Petrolina e Garanhuns

#### Sobressalentes

- Sobressalentes Petrolina

#### Garanhuns

#### Autorizações e Licenças

- Alvará de Funcionamento – Unidade Garanhuns
- Atestado de Conformidade NFE Garanhuns
- RLO nº 05.22.09.004786-9 – Licença de Operação - Garanhuns

#### Diagrama Unifilar

- DE-26502-701-01\_0

#### Fluxogramas de Instalação

- DE-26502-801-01\_1-

#### Layout

- DE-26502-155-01\_3
- DE-26502-155-02\_1
- DE-26502-155-03\_NA

#### Preventiva Anual

- 24 ago 23 Preventiva Ind anual Garanhuns

#### Preventiva Mensal

##### 2022

- 07 Jul 22 – Preventiva mensal Garanhuns
- 08 Ago 22 – Preventiva mensal Garanhuns
- 09 Set 22 – Preventiva mensal Garanhuns
- 10 Out 22 – Preventiva mensal Garanhuns
- 11 Nov 22 – Preventiva mensal Garanhuns
- 12 dez 22 – Preventiva mensal Garanhuns

##### 2023

- 03 mar 23 – Preventiva mensal Garanhuns
- 04 abr 23 – Preventiva mensal Garanhuns
- 05 mai 23 – Preventiva mensal Garanhuns
- 06 jun 23 – Preventiva mensal Garanhuns
- 07 jul 23 – Preventiva mensal Garanhuns
- 08 ago 23 – Preventiva mensal Garanhuns
- 09 set 23 – Preventiva mensal Garanhuns
- 10 out 23 – Preventiva mensal Garanhuns

#### Relatório de assistência técnica

##### 2022

- 03.08 Pressostato do compressor de ar
- 04.08 Pressostato compressor de ar
- 06.09 Retirado limo da tubulação e equipamentos \_ regás Garanhuns

- 18.10 Modificado posição do filtro coalescente e regulador de pressão \_ regás Garanhuns
- 19.10 Retirado vazamento em manifold \_ regás Garanhuns
- 22.11 Folga de manoplas do conector klaw \_ regás Garanhuns
- 22.11 Sistema da Syspro \_ regás Garanhuns
- 23.11 substituição de carretel por válvula na economizadora \_ regás Garanhuns
- 23.11 substituição válvula XV600A \_ regás Garanhuns
- 24.11 substituição da válvula PCV601B \_ regás Garanhuns

#### 2023

- 22.03 Instalado horímetro do compressor de ar \_ regás Garanhuns
- 22.03 Instalado sistema de delay em retorno de energia da concessionária \_ regás Garanhuns
- 28.03 Instalado no-break \_ regás Garanhuns
- 07.05 Alarme de acinamento de PET \_ regás Garanhuns.
- 11.07.23 Substituição do kit de reparo da válvula XV 210
- 13.07.23 Substituição de niples na PSV
- 28.09.23 Manutenção corretiva tomada no eletrocentro

#### NR-12

- Analise\_Risco BOMBA A
- Análise\_Risco Bomba B
- Análise\_Risco Compressor de Ar
- Análise\_Risco Secador de ar
- 

#### NR-13

- ART Calibração e NR13 – DPA Garanhuns
- Laudo 003 – GOPU 550068-2 NFE Garanhuns
- Laudo 004 – GOPU 550067-7 – NFE – Garanhuns
- Laudo 005 – Compressor – NFE Garanhuns

#### P&ID

- DE-26502-801-01-1

#### Procedimentos Operacionais

- PO – Operação da planta após parada de emergência Garanhuns e Petrolina
- PO – Operação da planta de regaseificação em Petrolina
- PO – Operação de descarga de GNL em Petrolina e Garanhuns

#### Sobressalentes

- Sobressalentes Garanhuns

## APÊNDICE 1 – MODELO DE PLANILHA PARA SOLICITAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO ANUAL

### SOLICITAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO ANUAL

Cliente: [●]  
Ano: [●]  
QDC: [●] (m<sup>3</sup>/DIA)

CONSUMO MENSAL PREVISTO PARA O ANO DE [●]:

MÊS	QUANTIDADE MENSAL SOLICITADA (m <sup>3</sup> /MÊS)

\*Poderá ser substituído pelo acesso ao Portal do Cliente



## APÊNDICE 2 – MODELO DE PLANILHA PARA SOLICITAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO MENSAL

### SOLICITAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO MENSAL

**Cliente:** [●]  
**Ano:** [●]  
**QDC:** [●] (m<sup>3</sup>/DIA)

#### QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS)

DIA DA SEMANA	DIA	QDS (m <sup>3</sup> /DIA)

#### ESTIMATIVA DE QDS PARA OS DIAS

DIA DA SEMANA	DIA	QDS (m <sup>3</sup> /DIA)

#### CONSUMO DIÁRIO PREVISTO PARA O MÊS DE [●]:

DIA DA SEMANA	DIA	QDS (m <sup>3</sup> /DIA)
	1	
	2	
	3	
	4	
	5	
	6	
	7	
	8	
	9	
	10	
	11	
	12	

		13	
		14	
		15	
		16	
		17	
		18	
		19	
		20	
		21	
		22	
		23	
		24	
		25	
		26	
		27	
		28	
		29	
		30	
		31	

\*Poderá ser substituído pelo acesso ao Portal do Cliente

## APÊNDICE 3 – MODELO DE SOLICITAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS

### SOLICITAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS

Cliente: [●]

Ano: [●]


QDC (Referência): [●] (m<sup>3</sup>/DIA)

#### QUANTIDADE DE GÁS NATURAL PAGA E NÃO RECEBIDA

DIA DA SEMANA	DIA	QUANTIDADE DE GN A SER RECUPERADA (m <sup>3</sup> /DIA)	REFERÊNCIA – MÊS OU SEMESTRE DA QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA	SALDO – QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (m <sup>3</sup> /DIA)

\*Poderá ser substituído pelo acesso ao Portal do Cliente

## APÊNDICE 4 – MODELO DE NOTIFICAÇÃO DE GÁS DESCONFORME

	RELATÓRIO DE NÃO CONFORMIDADE		Documento	Número	Data de Envio		
			RNC				
			Nota Fiscal				
Dados da Notificação							
Local							
Análise							
Cromatógrafo							
Ciente							
NOTIFICAÇÃO DE GÁS DESCONFORME							
RESULTADOS DA ANÁLISE DO GÁS NATURAL, A PARTIR DE AMOSTRAGEM DO GNL.							
RESPONSÁVEL			RESPONSÁVEL CLIENTE				
REFERÊNCIA							
O Gás Natural deverá ter as características de qualidade que atendam às especificações vigentes conforme Regulamento técnico nº2/2008, anexo à Resolução nº 16 de 17.06.2008 da ANP.							
Tabela 1 - Especificação do Gás Natural (Resolução nº 16 de 17.06.2008 da ANP) (1)							
Característica	Unidade	Limite (2)			Método		
		Norte	Nordeste	Centro-oeste, Sudeste e Sul	NBR	ASTM D	ISO
Poder calorífico superior	kJ/m³	34.000 a 38.400	35.000 a 43.000		15213	3588	6976
	kWh/m³	9,47 a 10,67	9,73 a 11,94				
Índice de Wobbe	kJ/m³	40.500 a 45.000	46.000 a 53.500		15213	-	6976
Metano, mín.	%mol	68,0	85,0		14903	1945	6974
Etano, máx.	%mol	12,0	12,0		14903	1945	6974
Propano, máx.	%mol	3,0	6,0		14903	1945	6974
Butanos e mais pesado, máx.	%mol	1,5	3,0		14903	1945	6974
Oxigênio, máx.	%mol	0,8	0,5		14903	1945	6974
Inertes (N2+CO2), máx.	%mol	18	6,0		14903	1945	6974
CO2, máx.	%mol	3,0			14903	1945	6974
Enxofre Total, máx. (3)	mg/m³	70,0			-	5504	6326-3/ 6326-5/ 19739
Gás Sulfídrico (H2S), máx.	mg/m³	10,0	13,0	10,0	-	5504/ 6228	6326-3
Ponto de orvalho de água a 1atm, máx.	°C	-39	-39	-45	-	5454	6327/ 10101-2/ 10101-3/ 11541
Mercúrio, máx. (4)	µg/m³	anotar			-	-	6978-1/ 6978-2
<p>(1) O gás natural não deve conter traços visíveis de partículas sólidas ou líquidas.</p> <p>(2) Os limites especificados são valores referidos a 293,15K (20°C) e 101,325kPa (1atm) em base seca, exceto os pontos de orvalho de hidrocarbonetos e de água.</p> <p>(3) É o somatório dos compostos de enxofre presentes no gás natural. Admite-se o limite máximo de 150mg/m³ para o gás se for introduzido no início da operação de redes novas ou então a trechos que em razão de manutenção venham a apresentar rápido decaimento no teor de odorante no início da retomada da operação.</p> <p>(4) Aplicável ao gás natural importado exceto o gás natural liquefeito, determinado semestralmente.</p>							



*Página de assinaturas do document denominado “TERMOS E CONDIÇÕES OPERACIONAIS”, que constitui o Anexo I do Contrato de Compra e Venda de GÁS NATURAL celebrado entre Eneva S.A. e COMPANHIA PERNAMBUCANA DE GÁS em 19 de julho de 2024*

**ENEVA S.A.**

**Marcelo Lopes**

Diretor de Marketing, Comercialização  
Gás & Energia e Novos Negócios

**Marcelo Habibe**

Diretor de Finanças CFO

**COPERGÁS - COMPANHIA PERNAMBUCANA DE GÁS**

**Felipe Valença**

Diretor Presidente

**ROBERTO COBO ZANELLA**

Diretor Técnico Comercial

Testemunhas:

Nome: Jacinto Sousa

[Redacted]

Nome: Brian Kregten

[Redacted]

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: [REDACTED] ou vá até o site <https://izisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: [REDACTED]

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/07/2024 é(são) :

- ☒ FELIPE VALENÇA DE SOUSA (Parte) - [REDACTED] em 23/07/2024 17:12 UTC-03:00  
**Nome no certificado:** Felipe Valenca De Sousa  
**Tipo:** Certificado Digital
- ☒ ROBERTO COBO ZANELLA (Parte) - [REDACTED] em 23/07/2024 15:33 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital
- ☒ Jacinto JR de Sousa (Testemunha) - [REDACTED] em 22/07/2024 16:48 UTC-03:00  
**Nome no certificado:** Jacinto Junior De Sousa  
**Tipo:** Certificado Digital
- ☒ Marcelo Lopes (Parte) - [REDACTED] em 22/07/2024 16:46 UTC-03:00  
**Nome no certificado:** Marcelo Cruz Lopes  
**Tipo:** Certificado Digital
- ☒ Brian Kregten (Testemunha) - [REDACTED] em 22/07/2024 10:37 UTC-03:00  
**Tipo:** Assinatura Eletrônica  
**Identificação:** Autenticação de conta

### Evidências

**Client Timestamp** Mon Jul 22 2024 10:37:43 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

**Name** Brian Kregten

**Assinatura:**





[REDACTED]

[REDACTED]

☒ Lucas Mefano (jurídico ENEVA) - [REDACTED] em 22/07/2024 10:35 UTC-03:00

**Tipo:** Assinatura Eletrônica

**Identificação:** Autenticação de conta

### Evidências

**Client Timestamp** Mon Jul 22 2024 10:35:25 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

[REDACTED]

**Name** Lucas Mefano

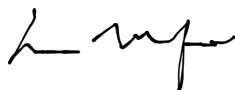
[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

**Assinatura:**



[REDACTED]

[REDACTED]

☒ Marcelo Habibe (Parte) - [REDACTED] em 19/07/2024 19:50 UTC-03:00

**Nome no certificado:** Marcelo Campos Habibe

**Tipo:** Certificado Digital

☒ Sheila Mayane Barbosa De Santana Correa (VISTO CJUR COPERGAS) - [REDACTED] em 19/07/2024 16:23 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital

[REDACTED]



## **CONTRATO DE COMODATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA PERNAMBUCANA DE GÁS – COPERGÁS E ENEVA S.A.**

**COMPANHIA PERNAMBUCANA DE GÁS – COPERGÁS**, sociedade de economia mista com sede na Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, na Av. Conselheiro Aguiar, nº 1748, loja 001, Boa Viagem, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.025.313/0001-81, doravante denominada simplesmente “COPERGÁS” ou “COMODANTE”, representada na forma de seu estatuto social, neste ato representado na forma de seu estatuto social; e,

**ENEVA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Botafogo, nº 501, Bloco I, 2º e 4º andares, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 04.423.567/0001-21, doravante denominada simplesmente “ENEVA” ou “COMODATÁRIA”, neste ato representado na forma de seu estatuto social.

COPERGÁS e COMODATÁRIA, isoladamente denominadas “**PARTE**” e conjuntamente “**PARTES**”, têm justo e acertado o presente contrato de comodato (“CONTRATO DE COMODATO”), o qual se regerá pelos artigos 579 e seguintes do Código Civil Brasileiro, pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie, e especialmente pelas cláusulas e condições adiante elencadas.

### **CONSIDERANDO QUE:**

- A. As PARTES celebraram, em 19 de julho de 2024, o CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL que estabelece os termos e condições de venda e entrega, pela COMODATÁRIA, e de compra e recebimento, pela COMODANTE, de GÁS NATURAL, o qual será produto do GNL descarregado das CARRETAS CRIOGÊNICAS da COMODATÁRIA e regaseificado nas PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO de propriedade da COMODANTE, localizadas nos municípios de Petrolina e Garanhuns, no Estado de Pernambuco, a serem operadas pela COMODATÁRIA;
- B. Para fins de operação das PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO nos termos acima, a COPERGÁS cederá em comodato não-oneroso, à ENEVA, as PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO de Petrolina e Garanhuns e os ISO CONTÊINERES COPERGÁS por todo o prazo do FORNECIMENTO, conforme a Cláusula Segunda deste CONTRATO;



- C. A COMODANTE deverá garantir à COMODATÁRIA o livre acesso aos imóveis onde se encontram as PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO, especialmente com relação à PLANTA DE REGASEIFICAÇÃO de Garanhuns, a qual é situada em imóvel cedido por terceiros em comodato à COPERGÁS; e,
- D. A COMODATÁRIA será responsável pelas despesas operacionais e a COMODANTE será responsável pela segurança patrimonial e vigilância das PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO por toda a vigência deste CONTRATO DE COMODATO.

## CLÁUSULA PRIMEIRA: DEFINIÇÕES

1.1. Neste CONTRATO DE COMODATO, os termos e expressões abaixo grafados em maiúsculas, seja no plural ou no singular, terão os significados que lhes são atribuídos nesta Cláusula:

**ANP** – significa a Agência Nacional do Petróleo, GÁS NATURAL e Biocombustíveis, agência reguladora da atividade do setor de gás e petróleo, criada pela Lei nº 9.478/1997.

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL** – significa o contrato de compra e venda de gás natural assinado entre as PARTES em 19 de julho de 2024 para o fornecimento, pela ENEVA, e o recebimento, pela COPERGÁS, de GÁS NATURAL.

**CARRETAS CRIOGÊNICAS** – significa as carretas criogênicas destinadas ao transporte de GNL e, eventualmente, à tancagem de GNL, em complementação aos ISO CONTÊINERES COPERGÁS, de propriedade da COMODATÁRIA ou de terceiros contratados pela COMODATÁRIA, a seu exclusivo critério.

**FORNECIMENTO** – significa o fornecimento de GÁS NATURAL nos termos do CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL.

**GÁS NATURAL** – significa o gás natural, objeto do CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL, composto pela mistura de hidrocarbonetos constituída essencialmente de metano, outros hidrocarbonetos e gases não combustíveis, que se extrai de reservatórios naturais, que tenha origem nacional ou importada, conforme previsto na Lei brasileira aplicável, que se encontra no estado gasoso nas condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius), pressão absoluta de 1,033kgf/cm<sup>2</sup> (um vírgula zero trinta e três quilograma-força por centímetro quadrado) e poder calorífico superior de 9.400kcal/m<sup>3</sup> (nove mil e quatrocentos quilocalorias por metro cúbico).



**PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO** – significa o conjunto de instalações e equipamentos da estação de recebimento, regaseificação e tancagem existentes, de propriedade da COMODANTE e especificados no CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL e seus anexos, localizadas nos municípios de Petrolina e Garanhuns, no Estado de Pernambuco, para fins de regaseificação do GNL e fornecimento do GÁS NATURAL objeto do CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL, a serem operadas pela COMODATÁRIA.

**ISO CONTÊINERES COPERGÁS** - significam os 10 (dez) iso contêineres de 40 pés/8bar móveis de propriedade da COMODANTE, destinados ao uso exclusivo da COMODATÁRIA pelo prazo deste CONTRATO.

## **CLÁUSULA SEGUNDA: OBJETO**

2.1. Os bens objeto do presente CONTRATO são as PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO localizadas os municípios de Petrolina, localizada nos Lotes de terreno número 07 e número 8 da Quadra L, do Distrito industrial de Petrolina, CEP 56308 408 e Garanhuns, localizada no endereço Av. Bom Pastor S/N, Parte 2, Sala 1, Bairro Boa Vista, CEP 55.292-270 e os ISO CONTÊINERES COPERGÁS, que neste ato têm suas posses diretas transferidas à COMODATÁRIA para que esta possa usar e gozar dos bens, respeitadas as suas respectivas destinações, quais sejam, a operação e manutenção das PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO e dos ISO CONTÊINERES COPERGÁS e a consequente operacionalização do FORNECIMENTO.

2.2. Caberá à COPERGÁS garantir à ENEVA o acesso e a posse mansa e pacífica dos bens pelo período do comodato objeto deste CONTRATO DE COMODATO.

## **CLÁUSULA TERCEIRA: PRAZO**

3.1. A COPERGÁS cede à ENEVA os bens descritos na Cláusula 2.1 acima pelo mesmo prazo do FORNECIMENTO, conforme previsto no CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL, de maneira que ao término do referido FORNECIMENTO, ainda que, por qualquer razão, este ocorra antes do fim do período inicialmente acordado, o presente instrumento será automaticamente resilido, independentemente de qualquer notificação ou aviso, devendo ser restituída a posse direta dos bens à COPERGÁS, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. Ocorrendo a prorrogação do FORNECIMENTO, este CONTRATO DE COMODATO deverá ser aditado por igual período.

## **CLÁUSULA QUARTA: RESTITUIÇÃO**

4.1. Findo o prazo do presente CONTRATO, ou requisitada a devolução dos bens em virtude da rescisão do CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL, os bens deverão ser restituídos à COMODANTE no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsto na Cláusula 3.1 acima.

4.2. Não ocorrendo a restituição no prazo acima previsto, a COMODATÁRIA ficará sujeita ao pagamento de multa moratória à COMODANTE, correspondente a 0,005% (cinco centésimos por cento) sobre o valor do CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL, por dia de atraso.

## **CLÁUSULA QUINTA: OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1. São obrigações da COMODATÁRIA:

- a) zelar pela integridade dos bens como se seus fossem, restituindo-os à COMODANTE ao término do CONTRATO DE COMODATO nas mesmas condições em que os recebeu, respondendo por eventuais perdas e danos diretos a que tiver, comprovadamente, dado causa; e
- b) pagar pelos custos decorrentes da utilização dos bens, na forma acordada entre as PARTES no âmbito do CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL e conforme Cláusula Sétima deste CONTRATO.

5.2. São obrigações da COMODANTE:

- a) entregar os bens objeto deste CONTRATO em comodato à COMODATÁRIA livres e desembaraçados, sem quaisquer ônus, regularizados e sem pendências judiciais, contratuais, regulatórias, fundiárias, ambientais, técnicas e/ou operacionais;
- b) ser integralmente responsável por (i) eventuais penalidades aplicadas em decorrência do descumprimento do item “a” acima e/ou da ausência de eventual(is) licença(s) e/ou autorização(ões) considerada(s) como requisito para

as atividades de operação das PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO, exceto se a(s) licença(s) e/ou autorização(ões) passar(em) a ser de responsabilidade da COMODATÁRIA, nos termos do CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL; (ii) encargos, tributos e despesas relativas aos imóveis onde estão localizadas as PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO, responsabilizando-se pelo fiel e integral cumprimento de todas as normas legais e regulatórias aplicáveis; (iii) a vigilância e a segurança patrimonial das PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO, mantendo a COMODATÁRIA livre e indene de qualquer custo e/ou responsabilização decorrente destes itens;

- c) No que se refere à PLANTA DE REGASEIFICAÇÃO de Garanhuns, a qual está localizada em imóvel de propriedade de terceiros e cedido em comodato à COPERGÁS, as PARTES desde já estabelecem que a COPERGÁS deverá empregar todos os meios cabíveis para garantir o acesso e a sua posse direta à ENEVA durante todo o período deste CONTRATO DE COMODATO.

- i. Caso o contrato de comodato do imóvel mencionado no item “c” acima, firmado em 29 de janeiro de 2021 entre a COPERGÁS e a empresa Dairy Partners Americas Nordeste – Produtos Alimentícios Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.331.731/0001-73, seja extinto; ou, de outro modo, o acesso e/ou a posse direta da ENEVA com relação à PLANTA DE REGASEIFICAÇÃO de Garanhuns seja impedido, o presente CONTRATO e o CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL deverão ser aditados, sem ônus e/ou penalidades para a ENEVA.

## CLÁUSULA SEXTA: DESPESAS

6.1. Caberá à COMODATÁRIA, enquanto perdurar o comodato objeto deste CONTRATO DE COMODATO, arcar com os custos referentes ao consumo de serviços essenciais à sua operação, ou seja, serviços de eletricidade, telecomunicações, água e esgoto, mantendo a COMODANTE livre e indene de qualquer responsabilização decorrente destes itens.

## CLÁUSULA SÉTIMA: DA NATUREZA DO CONTRATO

7.1. As PARTES declaram expressamente que a COMODATÁRIA não pagará à COPERGÁS qualquer quantia a título de retribuição ou contraprestação pela utilização dos bens objeto do presente CONTRATO DE COMODATO, desde que destinados para atendimento à finalidade do presente CONTRATO DE COMODATO, em conformidade com o CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL.





## **CLÁUSULA OITAVA: ALIENAÇÃO ONEROSA DE POSSE**

8.1. A COPERGÁS não poderá, durante a vigência deste CONTRATO DE COMODATO, alienar, ceder, transferir, dar em locação e/ou gravar os bens objeto deste CONTRATO DE COMODATO a terceiros, sob pena de, caso tal fato restrinja o FORNECIMENTO, não seja caracterizada FALHA DE FORNECIMENTO e a COMODANTE pague o *TAKE OR PAY MENSAL* conforme previsto no CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL.

8.2. Após o cumprimento do prazo deste CONTRATO, caso venha a ocorrer hipótese de alienação ou locação que importe na obstrução do acesso e/ou na transferência da posse direta dos bens objeto deste CONTRATO, à COMODATÁRIA deverá ser garantido o prazo de 30 (trinta) dias para a desocupação dos mesmos.

## **CLÁUSULA NONA: DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1. A COPERGÁS desde já autoriza o livre acesso de pessoal, viaturas, equipamentos e materiais destinados às suas instalações nas áreas onde se encontram as PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO e os ISO CONTÊINERES COPERGÁS, como também a COMODATÁRIA autoriza o ingresso de pessoal e/ou terceiros contratados da COPERGÁS (todos devidamente credenciados) para eventual execução dos serviços de fiscalização da operação e manutenção das PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO e dos ISO CONTÊINERES COPERGÁS pela COMODATÁRIA.

A COMODATÁRIA será a única responsável por qualquer dano direto comprovadamente resultante de ação ou omissão de seus prepostos ou empregados, ou mesmo de terceiros por ela contratados, às PLANTAS DE REGASEIFICAÇÃO e/ou aos ISO CONTÊINERES COPERGÁS.

9.2. As PARTES declaram não existir em vigor qualquer contrato, obrigação, gravame ou ônus que impeçam o cumprimento do que ora convencionam.

9.3. Para todos e quaisquer efeitos de direito, fica expresso e inequívoco que a celebração do presente instrumento não estabelece qualquer vínculo além do presente estabelecido entre as PARTES, qualquer relação de sociedade, subordinação pessoal entre seus empregados e colaboradores e/ou vínculo empregatício.

9.4. O presente CONTRATO DE COMODATO não representa qualquer forma de associação das PARTES, razão pela qual os empregados ou contratados de cada PARTE não apresentam qualquer vínculo empregatício com a outra PARTE e não estão sujeitos a qualquer direito ou obrigação que pudessem decorrer de eventual relação de trabalho.

9.5. As PARTES reconhecem que, por força deste CONTRATO DE COMODATO, não ficará, de forma alguma, estabelecido ou criado vínculo empregatício ou de responsabilidade, de uma PARTE com relação ao pessoal que a outra PARTE utilizar, direta ou indiretamente, para a prestação dos serviços aqui descritos, correndo por conta exclusiva da respectiva PARTE todas as despesas com tal pessoal, sejam ou não empregados seus, inclusive pelos encargos decorrentes da legislação vigente, seja trabalhista ou previdenciária, ou quaisquer outros, além de quaisquer obrigações não pecuniárias decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária em vigor, particularmente, mas sem se limitar, contribuições ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

9.6. Caso qualquer disposição deste CONTRATO DE COMODATO seja considerada ilegal, inválida ou inexecutável de acordo com as leis em vigor durante a vigência deste CONTRATO DE COMODATO, tal disposição será considerada completamente independente do CONTRATO DE COMODATO. Este CONTRATO DE COMODATO será interpretado e executado como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável não o integrasse e as disposições remanescentes permanecerão em pleno vigor e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável.

9.6.1. Na hipótese acima, as PARTES, através de aditivos ao CONTRATO DE COMODATO, substituirão adequadamente tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável por uma disposição ou disposições outras que, dentro do legalmente possível, deverá aproximar-se do que as PARTES entendam ser a disposição original e a sua finalidade.

9.7. O presente CONTRATO DE COMODATO jamais poderá ser interpretado de modo a credenciar qualquer das PARTES como representante ou mandatária da outra, e nem autoriza a assunção de qualquer obrigação, tácita ou explícita, por uma PARTE em nome da outra.

9.8. Qualquer omissão ou tolerância das PARTES quanto à exigência do cumprimento das obrigações previstas neste instrumento ou quanto a exercer qualquer direito nele previsto não constituirá novação ou renúncia, nem afetará o direito de exercê-las a qualquer tempo.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FORO

10.1. As PARTES contratantes elegem o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como o competente para dirimir quaisquer questões relativas a este CONTRATO DE



COMODATO, renunciando as PARTES a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

10.2. E, por estarem justas e acordadas, as PARTES expressam a sua concordância com o teor integral deste CONTRATO, obrigando-se a seu fiel e estrito cumprimento e assinam eletronicamente o presente documento pelo sistema IziSign, para que surta seus efeitos jurídicos, na forma do artigo 10, § 2º da Medida Provisória 2.200/2001-2, na Lei nº 12.682/2012, no artigo 411, inciso II, da Lei nº 13.105/2015 e na Lei nº 13.874/2019, o mesmo se aplicando para as assinaturas de 2 (duas) testemunhas.

10.3. Recife/PE, documento emitido eletronicamente, de modo que a data de sua assinatura, para todos os fins de direito, será considerada como sendo a data em que o último signatário assinar o documento.

#### **ENEVA S.A.**

\_\_\_\_\_  
**Marcelo Lopes**

Diretor de Marketing, Comercialização  
Gás & Energia e Novos Negócios

\_\_\_\_\_  
**Marcelo Habibe**

Diretor de Finanças CFO

#### **COPERGÁS - COMPANHIA PERNAMBUCANA DE GÁS**

\_\_\_\_\_  
**Felipe Valença**

Diretor Presidente

\_\_\_\_\_  
**ROBERTO COBO ZANELLA**

Diretor Técnico Comercial

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome: Jacinto Sousa

\_\_\_\_\_  
Nome: Brian Kregten

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: [REDACTED] ou vá até o site <https://izisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: [REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/07/2024 é(são) :

- ☒ FELIPE VALENÇA DE SOUSA (Parte) - [REDACTED] em 23/07/2024 17:13 UTC-03:00  
**Nome no certificado:** Felipe Valenca De Sousa  
**Tipo:** Certificado Digital
- ☒ ROBERTO COBO ZANELLA (Parte) - [REDACTED] em 23/07/2024 15:35 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital
- ☒ Jacinto JR de Sousa (Testemunha) - [REDACTED] em 22/07/2024 16:53 UTC-03:00  
**Nome no certificado:** Jacinto Junior De Sousa  
**Tipo:** Certificado Digital
- ☒ Marcelo Lopes (Parte) - [REDACTED] em 22/07/2024 16:46 UTC-03:00  
**Nome no certificado:** Marcelo Cruz Lopes  
**Tipo:** Certificado Digital
- ☒ Brian Kregten (Testemunha) - [REDACTED] em 22/07/2024 10:39 UTC-03:00  
**Tipo:** Assinatura Eletrônica  
**Identificação:** Autenticação de conta

### Evidências

**Client Timestamp** Mon Jul 22 2024 10:38:59 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

[REDACTED]

**Name** Brian Kregten

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

**Assinatura:**



[Redacted]

[Redacted]

☒ Lucas Mefano (jurídico ENEVA) - [Redacted] em 22/07/2024 10:34 UTC-03:00

**Tipo:** Assinatura Eletrônica

**Identificação:** Autenticação de conta

**Evidências**

**Client Timestamp** Mon Jul 22 2024 10:34:26 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

[Redacted]

**Name** Lucas Mefano

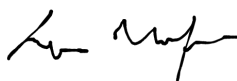
[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

**Assinatura:**



[Redacted]

[Redacted]

☒ Marcelo Habibe (Parte) - [Redacted] em 19/07/2024 19:50 UTC-03:00

**Nome no certificado:** Marcelo Campos Habibe


**Tipo:** Certificado Digital


☒ Sheila Mayane Barbosa De Santana Correa (VISTO CJUR COPERGAS) - [Redacted] em 19/07/2024 16:22 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital





	RELATÓRIO								
	Nº RL-SSLNG-003.2024						REVISÃO 01		
	ÁREA SSLNG						FOLHA 1 de 53		
	TÍTULO Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato								
ÍNDICE DE REVISÕES									
REV.	DESCRIÇÃO E/OU FOLHAS ATINGIDAS								
00	EMISSÃO ORIGINAL								
01	EMISSÃO PARA CONTRATO								
	REV. 00	REV. 01	REV. 02	REV. 03	REV. 04	REV. 05	REV. 06	REV. 07	REV. 08
DATA	26/06/24	12/07/24							
PROJETO	ENEVA	ENEVA							
EXECUÇÃO	L.P.	L.P.							
VERIFICAÇÃO	S.P.	S.P.							
APROVAÇÃO	P.G.	P.G.							

	RELATÓRIO		
	Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO 01
	ÁREA	SSLNG	FOLHA 2 de 53
	TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato	
SUMÁRIO			
1. ESCOPO DE VISITA E RELATÓRIO .....		4	
2. Planta de Regaseificação – petrolina .....		5	
2.1	Sistema de descarregamento de GNL .....	5	
2.2	Tancagem (Sistema de armazenamento) .....	8	
2.3	Sistema Economizador Levantador de Pressão .....	12	
2.4	Sistema de regaseificação.....	14	
2.5	Skid de Regulação de Pressão .....	17	
2.6	Sistema de detecção de gás e chamas .....	17	
2.7	Sistema de combate a incêndio.....	18	
2.8	Sistema de ar comprimido e cilindros de nitrogênio .....	19	
2.9	Sala elétrica.....	22	
2.10	Água de serviço .....	25	
2.11	Depósito .....	25	
2.12	Estação de Transferência de Custódia (Copergás) .....	25	
2.13	Notas gerais .....	26	
2.14	Conclusão .....	27	
3. Planta de Regaseificação – garanhuns .....		28	
3.1	Sistema de descarregamento de GNL .....	28	
3.2	Tancagem (Sistema de armazenamento) .....	32	
3.3	Sistema Economizador Levantador de Pressão .....	36	
3.4	Regaseificação.....	37	
3.5	Skid de Regulação de Pressão .....	38	
3.6	Sistema de detecção de gás e chamas .....	39	
3.7	Sistema de combate a incêndio.....	40	
3.8	Sistema de ar comprimido e cilindros de nitrogênio .....	42	
3.9	Sala elétrica.....	44	
3.10	Água de serviço .....	46	


Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Valença De Sousa, Roberto Cobo Zapella, Marcelo Cruz Lopes e Marcelo Lopes Habibe. Este documento foi assinado eletronicamente por Brian Kregten e Lucas Reis Mefano.

Para verificar as assinaturas vá ao site [www.eneva.com.br](#)

AS INFORMAÇÕES DESTES DOCUMENTOS SÃO DE PROPRIEDADE DA ENEVA S.A. SENDO PROIBIDA A UTILIZAÇÃO FORA DA SUA FINALIDADE.

Para verificar as assinaturas vá ao site [www.eneva.com.br](#)

Este documento foi assinado eletronicamente por Brian Kregten e Lucas Reis Mefano. Para verificar as assinaturas vá ao site [https://www.eneva.com.br/assinaturas](#)

	RELATÓRIO		
	Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO 01
	ÁREA	SSLNG	FOLHA 3 de 53
	TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato	
<div>3.11 Depósito .....46</div> <div>3.12 Estação de Transferência de Custódia (Copergás) .....47</div> <div>3.13 Notas gerais .....48</div> <div>3.14 Conclusão .....50</div> <div>4. Lista de equipamentos de propriedade da copergas .....51</div> <div>5. relação DE LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES.....53</div>			

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Valença De Sousa, Roberto Cobo Zanella, Marcelo Cruz Lopes e Marcelo Campos Habibe. Este documento foi assinado eletronicamente por Brian Kregten e Lucas Reis Mefano. Para verificar as assinaturas vá ao site

AS INFORMAÇÕES DESTES DOCUMENTOS SÃO DE PROPRIEDADE DA ENEVA S.A. SENDO PROIBIDA A UTILIZAÇÃO FORA DA SUA FINALIDADE.

a verificar as assinaturas vá ao site

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Valença De Sousa, Roberto Cobo Zanella, Marcelo Cruz Lopes e Marcelo Campos Habibe. Este documento foi assinado eletronicamente por Brian Kregten e Lucas Reis Mefano. Para verificar as assinaturas vá ao site [redacted]



## RELATÓRIO

Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	4 de 53
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		

### 1. ESCOPO DE VISITA E RELATÓRIO

Em atendimento à Chamada Pública nº 02/2024, emitida pela CDL Copergás para fornecimento de Gás Natural e para operação e manutenção das Plantas de Regaseificação existentes nas cidades de Petrolina e de Garanhuns, foram realizadas visitas pelo time técnico da Eneva nos dias 17/06/24 e 19/06/24, nas respectivas unidades.

As visitas técnicas às Plantas de Regaseificação de Petrolina e de Garanhuns tiveram como objetivo analisar as condições técnica-operacionais das instalações, assim como confirmar que a documentação entregue aos proponentes da Chamada Pública estava atualizada conforme a realidade montada no campo (as built).

As visitas também tiveram como objetivo entender a redundância das instalações das plantas, de modo a avaliar a possibilidade de realização de manutenções sem que o fornecimento fosse comprometido, assim como buscar maneiras de implementar soluções alternativas para manter o fornecimento.

Este relatório é uma fotografia das visitas na data de realização das mesmas, não contemplando quaisquer informações recebidas posteriormente.

Participantes da visita técnica à Planta de Regaseificação Petrolina:

- Especialista de Soluções GNL – Lucas Pedrosa – Eneva
- Especialista em Criogenia – Ricardo Miguel – PRF
- Gerente de Operação e Manutenção – Anderson Andrade – Copergás
- Técnico Copergás da Planta de Regaseificação – Hugo Araújo – Copergás
- Operador Mantenedor da Planta de Regaseificação (Operador) – Nehemias Oliveira Repare

Participantes da visita técnica à Planta de Regaseificação Garanhuns:

- Especialista de Soluções GNL – Lucas Pedrosa – Eneva
- Técnico Copergás da Planta de Regaseificação – Douglas Oliveira – Copergás
- Operador Mantenedor da Planta de Regaseificação (Operador) – Wellington Silva Repare

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Valença De Sousa, Roberto Cobo Zanella, Marcelo Cruz Lopes e Marcelo Campos Habibe. Este documento foi assinado eletronicamente por Brian Kregten e Lucas Reis Mefano. Para verificar as assinaturas vá ao site [assintur.com.br](#)



## RELATÓRIO

Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	5 de 53
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		

## 2. PLANTA DE REGASEIFICAÇÃO – PETROLINA

A Planta de Regaseificação de Petrolina foi instalada pela empresa New Fortress.

Apesar de não haver registro de ocorrências de manutenção e/ou falhas inesperadas, a planta possui aspecto de nova e aparenta estar com boa conservação. Em linhas gerais, a planta é composta pelos seguintes sistemas:

- Sistema de descarregamento
- Tancagem
- Sistema economizador levantador de pressão
- Regaseificação
- Skid de regulação de pressão
- Sistema de detecção de gás e chamas
- Sistema de combate a incêndio
- Sistema de ar comprimido (secador) e reserva com cilindros de nitrogênio
- Sala Elétrica
- Água de serviço
- Depósito
- Estação de Transferência de Custódia (Este sistema não está incluso no escopo do proponente)

### 2.1 Sistema de descarregamento de GNL

A planta possui uma baía de descarregamento cercada. O descarregamento do GNL é realizado através de 2 bombas da marca Cryostar que trabalham em redundância (2x100%), referência modelo GBS 185, com vazão de 661 L/min (a performance não foi confirmada). Foi informado pelo operador local que a transferência de GNL dura cerca de 1 hora. São utilizadas mangueiras flexíveis de 2", com acoplamentos tipo Klaw, sendo duas delas para o estado líquido e 1 para o estado gasoso. Conforme informado, o sistema consegue operar utilizando apenas 2 das mangueiras (1 para cada estado) e já foi realizado na prática. Além das mangueiras citadas acima, o sistema de descarregamento possui 1 cabo para passagem de dados de instrumentação, 1 cabo para alimentação elétrica e 1 cabo para aterramento do sistema.

As mangueiras são localizadas de forma a permitir descarregamento pela lateral esquerda de uma carreta ou pela traseira de um Isotank (Iso Contêineres Copergás).



## RELATÓRIO

Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	6 de 53
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		

A baia de descarregamento não possui serpentina levantadora de pressão (SLP) para manutenção de pressão no Isotankue logístico ou carreta durante a operação de descarregamento. Ao invés disso, há um retorno de fase gasosa vindo dos isotanques fixos da planta que pressuriza o Isotankue logístico ou carreta.

O atual descarregamento dos Isotankues logísticos é realizado pela empresa Morada Logística, e possui as seguintes etapas para iniciar a transferência do GNL:

- 1- Pré-resfriamento das bombas com o próprio GNL da planta, até que a mesma atinja -30°C;
- 2- Após, circula-se o GNL dos Isotankues com a bomba de descarregamento até que ela atinja -90°C. Quando esta temperatura é atingida, abre-se uma contagem de 5 minutos para verificar se o sistema manterá essa temperatura; e
- 3- Caso ocorra a manutenção da temperatura acima, se inicia o descarregamento de GNL do Isotankue para a Planta de Regaseificação.

Observação: Cabe salientar que o procedimento praticado acima não está conforme o diagrama de causa e efeito o qual foi enviado aos proponentes.

Pode-se observar que as bombas de descarregamento trabalhavam alternadamente de modo automático a cada descarregamento para preservarem horímetros similares. Porém, o atual Operador da planta informou que houve uma mudança na orientação para que uma das bombas fosse mais utilizada que a outra, entretanto, não foi observada a presença de Instrução Técnica ou procedimento escrito quanto a esta rotina.

Foi observado que houve uma troca de componente do sistema acoplado à bomba CP-300-A, fato que foi confirmado verbalmente pelo atual Operador, entretanto, não há registro desta ocorrência na Planta de Regaseificação.



Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	7 de 53
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		



Figura 1 – Baía de Descarregamento de GNL - Petrolina



Figura 2: Bombas de descarregamento

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Valença De Sousa, Roberto Cobo Zanella, Marcelo Cruz Lopes e Marcelo Campos Habibe. Este documento foi assinado eletronicamente por Brian Kregten e Lucas Reis Mefano. Para verificar as assinaturas vá ao site [\[link\]](#)

Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	8 de 53
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		

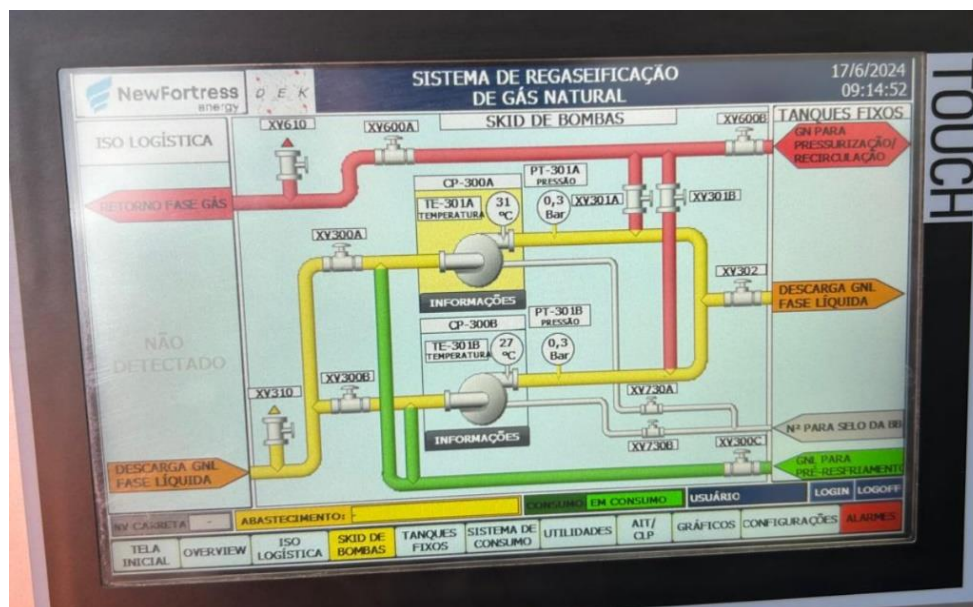


Figura 3: Supervisório

## 2.2 Tancagem (Sistema de armazenamento)

O sistema de armazenamento criogênico é composto por 4 isotanques fixos da marca Furui com capacidade de armazenamento bruto de 43,5m³ cada, e pressão máxima de trabalho admissível de 18 bar. Os isotanques são interligados entre si, porém só os isotanques “B”, “C” e “D” estão configurados para atender a demanda de descarregamento e fornecimento de Gás Natural, já o isotanque “A” atua como vaso de pressão para regular a pressão do sistema da Planta de Regaseificação.

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Valença De Sousa, Roberto Cobo Zanella, Marcelo Cruz Lopes e Marcelo Campos Habibe. Este documento foi assinado eletronicamente por Brian Kregten e Lucas Reis Mefano. Para verificar as assinaturas vá ao site [https://www.eneva.com.br/verificar-assinatura](#)



Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	9 de 53
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		



Figura 4 - Válvulas dos isotanques fixos

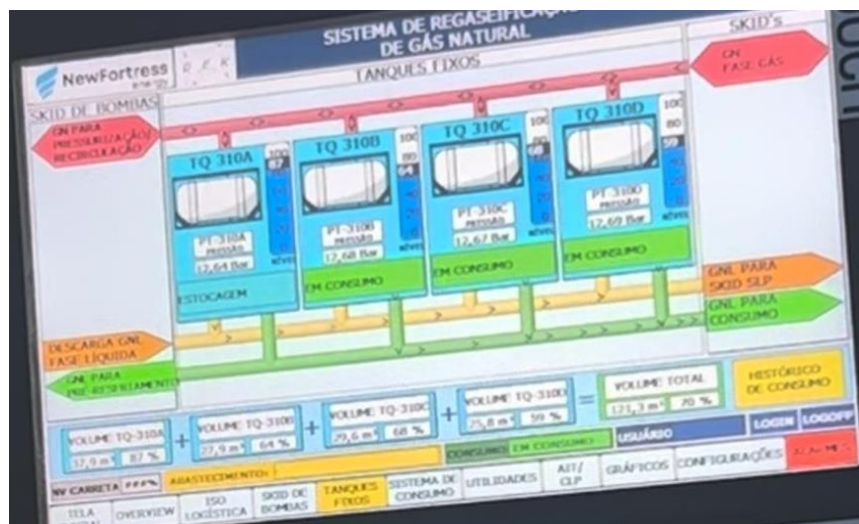


Figura 5 - Supervisório – Isotankes fixos

A Planta de Regaseificação de Petrolina foi concebida com os isotanques trabalhando com 95% de lastro de armazenamento, e tem limite máximo de 95% de enchimento para evitar o *overfuelling*. Caso os isotanques “B”, “C” e “D” cheguem ao limite mínimo, o sistema automaticamente solicitará que o tanque “A” envie GNL para os tanques de descarregamento.

Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	10 de 13
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		

até que eles atinjam 15% de enchimento, para que eles voltem a enviar GNL à planta. Ou seja, neste exemplo, caso haja uma falha crítica no suprimento de GNL através dos Isotankers “B”, “C” e “D”, precisaria haver uma operação manual de fechamento das válvulas desses isotankers, para que o GNL do tanque “A” fosse enviado diretamente à planta e evitasse a falha de fornecimento. Essas informações foram fornecidas pelo atual Operador da planta.

Os isotankers “B”, “C” e “D” são recarregados, quando seus níveis chegam a  $\leq 62\%$  de armazenamento.

Durante a visita, a válvula manual “V 3D” do isotanque “D” apresentou fuga de gás natural pelo castelo da válvula. Ao verificar o vazamento, o atual Operador rapidamente retirou o acúmulo de gelo no equipamento, realizou o aperto e sanou o incidente. Foi informado pelo atual Operador que esse tipo de evento ocorre eventualmente durante a operação. Não foi constatada a anotação do incidente nos registros da Planta de Regaseificação, seja ele no tocante de manutenção como também de HSE.



Figura 6 – Válvula V-3D congelada





Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	12 de 13
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		

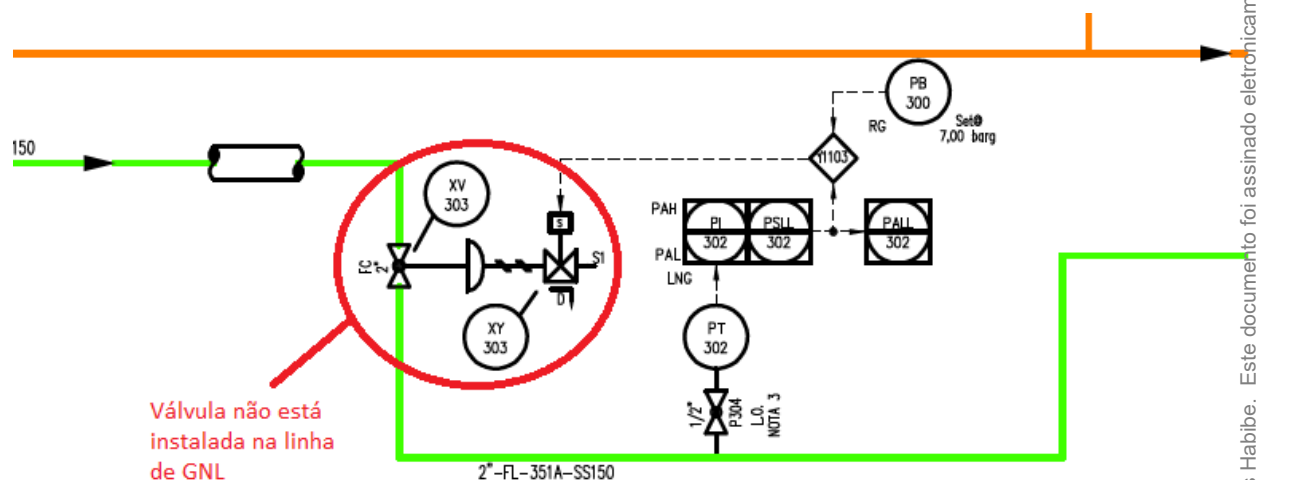


Figura 8 - Fluxograma de referência – DE-26501-801-01-fl 08/11\_rev1

No header de GNL não existe um *tie-in* que possibilite a contingência de injeção direta de GNL na saída do sistema de armazenamento, com sentido de fluxo para o sistema de regaseificação. Deve-se destacar que na revisão 0 do fluxograma DE-26501-801-01-fl 09/11 existia um *tie-in* point específico para isso, porém, diferentemente do que foi constatado em Garanhuns, este dispositivo foi suprimido do projeto implantado em Petrolina. Desta forma, cabe ressaltar que a presença desse componente aumentaria consideravelmente a disponibilidade anual da planta, pois o GNL poderia ser diretamente injetado por essa conexão, caso necessário.

## 2.3 Sistema Economizador Levantador de Pressão

O sistema economizador levantador de pressão opera em conjunto com o isotanque A, utilizando-o como um vaso de pressão, para aumentar a pressão do sistema.

Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	13 de 13
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		



Figura 9 - SLP – Sistema levantador de pressão

Ao realizar-se a conferência do fluxograma com a instalação presente no campo, foi detectada a presença de uma válvula elétrica adicional, além de uma válvula pneumática no local da válvula reguladora de pressão.

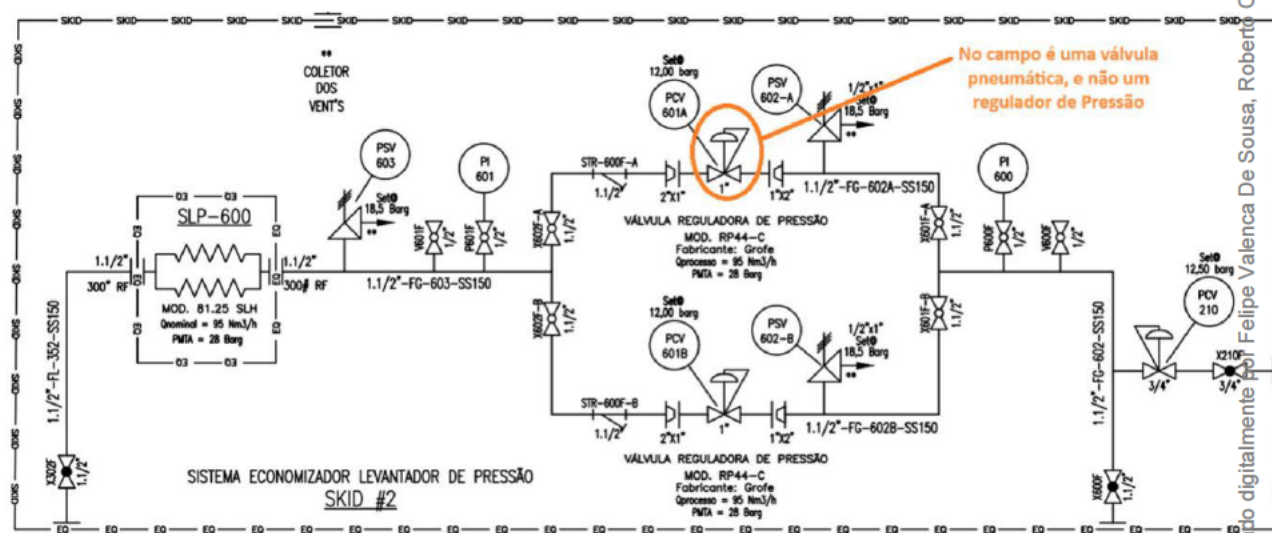


Figura 10 - Fluxograma de referência DE-26501-801-01-fl 07/11\_rev1



Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	14 de 53
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		



Figura 11 – Válvula pneumática

Com isso, se faz necessário fazer o as built do projeto implantado, bem como a atualização dos documentos de engenharia e segurança da Planta de Regaseificação de Petrolina.

## 2.4 Sistema de regaseificação

O sistema de regaseificação é composto por 4 vaporizadores atmosféricos que operam com comutação automática, aos pares, a cada ciclo de 8 horas. A capacidade de projeto dos vaporizadores é de 2100 kg/h cada.



Figura 12 – Vaporizadores atmosféricos

Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
AREA	SSLNG	FOLHA	15 de 33
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		

O sistema também não apresenta a válvula “XV-201” que está indicada no fluxograma (mostrada na Figura 15). Foi informado pelo atual Operador que, após a análise da antiga proprietária da planta quanto à possibilidade de a falha desta válvula ocasionar o mesmo incidente da válvula “XV-303” (mencionada no item 2.2 acima), a válvula “XV-201” foi removida e se instalou outro spool (“carretel”). Cabe destacar que esta válvula era instrumentada e possuía acionamento automático (intertravamento de segurança) quanto a variações de temperatura e pressão do gás natural fora de seus parâmetros, e bloqueio de inventário no caso de emergências. Atualmente, não existe a possibilidade de realizar-se esse tipo de bloqueio no fluxo do gás ao skid de regulação. O projeto não foi revisado.

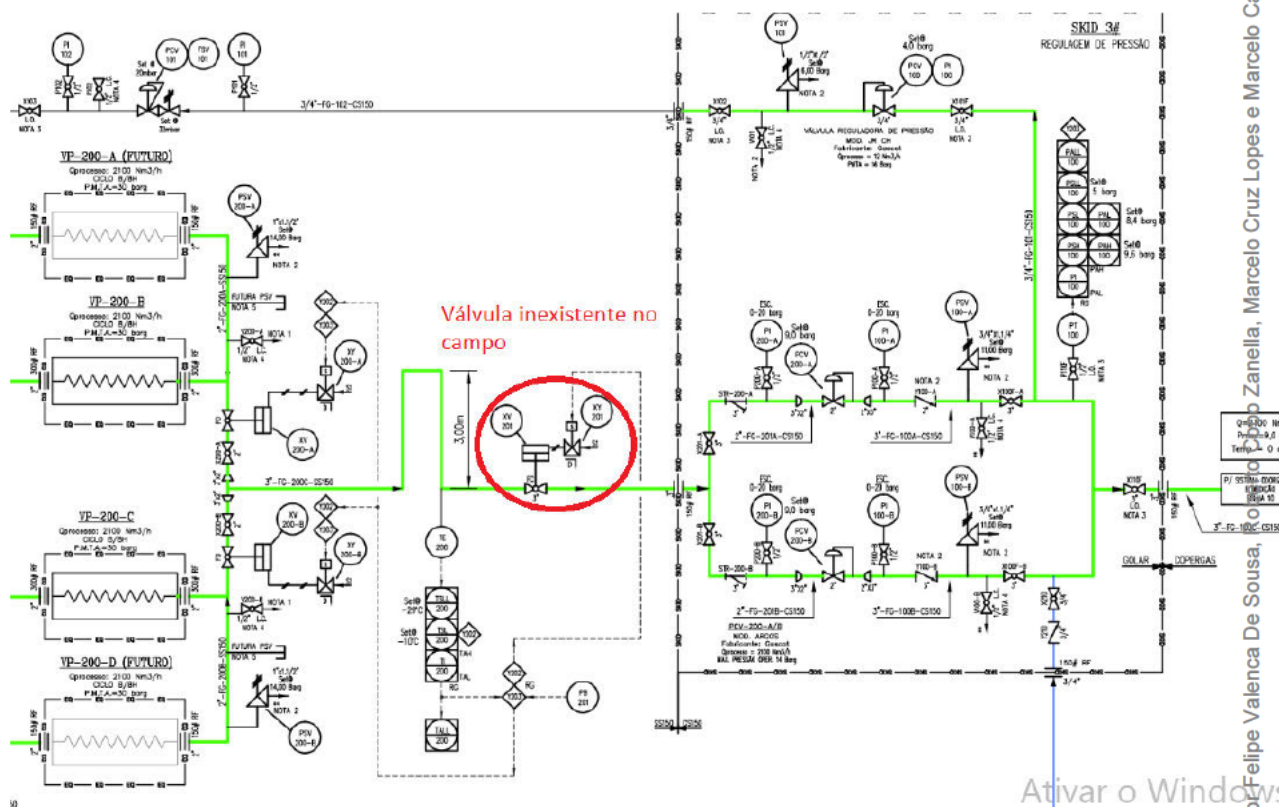


Figura 13 - Fluxograma de referência – DE-26501-801-01-fl 09/11\_rev1

Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	16 de 53
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		



Figura 14 – Carretel (spool) instalado em substituição à XV-201

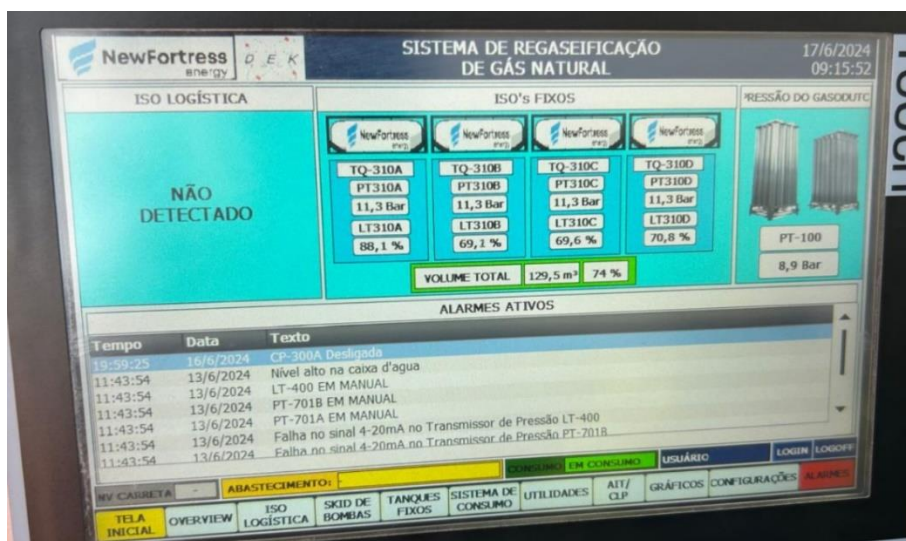


Figura 15 - Supervisório – Sistema de regaseificação

Apesar da revisão 0 do fluxograma DE-26501-801-01-fl 09/11 prever um *tie-in* point específico para injeção de gás natural como contingência da Planta de Regaseificação no sistema após os vaporizadores, este dispositivo foi removido e retirado na revisão 1 do fluxograma. Cabe salientar que tal estrutura aumentaria a disponibilidade anual da planta, pois poderia ser instalado um sistema de gás comprimido diretamente neste ponto, evitando falhas de fornecimento de gás para os clientes finais, no caso de paradas.



Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	17 de 23
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		

## 2.5 Skid de Regulação de Pressão

Após os vaporizadores atmosféricos, o gás natural é enviado ao skid de regulação de pressão, o qual rebaixa a pressão do gás até cerca de 9 barg para envio à concessionária. O skid regulador de pressão possui um sistema redundante, podendo assim, serem realizados serviços de manutenção sem prejudicar o fornecimento de gás, caso necessário.

Quanto à conferência de suas instalações com o fluxograma, se constatou que, ao contrário do que está previsto no fluxograma, não existe uma conexão para alimentação elétrica advindo de um gerador de energia externo e temporário.

A planta possui válvula economizadora, que atua em caso de aumento de pressão dos tanques, e direciona o gás de *boil-off* dos tanques para a regulação.



Figura 16 - Skid de Regulação de Pressão Petrolina

## 2.6 Sistema de detecção de gás e chamas

A Planta de Regaseificação possui ao todo 3 sensores de gás e 2 sensores de chamas, os quais estão distribuídos pela Planta de Regaseificação. Porém, não foi enviado estudo de dispersão de gases para verificação e confirmação da locação e quantidades dos detectores localizados na Planta de Regaseificação.

Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	18 de 53
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		



Figura 17 – Exemplo de localização de detectores de gás

O time técnico da Eneva foi informado que a Planta de Regaseificação de Petrolina nunca teve incidentes quanto à utilização real dos sensores ou mesmo de alguma falha que indicasse a presença de gás ou chamas. Segundo os profissionais que acompanharam a visita técnica, caso seja detectado algum desses eventos a planta seria desligada automaticamente por atuação da lógica configurada no PLC.

## 2.7 Sistema de combate a incêndio

O sistema de proteção e combate a incêndio é composto de um conjunto motor-bomba elétrico da marca WEG, ou seja, não há redundância de bombas (ex. diesel e jockey). A documentação relativa a esse sistema não foi entregue e, por este motivo, não foi possível confrontar se ele foi montado conforme o projeto.

Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	19 de 23
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		



Figura 18 – Bomba de combate a incêndio

A Planta de Regaseificação de Petrolina possui bacia de contenção única para tanques, vaporizadores e baia de descarregamento, entretanto, houve relato do atual Operador afirmando que esta não possui laje de fundo em concreto, o que poderia descaracterizar o sistema de contenção do tipo bacia. Além disso, é necessário verificar se o dimensionamento da bacia de contenção está em conformidade com a NFPA 59A. A Eneva não considerou em seu preço possíveis benfeitorias para adequação dessas estruturas e sistemas.



Figura 19 – Bacia de contenção

## 2.8 Sistema de ar comprimido e cilindros de nitrogênio

O sistema de ar comprimido da planta é composto por um compressor e secador de ar da marca Schulz, e conjunto de filtros. A pressão de ar comprimido é de 6,5 barg.



Nº	<b>RL-SSLNG-003.2024</b>	REVISÃO	<b>01</b>
ÁREA	<b>SSLNG</b>	FOLHA	<b>20 de 23</b>
TÍTULO	<b>Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato</b>		

O atual Operador informou que não há vazão suficiente neste sistema que possibilite a utilização do secador instalado, desta forma, a umidade é retirada através dos filtros instalados após o compressor de ar. Não há redundância no sistema.

O armazenamento de nitrogênio é composto de 2 grupos de 6 cilindros e tem a função de realizar a purga do selo da bomba após o descarregamento. Ele também é interligado ao sistema de ar comprimido e atua como redundância em caso de falhas do compressor automaticamente.

O atual Operador informou que é necessária a troca de 6 cilindros a cada 20 operações de descarregamento. Atualmente os cilindros são fornecidos pela White Martins.



*Figura 20 – Compressor de Ar e Cilindros de Nitrogênio*



Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
AREA	SSLNG	FOLHA	21 de 23
TITULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		



Figura 21 – Sistema de ar comprimido

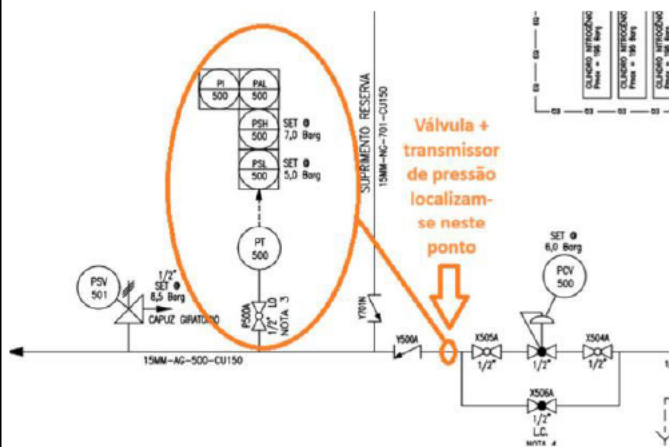


Figura 22 – Localização correta do transmissor de pressão PT-500

Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	22 de 53
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		

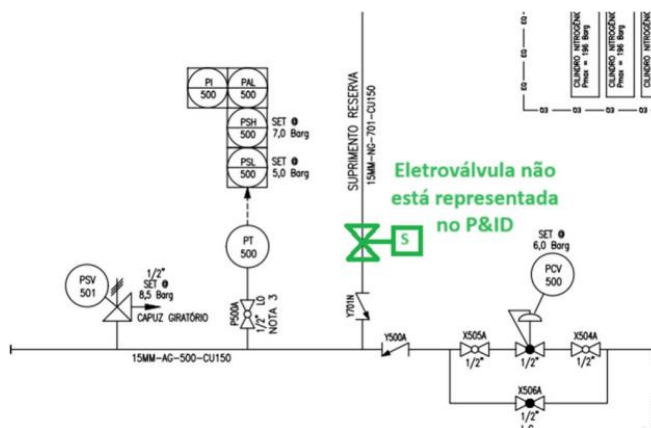


Figura 23 – Eletroválvula presente no campo

Ao verificar o fluxograma (DE-26501-801-01-fl 11/11\_ revisão01) com as instalações presentes no campo, foi constatado que a válvula P500 e seu transmissor PT-500 estavam instalados em local distinto do indicado no projeto. Além disso, houve a instalação adicional de uma eletroválvula que também não foi representada (ver figuras 22 e 23 acima).

## 2.9 Sala elétrica

A sala elétrica é composta do painel do PLC que controla automaticamente os sistemas da planta além dos painéis “QDF-02” e “QDF-01” que são responsáveis pela força e iluminação da planta.

A instalação possui o supervisório Scada Flex que possibilita visualização remota das variáveis e dados da planta.

A Planta de Regaseificação de Petrolina é alimentada por circuitos de 380V para as bombas de descarregamento, 220V para os outros pontos de consumo e 24V para instrumentação. Caso haja falha no fornecimento de energia pela rede, o abastecimento é realizado por placas solares localizadas no teto da sala elétrica com capacidade de operar a planta como um todo, com exceção das bombas de descarregamento. Segundo o atual Operador, esse sistema possui baterias com capacidade para realizar 12 horas de operação. Caso as baterias sejam consumidas, a Planta de Regaseificação de Petrolina possui, como segurança adicional, o sistema de no break com capacidade para operar a planta por até 2 horas.

Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	23 de 23
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		

Segundo o atual Operador, há alimentação elétrica através dos painéis solares instalados e estes foram utilizados quando houve falha no fornecimento de energia pela concessionária de energia elétrica, entretanto, não foi confirmada a disponibilidade deste sistema auxiliar.

O diagrama unifilar que foi disponibilizado pela Copergás não possui a alimentação elétrica oriunda das placas solares, desta forma, seria necessário validar o projeto montado e executar testes a fim de confirmar a disponibilidade desta importante contingência.



Figura 24 – Painéis elétricos



Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	24 de 53
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		



Figura 25 – Nobreak e PLC



Figura 26 – Inversor das placas solares

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Valença De Sousa, Roberto Cobo Zanella, Marcelo Cruz Lopes e Marcelo Campos Habibe. Este documento foi assinado eletronicamente por Brian Kregten e Lucas Reis Mefano. Para verificar as assinaturas vá ao site [\[link\]](#)

Nº	<b>RL-SSLNG-003.2024</b>	REVISÃO	<b>01</b>
ÁREA	<b>SSLNG</b>	FOLHA	<b>25 de 53</b>
TÍTULO	<b>Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato</b>		

## 2.10 Água de serviço

A planta possui um tanque da marca Dipawa com capacidade de armazenamento de 20m³ de água de potável, que atua como água de serviço. Ele é responsável pelo abastecimento do sistema de combate a incêndio, além de utilização para as atividades de manutenção da planta. Em alguns estados o Corpo de Bombeiros solicita que o sistema de combate a incêndio seja independente do reservatório de água industrial. Desta forma, em caso de eventuais exigências como essa a posteriori, é importante reforçar que a Eneva não considerou tal adequação em seu preço.



*Figura 27 – Reservatório de água potável*

## 2.11 Depósito

A Planta de Regaseificação de Petrolina possui um depósito que abriga as válvulas retiradas da planta e alguns sobressalentes não listados/identificados.

## 2.12 Estação de Transferência de Custódia (Copergás)

A Estação de Transferência de Custódia é composta de um skid de medição fiscal e regulador de pressão e está localizada a jusante da Planta de Regaseificação, sendo separados por uma cerca. Ela é de propriedade da Copergás e não será transferida ao proponente vencedor da Chamada pública.

Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	26 de 33
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		

O sistema contempla uma linha de by-pass que possibilita a manutenção do medidor e o contínuo fornecimento de gás para os consumidores finais. Nesse tipo de ocasião a medição é feita no medidor de cada um dos clientes.

O medidor de vazão de gás natural é tipo turbina. O medidor não está ligado no PLC da regaseificação, e sim em um PLC separado da Copergás. Há um computador de vazão para normalização conforme pressão e temperatura da linha. Essas informações foram verificadas no campo, uma vez que não foram enviados documentos desse sistema.

Cabe salientar que durante o período de litígio com a antiga proprietária do ativo, foi-se instalado um ponto de *tie-in* previamente ao skid e que poderia ser utilizado em um caso de manutenção da Planta de Regaseificação (gás comprimido).




Figura 28 – Estação de Medição de Gás Natural (Copergás)

## 2.13 Notas gerais

A planta possui segurança patrimonial, que foi contratada recentemente.

A planta possui sistema de CCTV com capacidade de armazenamento para 3 meses. Desde que a atual supridora de gás natural começou a operar a planta, não há sistema para visualização das câmeras remotamente, ou até mesmo presencialmente.



	RELATÓRIO	
	Nº	RL-SSLNG-003.2024
	REVISÃO	01
	ÁREA	SSLNG
	FOLHA	27 de 53
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato	

Não foi constatado um plano de manutenção para a planta. Porém, fomos informados que, desde a transferência do ativo à Copergás, existem manutenções mensais e anuais, entretanto, estas precisam de ajustes para atender às recomendações dos fabricantes dos equipamentos e instrumentos.

A água pluvial é capturada pela drenagem localizada abaixo das britas no ativo, e são destinadas a uma caixa pluvial fora do terreno da Planta de Regaseificação.

Todas as modificações do projeto em relação as instalações verificadas em campo serão analisadas durante a execução da análise de riscos que visa identificar os perigos e os problemas de operabilidade de uma instalação de processo (“HAZOP”), a ser realizado pela Vendedora com participação da Compradora.

Caso, durante a execução do HAZOP, sejam identificados perigos e riscos de operabilidade das instalações da Planta de Regaseificação de Petrolina, as recomendações de melhores práticas operacionais e adequações normativas não consideradas nos documentos disponibilizados na Chamada Pública serão discutidas de boa-fé com a Compradora para definição do que será implementado, caso seja necessário. É importante reforçar que a Eneva não considerou tal adequação em seu escopo.

### 2.14 Conclusão

A Planta de Regaseificação de Petrolina está em bom estado de conservação, e possui redundância em alguns sistemas da planta, o que é oportuno em um cenário de contínua operação. Entretanto, ela possui algumas fragilidades que impedem a garantia do fornecimento ininterrupto do suprimento de gás à Copergás ao longo do período do contratual.

Por exemplo: a fuga de gás detectada, aconteceu a poucos metros do sensor de gás. Caso o instrumento houvesse detectado a molécula, a planta haveria sido desligada automaticamente pelo PLC. Além disso, caso o aperto realizado no castelo da válvula durante a visita não houvesse sido suficiente para sanar a fuga, todo o sistema de descarregamento de GNL precisaria ser desligado (o que paralisaria a planta) para a realização da troca do equipamento, pois não há outro ponto de bloqueio para realização da manutenção.

Adicionalmente, o ativo não possui os 2 *tie-ins* que foram retirados dos fluxogramas na revisão 1, os quais possibilitariam soluções de fornecimento (GNL e gás comprimido) em caso de manutenção da planta.

Este documento foi assinado digitalmente por Eneva S.A. Sendo proibida a utilização fora da sua finalidade. Para verificar as assinaturas vá ao site [assintura.com.br](#)

Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	28 de 53
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		

As possibilidades encontradas para assegurar o fornecimento ininterrupto, seriam (i) a utilização do *tie-in* localizado imediatamente antes do skid de medição fiscal, na Estação de Transferência de Custódia da Copergás, (ii) a criação de *tie-in* localizado após os vaporizadores atmosféricos conforme o fluxograma enviado em sua 1ª revisão para injeção de GNC, ou (iii) a criação de *tie-in*, localizado após os tanques de armazenamento de GNL, também conforme fluxograma enviado em sua 1ª revisão, para injeção de GNL. Cabe salientar que tais soluções não foram consideradas no preço da Eneva. Além disso, o provisionamento dessas contingências na composição dos custos de O&M oneraria substancialmente o projeto.

### 3. PLANTA DE REGASEIFICAÇÃO – GARANHUNS

A Planta de Regaseificação de Garanhuns também foi instalada pela empresa New Fortres.

A planta possui aspecto de nova e aparenta estar com boa conservação. Em linhas gerais, a planta é composta pelos seguintes sistemas:

- Sistema de descarregamento
- Tancagem
- Sistema economizador levantador de pressão
- Regaseificação
- Skid de regulação de pressão
- Sistema de detecção de gás e chamas
- Sistema de combate a incêndio (sem bomba)
- Sistema de ar comprimido e reserva com cilindros de nitrogênio
- Sala Elétrica
- Água de serviço
- Depósito
- Estação de Transferência de Custódia (Este sistema não está incluso no escopo do proponente)

#### 3.1 Sistema de descarregamento de GNL

Este sistema é extremamente similar ao da Planta de Regaseificação de Petrolina. O descarregamento do GNL é realizado através de 2 bombas da marca Cryostar que trabalham em redundância (2x100%), referência modelo GBS 185, com vazão de 661 L/min. Foi informado

Nº	<b>RL-SSLNG-003.2024</b>	REVISÃO	<b>01</b>
ÁREA	<b>SSLNG</b>	FOLHA	<b>29 de 33</b>
TÍTULO	<b>Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato</b>		

pelo atual Operador que a transferência de GNL dura cerca de 1 hora. São utilizadas 3 mangueiras flexíveis de 2", com acoplamentos tipo Klaw, sendo duas delas para o estado líquido e 1 para o estado gasoso. Além das mangueiras citadas acima, o sistema de descarregamento possui 1 cabo para passagem de dados de instrumentação, 1 cabo para alimentação elétrica e 1 cabo para aterramento do sistema.

No fluxograma não está representado que o descarregamento de fase líquida é realizado através de 2 mangueiras criogênicas de 2".

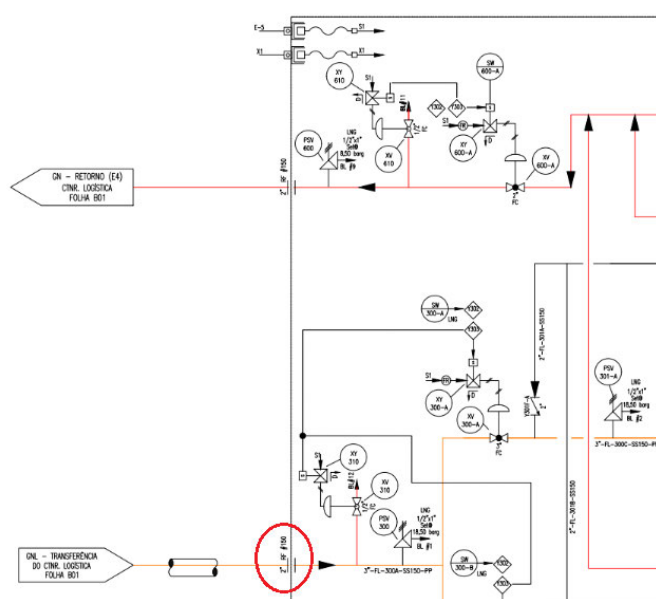


Figura 29 – Fluxograma da baía de descarregamento

As mangueiras são posicionadas de forma a permitir descarregamento pela traseira de Su isotanque.

A baía de descarregamento não possui serpentina levantadora de pressão (SLP) para manutenção de pressão no isotanque logístico ou na carreta durante a operação de descarregamento. Ao invés disso, há um retorno de fase gasosa vindo dos isotanques fixos da planta que pressuriza o isotanque logístico ou carreta.

Atualmente, o descarregamento dos isotanques logísticos é realizado pela empresa Morada Logística, e possui as seguintes etapas para iniciar a transferência do GNL:

- Pré-resfriamento das bombas com o próprio GNL da planta, até que a mesma atinja -30°C;
- Após, circula-se o GNL das carretas (isotanque logístico) com a bomba de descarregamento até que ela atinja -95°C. Quando esta temperatura é atingida, abre-

Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	30 de 33
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		

se uma contagem de 5 minutos para verificar se o sistema manterá essa temperatura;  
e

- Caso ocorra a manutenção da temperatura acima, se inicia o envio de GNL à planta.

Observação: Como não foi nos enviado o diagrama de causa-efeito da Planta de Regaseificação de Garanhuns, não foi possível confirmar se o procedimento descrito acima estava conforme o documento.

O atual Operador nos informou que as 3 válvulas XV 600A, XV 301B e XV 600B apresentaram problemas em bloquear completamente o fluxo do fluido e foram trocadas pelo antigo proprietário da planta há aproximadamente 4 meses. Não foram disponibilizados os registros desta manutenção.

O atual Operador também nos informou que, atualmente, o GNL fornecido pelo fornecedor possui uma pressão mais baixa do que a antiga fornecedora e que, possivelmente, esse fato está gerando cavitação nas bombas, o que impede seu pronto funcionamento. Ou seja, antes de iniciar o descarregamento do GNL, além de realizar o processo de resfriamento das bombas, precisa-se esperar até que a pressão do sistema atinja 2 bar como apresentado no painel do PLC.



Figura 30 – Imagem do PLC de descarregamento dos isotanques



Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	31 de 33
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		



Figura 31 – Bombas de descarregamento de GNL

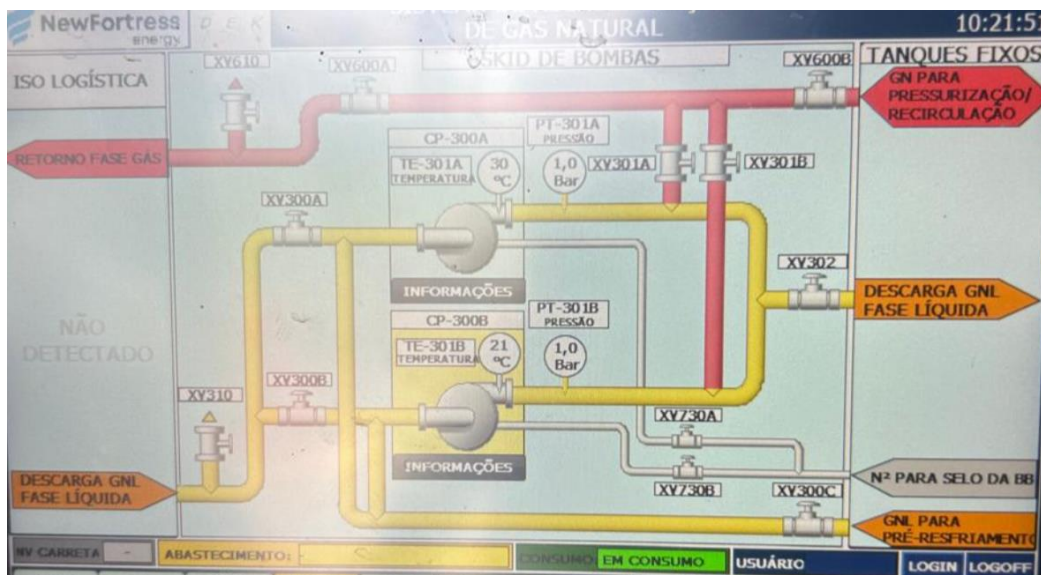


Figura 292: Supervisório das bombas de descarregamento

No campo existem 2 válvulas manuais, as quais não estão retratadas no fluxograma, desta forma se faz necessário reavaliar os documentos de Engenharia, HAZOP e outros.

Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	32 de 33
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		

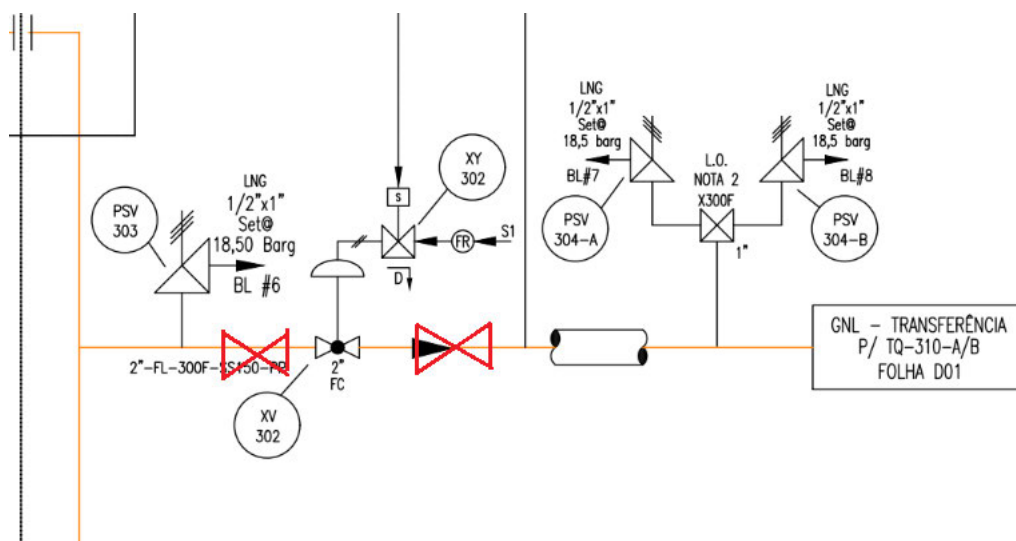


Figura 303: Fluxograma, página 6/24



Figura 314: Foto das válvulas existentes

## 3.2 Tancagem (Sistema de armazenamento)

O sistema de armazenamento criogênico é composto por 2 isotanques fixos da marca Furui com capacidade de armazenamento bruto de 43,5m³ cada, e pressão máxima de trabalho admissível de 18 bar. Os isotanques são interligados entre si e ambos são utilizados para descarregamento. Já existe uma previsão (*tie-ins*) para instalação de um 3º isotanque de armazenamento.

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Valença De Sousa, Roberto Cobo Zanella, Marcelo Cruz Lopes e Marcelo Campos Habibe. Este documento foi assinado eletronicamente por Brian Kregten e Lucas Reis Mefano. Para verificar as assinaturas vá ao site [https://www.eneva.com.br/assinaturas](#)



Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	33 de 33
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		



Figura 325: Previsão para montagem do 3º isotanque



Figura 336: Isotank A e B

Durante a conferência do fluxograma, não foram identificadas as válvulas “TV-2C” e “TC-2D” nos isotanques, desta forma, se faz necessário reavaliar os documentos de Engenharia, HAZOP e outros.

# RELATÓRIO

Nº **RL-SSLNG-003.2024**

REVISÃO	01
---------	----

ÁREA **SSLNG**

FOLHA 34 de 53

TÍTULO	<b>Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato</b>
--------	---

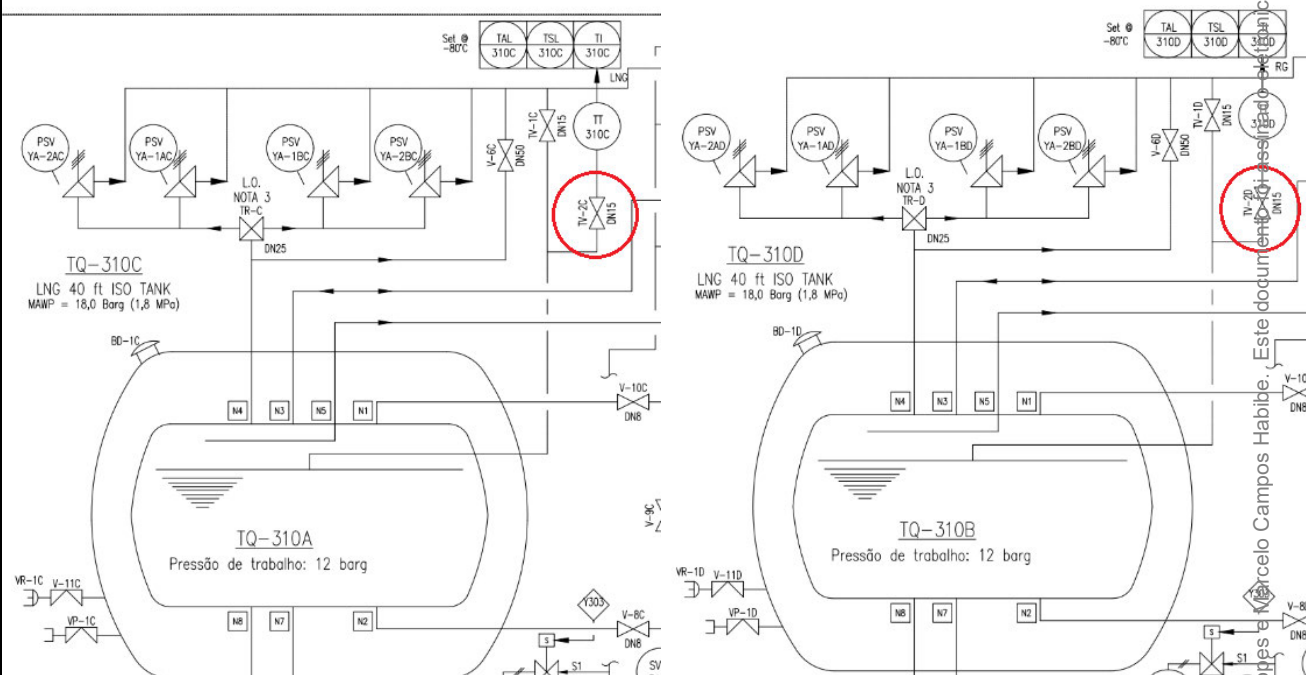


Figura 37 – Fluxograma do tanque A e B



*Figura 38 – Tancagem*

Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	35 de 53
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		

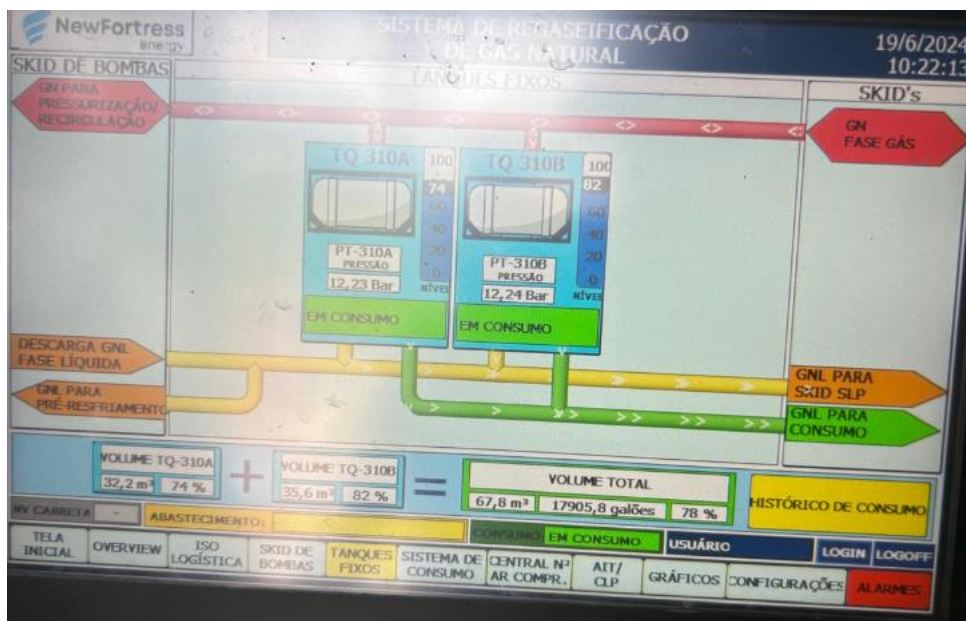


Figura 39 - Supervisório – Isotankes fixos

Os isotankes possuem 7% de lastro de armazenamento, e tem limite máximo de 95% de enchimento para evitar o *overfuelling*.

Os isotankes “A, B” são recarregados, quando seus níveis chegam a 46% de armazenamento

A saída da tancagem com sentido de fluxo para o sistema levantador de pressão não possui duplo bloqueio. Caso haja a necessidade de realizar alguma manutenção em alguma das válvulas, todo este sistema necessitará parar.

No header de GNL existe um *tie-in* para a injeção de GNL na saída do sistema de armazenamento, com sentido de fluxo para o sistema de regaseificação. Como explicado no capítulo do relatório dedicado à Planta de Regaseificação de Petrolina, esse componente aumenta consideravelmente a disponibilidade da planta, pois o GNL pode ser injetado diretamente neste ponto, caso necessário.



Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	36 de 53
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		

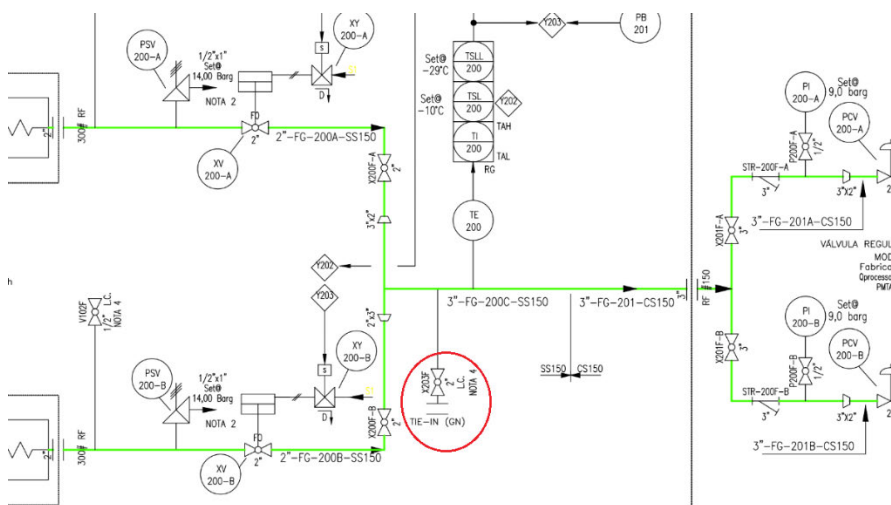


Figura 40 – tie-in de GNL

## 3.3 Sistema Economizador Levantador de Pressão

O sistema economizador levantador de pressão opera aumentando a pressão dos isotanques para envio do fluxo de GNL aos vaporizadores.



Figura 41 - SLP – Sistema levantador de pressão

Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	37 de 53
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		

## 3.4 Regaseificação

O sistema de regaseificação é composto de 2 vaporizadores atmosféricos da marca Nitrotec que operam com comutação automática, a cada ciclo de 8 horas. A capacidade dos vaporizadores é de 2100 kg/h cada.



Figura 34 – Vaporizadores atmosféricos

O sistema de regaseificação está configurado para ampliação de mais 2 vaporizadores atmosféricos, além de possuir *tie-in* para injeção de gás natural.



# RELATÓRIO

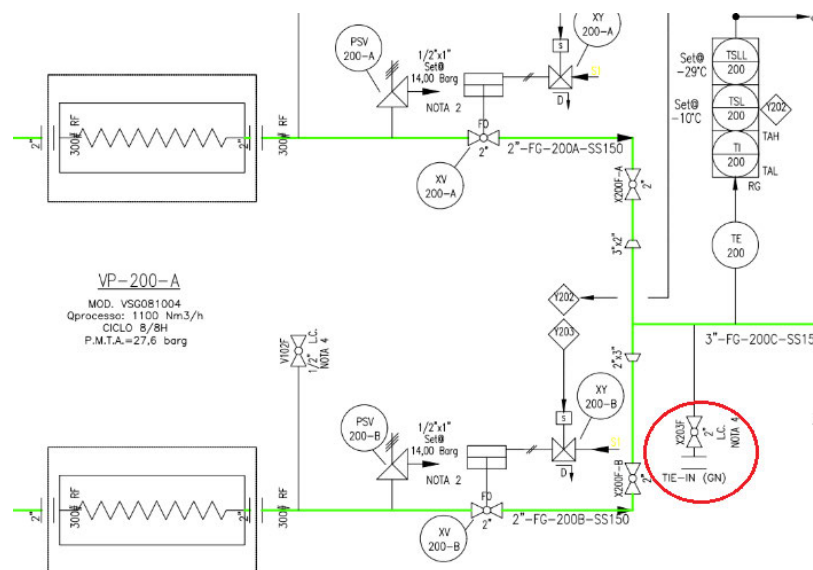
Nº	RL-SSLNG-003.2024
----	-------------------

REVISÃO	01
---------	----

AREA **SSLNG**

FOLHA 38 de 53

TÍTULO	<b>Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato</b>
--------	---



*Figura 35 – tie-in de gás natural*



Figura 43 – Supervisório dos vaporizadores atmosféricos

### 3.5 Skid de Regulação de Pressão

Após os vaporizadores atmosféricos, o gás natural é enviado ao skid de regulação de pressão, o qual rebaixa a pressão do gás até cerca de 9 barg para envio à Copergás. O skid regulador de pressão possui um sistema redundante, podendo, portanto, serem realizados serviços de manutenção sem prejudicar o fornecimento de gás, caso necessário.

Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	39 de 53
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		

A planta possui válvula economizadora, que atua em caso de aumento de pressão dos tanques, e direciona o gás de *boil-off* dos tanques para a regulação.



Figura 44 - Skid de Regulação de Pressão

## 3.6 Sistema de detecção de gás e chamas

A Planta de Regaseificação de Garanhuns possui ao todo 3 sensores de gás e 2 sensores de chamas, os quais estão espalhados pelo ativo. Porém, não foi enviado estudo de dispersão de gases para verificação da localidade e quantidades dos detectores.

Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	40 de 53
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		



Figura 45 – Exemplo de localização de detector de gás

Fomos informados de que na Planta de Regaseificação Garanhuns apenas o sensor de chama foi acionado. O operador observou um princípio de incêndio em um terreno próximo, mas sem risco de alcançar as instalações. Ao perceber a situação e visando evitar a paralisação total do ativo, a planta foi colocada em operação manual, o que evitou a falha no fornecimento que seria causada pelo acionamento automático do comando de paralisação do PLC. Segundo o Operador o sistema está operacional e em modo automático.

## 3.7 Sistema de combate a incêndio

O sistema de combate a incêndio é composto de tubulação, extintores, hidrantes e mangueiras de incêndio. Ele não possui bomba instalada na planta de regaseificação, este equipamento está localizada na fábrica de laticínios DPA, a qual está anexa às instalações da planta. Como não recebemos a documentação relativa a esse sistema, não conseguimos confrontar se ele foi montado conforme o projeto.

Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	41 de 53
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		



Figura 46 – Sistema de combate a incêndio

A planta de Garanhuns possui bacia de contenção única para tanques, vaporizadores e baía de descarregamento. Foi constatado que não existe uma estrutura de concreto abaixo das bridas, o que poderia descaracterizar o sistema de contenção tipo bacia. Além disso, é necessário verificar se o dimensionamento da bacia de contenção está em conformidade com a NFPA 59. A Eneva não considerou em seu preço possíveis benfeitorias para adequação dessas estruturas e sistemas.

O time técnico da Eneva foi informado que houve uma paralisação da planta devido a acionamento acidental de uma das botoeiras de emergência. Nessa ocasião, houve acúmulo de umidade no interior de seu aparelho que enviou o comando errôneo de parada na planta. Após o incidente, foi constatado a oxidação interna dos equipamentos e instalada uma proteção de modo a evitar que as gotículas de chuvas percolassem para o seu interior.



Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	42 de 53
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		



Figura 47 – Botoeira de emergência da planta

## 3.8 Sistema de ar comprimido e cilindros de nitrogênio

O sistema de ar comprimido da planta é composto por um compressor ar da marca Schulz, conjunto de filtros. A pressão de ar comprimido é de 6,5 barg.

O time técnico da Eneva informado que, inicialmente, havia a instalação de um secador de ar (como indicado no projeto), porém, devido à baixa demanda para sua utilização, o mesmo foi retirado. A umidade é recolhida pelos filtros.

Após análise do fluxograma ficou evidente que houve uma mudança substancial do sistema de ar comprimido, não havendo semelhança com o que está predisposto no documento.



Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	43 de 53
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		

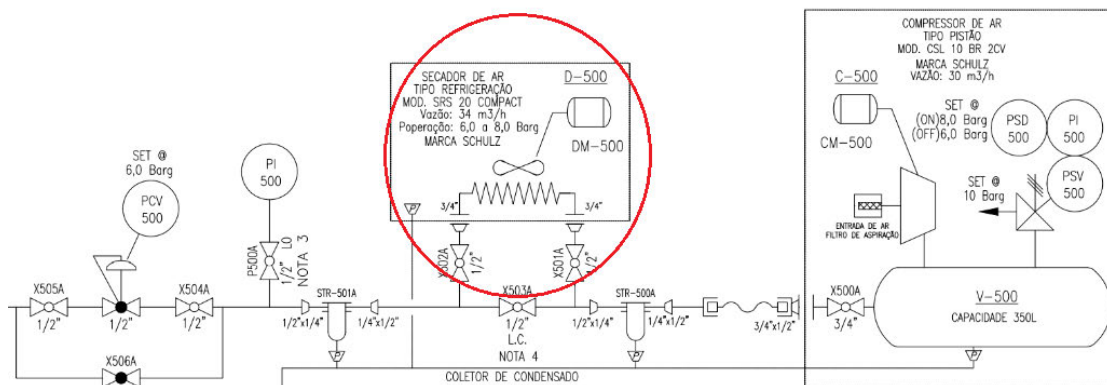


Figura 48 – Fluxograma do compressor de Ar e Cilindros de Nitrogênio

O armazenamento de nitrogênio é composto de 2 grupos de 6 cilindros e tem a função de realizar a purga do selo da bomba após o descarregamento. Ele também é interligado ao sistema de ar comprimido e atua como redundância em caso de falhas do compressor automaticamente.



Figura 49 – Compressor de Ar e Cilindros de Nitrogênio

Nº	<b>RL-SSLNG-003.2024</b>	REVISÃO	<b>01</b>
ÁREA	<b>SSLNG</b>	FOLHA	<b>44 de 53</b>
TÍTULO	<b>Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato</b>		

## 3.9 Sala elétrica

A sala elétrica é composta do painel do PLC que controla automaticamente os sistemas da planta além dos painéis “QDF-02” e “QDF-01” que são responsáveis pela força e iluminação da planta.

A instalação possui o supervisório Scada Flex que possibilita visualização remota das variáveis e dados da planta.

A Planta de Regaseificação é alimentada por circuitos de 380V para as bombas de descarregamento, 220V para os outros pontos de consumo e 24V para instrumentação. Caso haja falha no fornecimento de energia pela rede, o abastecimento é realizado por placas solares localizadas no teto da sala elétrica, com capacidade de operar a planta como um todo, com exceção das bombas de descarregamento. Esse sistema possui baterias com capacidade para realizar 12 horas de operação. Caso as baterias sejam consumidas, o ativo possui como segurança adicional o sistema de no break com capacidade para operar a planta por mais 2 horas.

O diagrama unifilar que foi disponibilizado pela Copergás não possui a alimentação elétrica oriunda das placas solares, desta forma se faz necessários reavaliar o sistema e atualizar documentação.



Figura 50 – Painéis elétricos

Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	45 de 53
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		

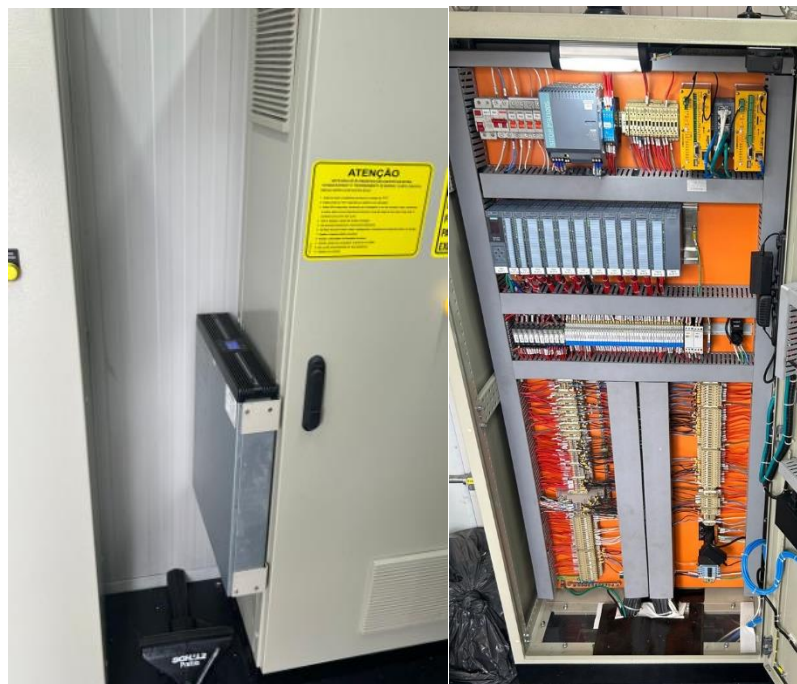


Figura 51 – Nobreak e PLC



Figura 52 – Inversor dos painéis solares

Fomos informados que durante a operação da planta houve um incidente dentro de um dos painéis elétricos, o que paralisou a sua operação. Uma rã entrou por baixo dos painéis e ao caminhar por dentro do equipamento, sendo que suas extremidades tocaram nas fases, ocasionado um curto-circuito. Após detecção do problema, a planta foi religada e instalada placas de acrílico no piso dos painéis elétricos.



Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	46 de 53
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		

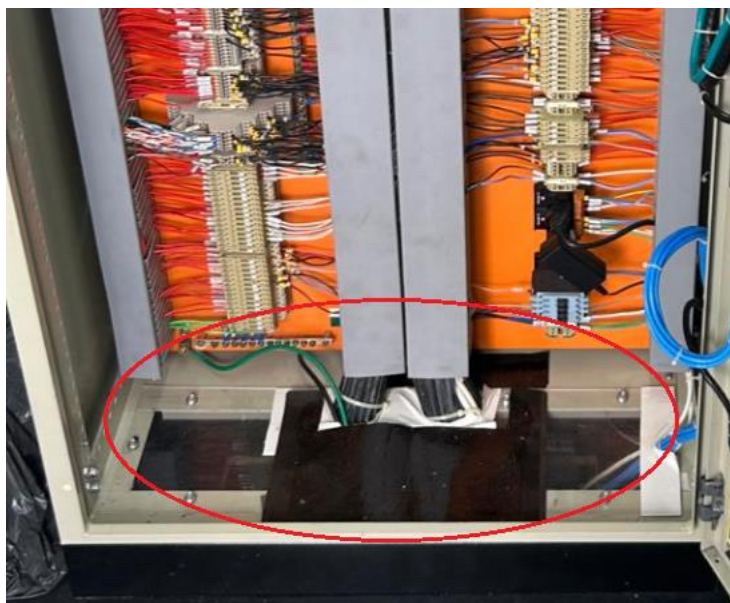


Figura 53 – Placa de acrílico abaixo dos painéis elétricos

## 3.10 Água de serviço

A planta obtém sua água de serviço advindo das instalações da fábrica de laticínios DPA. Não há reservatório de água nas instalações da Planta de Regaseificação de Garanhuns. A mesma prática ocorre para a água de combate a incêndio.

## 3.11 Depósito

O ativo não possui uma edificação própria voltada para ser depósito. Algumas peças sobressalentes estão localizadas na mesma sala dos painéis elétricos.

Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	47 de 53
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		



Figura 54 – Peças sobressalentes

## 3.12 Estação de Transferência de Custódia (Copergás)

A Estação de Transferência de Custódia é composta de dois skids de medição fiscal e de regulador de pressão (o primeiro medidor sendo da Copergás e o segundo da fábrica de laticínios DPA) e está localizada a jusante da Planta de Regaseificação, sendo separados por uma cerca. Ela é de propriedade da Copergás e não será objeto de transferência em comodato ao proponente vencedor de Chamada pública.

O sistema contempla uma linha de by-pass que possibilita a manutenção do medidor e o contínuo fornecimento de gás para os consumidores finais. Nesse tipo de ocasião a medição é feita via medidor de cada um dos clientes.

O medidor de vazão de gás natural é tipo turbina. O medidor não está ligado no PLC da regaseificação, e sim em um PLC separado da Copergás. Há um computador de vazão para normalização conforme pressão e temperatura da linha. Essas informações foram verificadas no campo, uma vez que não foram enviados documentos desse sistema.

Cabe salientar que durante o período de litígio com a antiga proprietária do ativo, foi-se instalado um ponto de *tie-in* previamente ao skid e que este poderia ser utilizado em caso de manutenção da Planta de Regaseificação de Garanhuns (gás comprimido).



Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	48 de 53
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		

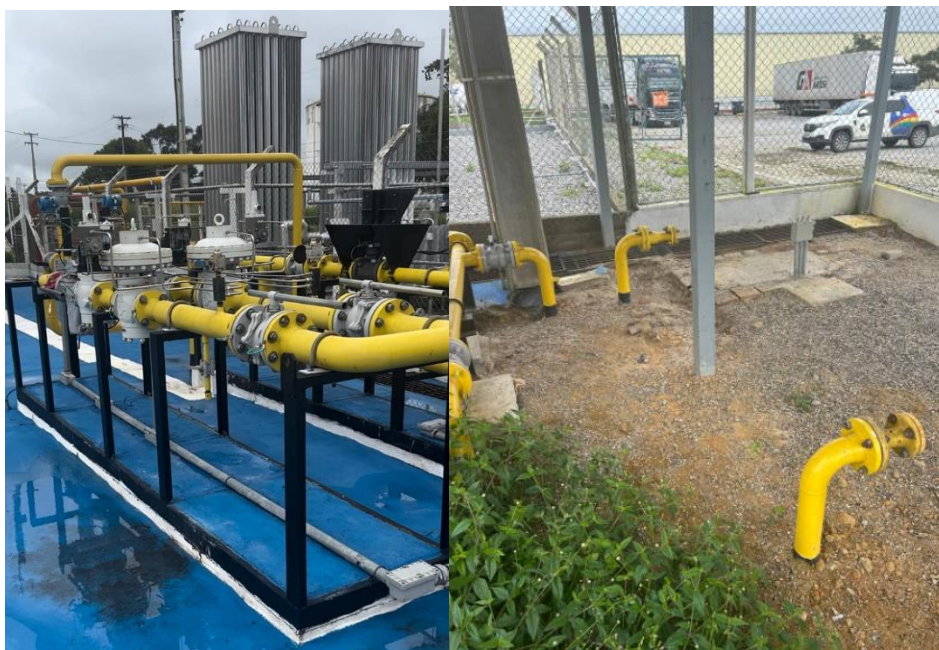


Figura 55 – Estação de Medição de Gás Natural (Copergás)

## 3.13 Notas gerais

A planta não possui segurança patrimonial própria. Porém, como está localizada na zona de influência da fábrica da laticínios DPA, o próprio vigia da fábrica, ao fazer sua ronda, também engloba a área da planta de regaseificação.

A planta possui sistema de CCTV com 5 câmeras e possui capacidade de armazenamento por 3 meses. Desde que a atual supridora de gás natural começou a operar a planta, não há sistema para visualização das câmeras, seja presencialmente ou remotamente.

Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	49 de 53
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		



Figura 54 – Câmera CCTV

Não foi constatado um plano de manutenção para a planta. Porém, fomos informados que desde a transferência do ativo para a Copergás, são realizadas manutenções mensais e anuais.

Não encontramos os relatórios de calibração dos instrumentos. Porém, fomos informados que eles se encontram fisicamente localizados na Planta de Regaseificação de Petrolina.

O atual Operador informou que a água pluvial é capturada pela drenagem localizada abaixo das britas na bacia de contenção da planta, e é destinada a uma caixa pluvial fora do terreno da Planta de Regaseificação, conforme autorizado pelo licenciamento atual.

Todas as modificações do projeto em relação as instalações verificadas em campo serão analisadas durante a execução do HAZOP, a ser realizado pela Vendedora com participação da Compradora.

Caso, durante a execução do HAZOP, sejam identificados perigos e riscos de operabilidade nas instalações da Planta de Regaseificação de Garanhuns, as recomendações de melhores práticas operacionais e adequações normativas não consideradas nos documentos disponibilizados na Chamada Pública serão discutidas de boa-fé com a Compradora para definição do que será implementado, caso seja necessário. É importante reforçar que a Eneva não considerou tal adequação em seu escopo.



## RELATÓRIO

Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	50 de 53
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		

### 3.14 Conclusão

A Planta de Regaseificação Garanhuns está em bom estado de conservação, e possui redundância em alguns sistemas da planta, o que é oportuno em um cenário de contínua operação. Uma grande diferença desse ativo com o de Petrolina, é que ele possui dentro de suas instalações 2 *tie-ins* de gás e outro de GNL.

Ainda assim, cabe reforçar que esta planta não possui duplo bloqueio na saída de seus isotanques, o que torna a instalação bastante fragilizada em caso de qualquer manutenção nestes sistemas. Em outras palavras, caso uma válvula dos isotanques tenha necessidade de ser substituída, todo o suprimento de gás natural precisaria ser momentaneamente paralisado.

De modo similar à Petrolina, caso haja a necessidade de fornecimento ininterrupto, poder-se-ia ser aventadas 3 soluções:

1ª – Injeção de GNL no *tie-in* correspondente, podendo-se realizar o *by-pass* de todo o sistema de tancagem;

2ª – Instalação de um sistema temporário de gás comprido para injeção no *tie-in* de gás dentro da planta de regaseificação, após os vaporizadores;

3ª – Instalação de um sistema temporário de gás comprido para injeção no *tie-in* de gás diretamente na Estação de Transferência de Custódia;

Cabe salientar que tais soluções não foram consideradas no levantamento de custo e premissas operacionais da Eneva.

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Valença De Sousa, Roberto Cobo Zanelli, Marcelo Cruz Lopes e Marcelo Campos Habibe. Este documento foi assinado eletronicamente por Brian Kregten e Lucas Reis Mefano. Para verificar as assinaturas vá ao site [REDACTED]

Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
ÁREA	SSLNG	FOLHA	51 de 53
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		


#### 4. LISTA DE EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DA COPERGAS

Os principais equipamentos instalados na planta de Planta de Regaseificação de Petrolina, são:

1. 04 Iso contêineres estacionários da fabricante Furui CIT com capacidade de 43,5m<sup>3</sup> cada.
2. 04 Vaporizadores atmosféricos da fabricante Nitrotec. A capacidade de cada equipamento é de 2100Nm<sup>3</sup>/h nas CONDIÇÕES BASE.
3. 02 Vaporizadores atmosféricos da fabricante GB Criogênico. A capacidade de cada equipamento é de 24Nm<sup>3</sup>/h nas CONDIÇÕES BASE. Os vaporizadores são aplicados à válvula economizadora e vent-stack.
4. 01 Skids de regulação de pressão com 02 tramos com válvulas da fabricante Gascot. A capacidade de cada válvula é de 2.000Nm<sup>3</sup>/h nas CONDIÇÕES BASE.
5. 01 Serpentina levantadora de pressão da fabricante GB Criogênico. A capacidade do equipamento é de 95 Nm<sup>3</sup>/h nas CONDIÇÕES BASE.
6. 01 Container de controle e automação, que contempla PLC, quadros de distribuição de força, infraestrutura de telemetria e CFTV.
7. 03 Mangotes de transferência de GNL e vapor, em aço inoxidável e com conectores da fabricante KLAW.
8. 01 Skid de bombeamento, com 02 bombas de líquido da fabricante Cryostar. A capacidade de cada equipamento é de 661 L/min e pressão de descarga de até 18bar.
9. 01 Tanque de água potável e de incêndio da fabricante Dipawa Nordeste. A capacidade do tanque é de 22.000L.
10. Sistema de combate a incêndio. O sistema é composto por hidrantes e anel de incêndio pressurizado por 01 bomba de combate a incêndio. A Compradora deve confirmar fabricante e capacidade do equipamento.
11. 01 Compressor de ar para o sistema de ar comprimido da fabricante Schulz de capacidade de 1.000m<sup>3</sup>/h, equipada com unidade secadora de mesma fabricante.
12. 02 conjuntos com 06 cilindros de nitrogênio cada. Os cilindros são destinados à purga da selagem das bombas e back-up do ar da instrumentação.
13. Sistema de proteção contra descargas atmosféricas e malha de aterramento.
14. 01 Transformador rebaixador de 13.800V para 380V.
15. Detectores de chama e gás e painel SDAI.

Os principais equipamentos instalados na planta de Planta de Regaseificação de Garanhuns são:

1. 02 Iso contêineres estacionários da fabricante Furui CIT com capacidade de 43,1m<sup>3</sup> cada.
2. 02 Vaporizadores atmosféricos da fabricante Nitrotec. A capacidade de cada equipamento é de 1.100Nm<sup>3</sup>/h nas CONDIÇÕES BASE.
3. 02 Vaporizadores atmosféricos da fabricante GB Criogênico. A capacidade de cada equipamento é de 24Nm<sup>3</sup>/h nas CONDIÇÕES BASE. Os vaporizadores são aplicados à válvula economizadora e vent-stack.

	RELATÓRIO	
	Nº	RL-SSLNG-003.2024
	REVISÃO	01
	ÁREA	SSLNG
	FOLHA	52 de 53
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato	
<div><div><div>4. 01 Skids de regulação de pressão com 02 tramos com válvulas da fabricante Gasco. A capacidade de cada válvula é de 1.000Nm³/h nas CONDIÇÕES BASE.</div><div>5. 01 Serpentina levantadora de pressão da fabricante GB Criogênico. A capacidade do equipamento é de 95 Nm³/h nas CONDIÇÕES BASE.</div><div>6. 01 Container de controle e automação, que contempla PLC, quadros de distribuição de força, infraestrutura de telemetria e CFTV.</div><div>7. 03 Mangotes de transferência de GNL e vapor, em aço inoxidável e com conectores da fabricante KLAW.</div><div>8. 01 Skid de bombeamento, com 02 bombas de líquido da fabricante Cryostar. A capacidade de cada equipamento é de 661 L/min e pressão de descarga de até 18bar.</div><div>9. Anel de combate a incêndio derivado da fábrica DPA Laticínios. Bombas de combate a incêndio não são objeto do Comodato.</div><div>10. 01 Compressor de ar para o sistema de ar comprimido da fabricante Schulz de capacidade 34 m³/h, equipada com unidade secadora de mesma fabricante.</div><div>11. 02 conjuntos com 06 cilindros de nitrogênio cada. Os cilindros são destinados à purga da selagem das bombas e back-up do ar da instrumentação.</div><div>12. Sistema de proteção contra descargas atmosféricas e malha de aterramento.</div><div>13. 01 Transformador rebaixador de 13.800V para 380V.</div><div>14. Detectores de chama e gás e painel SDAI.</div></div><div><div>Para ambos os sites da Copergás:</div><div>10 ISO CONTÊNERES com capacidade de 43,5m³, 8 bar, para transporte de GNL.</div></div></div>		
<div>AS INFORMAÇÕES DESTES DOCUMENTOS SÃO DE PROPRIEDADE DA ENEVA S.A. SENDO PROIBIDA A UTILIZAÇÃO PARA OUTRA FINALIDADE.</div> <div>Para verificar as assinaturas vá ao site</div>		

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Valença De Sousa, Roberto Cobo Zanella, Marcelo Cruz Lopes e Marcelo Campos Habibe. Este documento foi assinado eletronicamente por Brian Kregten e Lucas Reis Mefano. Para verificar as assinaturas vá ao site





## RELATÓRIO

Nº	RL-SSLNG-003.2024	REVISÃO	01
AREA	SSLNG	FOLHA	53 de 53
TÍTULO	Relatório Visita Técnica - Copergás - Anexo Contrato		

### 5. RELAÇÃO DE LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES

Item	Licença / Autorização	Petrolina	Garanhuns
		Responsável pela emissão e/ou renovação	
1	Alvará de Funcionamento (municipal)	COPERGAS	COPERGAS
2	Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) Corpo de Bombeiros	COPERGAS	COPERGAS
3	Licença Ambiental de Operação (CPRH)	COPERGAS	COPERGAS

Nota: Não foram recebidas demais licenças e autorizações relacionadas a operação das Plantas de Regaseificação. Dessa forma, entende-se que, caso existam e sejam exigidas por lei, elas estão sob responsabilidade da Compradora.

**ENEVA S.A.**

**Marcelo Lopes**

Diretor de Marketing, Comercialização  
Gás & Energia e Novos Negócios

**Marcelo Habibe**

Diretor de Finanças CFO

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Valença De Sousa, Roberto Cobo Zanella, Marcelo Cruz Lopes e Marcelo Campos Habibe. Este documento foi assinado eletronicamente por Brian Kregten e Lucas Reis Mefano. Para verificar as assinaturas vá ao site

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: [REDACTED] ou vá até o site <https://izisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: [REDACTED]

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/07/2024 é(são) :

- ☒ FELIPE VALENÇA DE SOUSA (Visto de Ciência) - [REDACTED] em 23/07/2024 17:13 UTC-03:00  
**Nome no certificado:** Felipe Valenca De Sousa  
**Tipo:** Certificado Digital
- ☒ ROBERTO COBO ZANELLA (Visto de Ciência) - [REDACTED] em 23/07/2024 15:35 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital
- ☒ Marcelo Lopes (Parte) - [REDACTED] em 22/07/2024 16:45 UTC-03:00  
**Nome no certificado:** Marcelo Cruz Lopes  
**Tipo:** Certificado Digital
- ☒ Brian Kregten (Testemunha) - [REDACTED] em 22/07/2024 10:45 UTC-03:00  
**Tipo:** Assinatura Eletrônica  
**Identificação:** Autenticação de conta

### Evidências

**Client Timestamp** Mon Jul 22 2024 10:45:34 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

**Name** Brian Kregten

**Assinatura:**



[REDACTED]

[REDACTED]

☒ Lucas Mefano (jurídico ENEVA) - [REDACTED] em 22/07/2024 10:35 UTC-03:00

**Tipo:** Assinatura Eletrônica

**Identificação:** Autenticação de conta

### Evidências

**Client Timestamp** Mon Jul 22 2024 10:35:53 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

[REDACTED]

**Name** Lucas Mefano

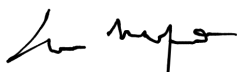
[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

**Assinatura:**



[REDACTED]

[REDACTED]

☒ Marcelo Habibe - [REDACTED] em 19/07/2024 19:50 UTC-03:00

**Nome no certificado:** Marcelo Campos Habibe

**Tipo:** Certificado Digital

[REDACTED]